



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA - PPGT

EDUARDO BATISTA DA SILVA

A AÇÃO PASTORAL PROJETADA E EXECUTADA
NA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ NO PÓS-CONCÍLIO
Uma análise dos Planos de Pastoral Orgânica

Curitiba
2019

EDUARDO BATISTA DA SILVA

**AÇÃO PASTORAL PROJETADA E EXECUTADA
NA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ NO PÓS-CONCÍLIO
Uma análise dos Planos de Pastoral Orgânica**

Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em teologia

Orientador: Prof. Dr. Agenor Brighenti

**Curitiba
2019**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB-9/1636

S586a
2019 Silva, Eduardo Batista da
Ação pastora projetada e executada na Arquidiocese de Maringá no Pós-
Concílio: uma análise dos planos de pastora orgânica / Eduardo Batista da
Silva ; orientador, Agenor Brighenti. -- 2019
135 f. ; 30 cm

Tese (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2019.
Bibliografia: f. 129-135

1. Teologia pastora. 2. Evangelização. 3. Leigos (Religião). 4. Concílio
Vaticano (2. : 1962-1965). I. Brighenti, Agenor. II. Pontifícia Universidade
Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

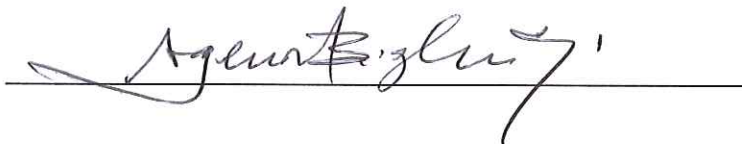
CDD 20. ed. – 254.02

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 166
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
EDUARDO BATISTA DA SILVA**


Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às quatorze horas reuniu-se na sala 1 de Pós-graduação - Segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Agenor Brighenti, Elias Wolff e Claudemir Rozin, para examinar a dissertação do candidato Eduardo Batista da Silva, ingressante no Programa de Pós-graduação em Teologia - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e dezessete. Linha de pesquisa: Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: "A AÇÃO PASTORAL PROJETADA E EXECUTADA NA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ NO PÓS-CONCÍLIO - Uma análise dos Planos de Pastoral Orgânica". O Candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16 h 15 min. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Observações: Com a inclusão das sugestões da banca

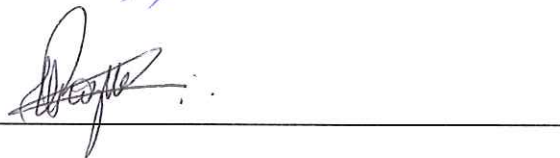
Prof. Dr. Agenor Brighenti
Presidente/Orientador



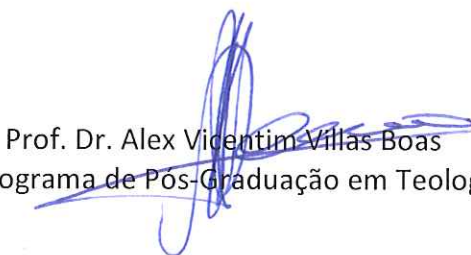
Prof. Dr. Elias Wolff
Convidado Interno



Prof. Dr. Claudemir Rozin
Convidado Externo



Prof. Dr. Alex Vicentim Villas Boas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia - *Stricto Sensu*



AGRADECIMENTOS

Ao Deus do Cristo que me concedeu a vida, e me chamou dentre outros mais dignos para servir o seu Reino.

Aos meus pais, Wilson Batista da Silva e Selma Lizete Careta da Silva, e a meu irmão Felipe Batista da Silva, os quais me ensinaram que a bondade é inerente ao coração das pessoas.

À Igreja particular de Maringá, que em mim confiou e proporcionou a oportunidade de conhecer o caminho pastoral percorrido pela Arquidiocese de Maringá.

À Paróquia Senhor Bom Jesus, que com muita paciência acolheu e me incentivou nessa jornada acadêmica.

Às Irmãs da Congregação Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, pela disponibilidade de me acolher para elaboração deste trabalho.

Ao professor Dr^o Pe. Agenor Brighenti, pela solicitude, paciência, compreensão e acompanhamento em todas as etapas deste trabalho.

Dedico este trabalho, a todos os agentes de pastoral – clérigos, religiosos e religiosas, leigos e leigas – que através do planejamento pastoral, exercem ações transformadoras da realidade rumo a uma sociedade mais justa e fraterna.

"Quero lembrar que 'pastoral'
nada mais é que o exercício da maternidade da Igreja.
Ela gera, amamenta, faz crescer, corrige, alimenta, conduz pela mão.
Por isso, faz falta uma Igreja capaz de
redescobrir as entranhas maternas da misericórdia.
Sem a misericórdia, poucas possibilidades temos hoje de
inserir-nos em um mundo de 'feridos',
que têm necessidade de compreensão, de perdão, de amor.
Precisamos de uma Igreja capaz de andar ao lado das pessoas,
de fazer mais do que simplesmente ouvi-los;
uma Igreja que os acompanha em sua jornada;
uma Igreja capaz de dar sentido à 'noite',
contida na fuga de muitos de nossos irmãos e irmãs."

(Papa Francisco, 2013)

RESUMO

Enquanto trabalho de dissertação para obtenção do título de mestre em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), esta investigação tem por objeto a pastoral na Arquidiocese de Maringá, numa abordagem situada no contexto do pós-concílio Vaticano II e latino-americano. Constituiu uma pesquisa qualitativa, apoiada em bibliografia específica e atualizada no tema em questão. Tem como objetivo geral analisar os planos de pastoral da Arquidiocese de Maringá, para identificar o modo como a ação pastoral foi projetada e executada, desde o primeiro plano de pastoral orgânica até os dias atuais. Para tanto, o principal referencial teórico são os Planos de Pastoral da Arquidiocese, bem como documentos conciliares, de conferências episcopais e *as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil* da CNBB. Em busca de respostas plausíveis, nos três capítulos que a compõem, sistematizadas com base no método teológico-pastoral indutivo, se procura situar a pastoral arquidiocesana, a partir de seu planejamento pastoral, que esteve em sintonia com a realidade histórica, de modo a identificar as opções pastorais daí decorrentes na apropriação do caminho de co-responsabilidade entre clérigos e leigos e leigas, e da valorização dos carismas e ministérios. A pesquisa está apoiada na trajetória histórico-pastoral da Arquidiocese de Maringá, em sua opção pelo planejamento pastoral segundo o método ver-julgar-agir, com uma valiosa contribuição dos leigos e leigas, em vista de uma ação transformadora do mundo, diante da urgência e necessidade de gestar novas práticas pastorais, enquanto resposta às novas exigências do mundo moderno. A opção preferencial pelos pobres foi a ótica e o fundamento na definição das prioridades pastorais assumidas ao longo dos anos. Através do modelo eclesiológico *Comunhão e Participação*, e o modelo da pastoral participativa, configurou-se uma evangelização, onde a prática pastoral esteve em plena sintonia com os sujeitos evangelizadores e com as novas exigências diante do dinamismo vivido pelo mundo contemporâneo. Consistiu um processo que teve como ponto de partida a participação ativa de todos os fiéis e a realidade concreta que se fizera sentir ao longo dos anos de evangelização. A pesquisa conclui confirmando a hipótese de que para uma evangelização eficaz é necessário adotar um planejamento pastoral, com objetivos bem definidos e uma metodologia que corresponda com as exigências de cada tempo, definindo prioridades na evangelização que valorize a participação comum dos fiéis, sem uma distinção entre a hierarquia e o laicato. Constatou também que a Igreja diocesana, as paróquias e os agentes de pastoral, abriram-se a esta nova eclesiologia marcada pela sinodalidade, discípula missionária de Jesus Cristo, que sai de sua esfera *ad intra* e vai ao encontro das periferias geográficas e existenciais, fortalecendo seu método, conteúdo e prática pastoral.

Palavras-chave: Igreja Local; Vaticano II; Ação evangelizadora; Planejamento pastoral; Plano de pastoral; Pastoral de conjunto.

ABSTRACT

As a dissertation to obtain a master's degree in Theology at the Pontifícia Universidade Católica of Paraná (PUCPR), this research aims the pastoral from the Archdiocese of Maringá, in an approach that is situated in the context of the post-Vatican Council II and Latin American Council. It constituted qualitative research, supported by specific bibliography and updated in the subject in question. Its general objective is to analyze the pastoral plans of the Archdiocese of Maringá to identify how the pastoral action was designed and executed, from the first organic pastoral plan to the present day. To this end, the main theoretical reference is the Archdiocese Pastoral Plans, as well as Council documents, episcopal conferences and the *General Directives of the Pastoral Action of the Church in Brazil* from CNBB. In search of plausible answers, in the three chapters that compose it, systematized with a base on the theological-pastoral inductive method, through its pastoral planning, the archdiocesan pastoral has tried to be placed. Such planning was in harmony with the historical reality, in order to identify the pastoral options resulting therefrom in the appropriation of the path of co-responsibility between clergy and layman and women, and of the appreciation of charisms and ministries. The research is supported by the historical-pastoral path of the Archdiocese of Maringá in its choice of pastoral planning, according to the method see-judge-act, with a valuable contribution of the lay people in view of a transforming action of the world, given the urgency and the need to manage new pastoral practices, as a response to the new demands of the modern world. The preferred option for the poor was the perspective and the foundation in defining the pastoral priorities assumed over the years. Through the ecclesiological Communion and Participation model, and the participatory pastoral model, an evangelization was established, where pastoral practice was in full harmony with the evangelizing subjects and with the new demands before the dynamism experienced by the contemporary world. It consisted of a process that had as a starting point the active participation of all the faithful and the concrete reality that made itself felt throughout the years of evangelization. The research was concluded by confirming the hypothesis that for an effective evangelization it is necessary to adopt pastoral planning, with well-defined objectives and a methodology that corresponds to the requirements of each time, defining priorities in evangelization that values the common participation of the faithful without distinction between the hierarchy and the laity. It also noted that the diocesan Church, parishes and pastoral agents, opened to this new ecclesiology marked by synodality, a missionary disciple of Jesus Christ, who leaves her sphere ad intra and meets the geographical and existential peripheries, strengthening its method, content and pastoral practice.

Keywords: Local Church; Vatican II; Evangelising action; Pastoral planning; Plan for the pastoral; Joint pastoral action.

TABELA DE SIGLAS

AA	Apostolicam Actuositatem
Ad	Ad Gentes
At	Atos dos Apóstolos
CD	Christus Dominus
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Cor	Coríntios
DAp	Documento de Aparecida
DP	Documento de Puebla
Dr.	Doutor
Ed.	Edição
EG	Evangelii Gaudium
EN	Evangelii Nuntiandi
GS	Gaudium et Spes
LC	Lucas
LG	Lumen Gentium
Mat	Mateus
P.	Página
PO	Presbyterorum Ordinis
Prof.	Professor
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
ss	Seguintes
UR	Unitatis Redintegratio

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	ITINERÁRIO DO DESENVOLVIMENTO PASTORAL E ORGANIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA DA DIOCESE DE MARINGÁ.....	14
2.1.	A História da Arquidiocese de Maringá – Desenvolvimento social e religioso.....	15
2.1.1.	Criação da diocese de Maringá e sua instalação canônica.....	15
2.1.2.	Chegada do Primeiro Bispo e seu programa de governo à luz do Concílio Vaticano II.....	17
2.1.3.	Divisão territorial, setorização e a criação das paróquias.....	21
2.2.	Dinamismos Pastorais e Organização na Diocese de Maringá.....	24
2.2.1.	Itinerário da Evangelização na Diocese de Maringá.....	24
2.2.2.	A participação do laicato sob influência dos “jectistas”.....	29
2.2.3.	Criação da coordenação da pastoral diocesana.....	34
2.3.	Opção Pastoral da Diocese de Maringá à Luz do Concílio Vaticano II.....	37
2.3.1.	Planejamento pastoral como opção pastoral.....	38
2.3.2.	Planejamento participativo como fruto da pastoral de conjunto.....	41
2.3.3.	De uma pastoral tradicional a uma pastoral de comunhão e participação.....	44
3.	PLANOS DE PASTORAL ELEMENTO UNIFICADOR DA ATIVIDADE PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ.....	48
3.1.	Processo de Planejamento para Elaboração dos Planos.....	49
3.1.1.	Planejamento pastoral como processo pedagógico: Sentido e função do planejamento diocesano.....	49
3.1.2.	<i>Plano de Emergência e Plano de Pastoral de Conjunto</i> como referência para os planos de pastoral.....	52
3.1.3.	Principais passos na elaboração dos Planos diocesanos.....	57
3.2.	Processo Metodológico Assumido na Elaboração dos Planos.....	62
3.2.1.	Método Ver-Julgar-Agir.....	63
3.2.2.	Os leigos como sujeito e método do planejamento pastoral na Diocese de Maringá.....	66
3.2.3.	Os pobres como horizontes da evangelização na Diocese de Maringá.....	70
3.3.	Linhas de Trabalho Adotadas pelos Planos de Pastoral.....	76
3.3.1.	Realização da unidade visível no seio eclesial.....	76
3.3.2.	A Família e a Juventude: um olhar atento à realização da fraternidade.....	82

3.3.3. Inserção do povo de Deus como fermento na construção do mundo: criação e fortalecimento das CEB's como eixo evangelizador na Diocese de Maringá.....	88
4. MODELOS ECLESIOLÓGICOS E DE AÇÃO PASTORAL QUE INFLUÊNCIARAM NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DA DIOCESE DE MARINGÁ.....	93
4.1. Modelos Eclesiológicos Subjacentes a Ação Pastoral Na Diocese de Maringá.....	95
4.1.1. Igreja Povo de Deus.....	95
4.1.2. Igreja Ministerial.....	99
4.1.3. Igreja <i>Diaconia</i> e <i>Koinonia</i>	104
4.2. Modelos Pastorais Assumidos pela Igreja Diocesana em seus Planos de Pastoral Orgânica.....	109
4.2.1. Pastoral de Conjunto – Igreja Povo de Deus.....	109
4.2.2. Pastoral de Comunhão e Participação: A passagem de uma Igreja clerical para uma Igreja sinodal.....	113
4.3. Dimensão Comunitária e Participativo como Fruto dos Planos Diocesanos.....	117
4.3.1. O “poder” participativo na vida diocesana.....	118
4.3.2. “Ainda há um longo caminho a percorrer”.....	122
5. CONCLUSÃO.....	126
6. BIBLIOGRAFIA	129
6.1. Fontes editadas.....	129
6.2. Fontes não editadas	130
6.3. Documentos do magistério	130
6.4. Referências bibliográficas.....	132

1. INTRODUÇÃO

Os Planos de Pastoral são instrumentos de fundamental importância na organização e planejamento da ação evangelizadora numa Igreja Particular, pois, neles se concentram todo o esforço pastoral dos diversos protagonistas da ação evangelizadora. Estes Planos de Pastoral são resultados da reflexão, análise e consenso dos diversos segmentos eclesiais da Igreja, de modo que, fundado em princípios evangélicos e em sintonia com a realidade sociocultural do lugar, se transformam numa ferramenta imprescindível para uma ação pastoral eficaz.

Na arquidiocese de Maringá a prática de planos de pastoral remete ao imediato pós-concílio, com as primeiras experiências de planejamento pastoral e, com o estabelecimento de uma pastoral pensada e sistematizada, de acordo, com o espírito inovador do concílio Vaticano II e, das diretrizes do episcopado brasileiro

Em sintonia com estas orientações da CNBB, sobretudo com o *Plano de Emergência do Brasil* (1962), o *Plano de Pastoral de Conjunto* (1966-1970), e as *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, a arquidiocese de Maringá, estabeleceu o seu modo de evangelizar com uma identidade fortemente marcada por aquilo que tinha de mais inovador e atual com as exigências do concílio Vaticano II.

Ao analisar os Planos de Pastoral da arquidiocese se constatará que, os passos deste processo de planejamento foram pensados dentro de uma linha pastoral, adotada voluntariamente na diocese, pelos bispos diocesanos juntamente com o seu prebitério, bem como, com a participação de leigos e leigas, que juntos formam a comunidade do Povo de Deus.

Os respectivos bispos diocesanos de Maringá – quatro no total – tiveram sua colaboração no intuito de impulsionar os princípios da CNBB numa coordenação diocesana de pastoral, sempre coordenada por um padre especialista no assunto. Sendo assim, a Igreja Particular de Maringá, se distinguiu no Paraná como referencial de uma ação pastoral planejada e sistemática segundo a tradição da Igreja latino-americana.

O presente estudo, se propõe, a percorrer este processo de planejamento explicitando as metodologias utilizadas na elaboração destes planos. O ponto de partida segue a costumeira prática do método ver-julgar-agir, onde se abstraem da

realidade concreta e, das reais condições socioculturais da sociedade e da Igreja, para não infringir de uma análise desligada e distante da vida das pessoas.

Na sequência vem a iluminação do Magistério, principalmente dos documentos conciliares e das Conferências Episcopais Latino Americana e Caribenha. Apresentaremos, que um método eficaz, pressupõe uma ação interpelada pela fé, que esteja embasada na realidade histórica de seu tempo, para que, a pastoral encontre um impulso transformador e liberador.

Contudo, é importante considerar que os referencias eclesiológicos destes planos de pastoral acompanharam as mudanças socioculturais da região. Nos anos imediatos pós-concílio – sessenta e setenta – Maringá era uma cidade impulsionada pela economia do café e a riqueza desta cultura refletia no desenvolvimento das cidades pertencentes à diocese. O modelo eclesiológico subjacente aos planos, se constata facilmente, no intuito de aplicar as mudanças provocadas pelo concílio na realidade das paróquias. Os planos de pastoral deste período falam em catequese, liturgia, uma paróquia para todos, somos todos irmãos, etc.

Trata-se de se servir da nova eclesiologia, que apresenta “um novo jeito de ser Igreja”, em que leva a uma nova expressão de autoconsciência da Igreja e, a um novo dinamismo diante do mundo contemporâneo. Uma Igreja Povo de Deus, onde não existem duas categorias de cristãos – clérigos e leigos e leigas – mas uma única categoria, os batizados no seio de uma comunidade ministerial (LG, nº 10).

Como plano de fundo da elaboração dos planos, veremos uma eclesiologia de comunhão e participação, capaz de valorizar a questão mística da Igreja e sua dimensão de Povo de Deus, rompendo com o imobilismo eclesiológico a tempos vivido pela Igreja.

Posteriormente, nos anos oitenta, com a crise do café e o início da mecanização agrícola, iniciou-se um período de êxodo rural, provocando o esvaziamento das cidades do interior e o crescimento demográfico da cidade de Maringá. A consequência imediata destas mudanças foi o surgimento de uma periferia pobre nas principais cidades da diocese, sobretudo nas cidades de Maringá, Sarandi e Paiçandu. Esta nova configuração social coincidiu com as orientações da conferência de Puebla (1979), onde favorecia as comunidades eclesiais de base no espírito de uma Igreja comunhão e participação.

Estes indicativos de Puebla (1979), se veem claramente nos planos dos anos oitenta com as respectivas prioridades de favorecer uma Igreja engajada nas

realidades sociais emergentes. Veremos também, que os anos noventa, marcou uma nova roupagem da ação pastoral na arquidiocese de Maringá e, que foram refletidos em seus planos de pastoral. Tratava-se de uma era, em que, a preocupação estava voltada para a massificação da sociedade, o subjetivismo exacerbado e a crise do modelo das comunidades de base em detrimento do avanço de uma eclesiologia mais intimista e individualista.

Nos planos de pastoral da Arquidiocese, será encontrado sempre um olhar atento as realidades socioculturais, sem perder de vista o profetismo e o anúncio do Evangelho. E ainda, que através de um caminho eficaz, o planejamento pastoral, impulsionou as forças e proporcionou uma efetiva edificação na vida da Igreja.

O trabalho está dividido em três grandes partes. Na primeira, apresentaremos a trajetória histórica percorrida pela Arquidiocese e, sua opção pelo planejamento estratégico pastoral, destacando a valiosa contribuição dada pelos leigos e leigas nesse caminho evangelizador. Em seguida, mostraremos que o desenvolvimento pastoral da Arquidiocese de Maringá, se deu, através da elaboração dos planos de pastoral, e quais foram suas metodologias adotadas. Veremos que essas metodologias, sempre estiveram em sintonia com a Igreja latino-americana e caribenha, e com a Igreja no Brasil, destacando o método VER-JULGAR-AGIR, e a opção preferencial pelos pobres.

Por fim, mostraremos quais foram os modelos eclesiológicos e de pastoral que estiveram por detrás da elaboração desses planos de pastoral, destacando a compreensão de uma Igreja povo de Deus. Apontaremos para uma eclesiologia de comunhão, que foi capaz de valorizar a questão mística da Igreja abrindo-se para uma nova expressão de autoconsciência diante do dinamismo vivido pelo mundo contemporâneo.

Explicitaremos assim, o caminho de evangelização percorrido pela Arquidiocese de Maringá nestes seus sessenta anos de história. O seu processo de planejamento, através de uma ação cada vez mais adequada à realidade histórica, e seu valioso instrumento pedagógico de inserção de todos os fiéis de modo efetivo na evangelização, promovendo sua missão de ser sinal e instrumento de salvação.

2. ITINERÁRIO DO DESENVOLVIMENTO PASTORAL E ORGANIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA DA DIOCESE DE MARINGÁ

Entre os elementos a serem analisados de uma construção histórica de uma Igreja no norte pioneiro do Estado do Paraná à luz do Concílio Vaticano II, e de seu itinerário do desenvolvimento pastoral, é preciso apresentar como se deu o processo de criação dessa Diocese e eleição de seu primeiro bispo, bem como, averiguar a efetiva construção de sua organização e processos de planejamento que perpassaram ao longo do tempo. Descobrir que o caminho percorrido foi marcado por vidas humanas, mais do que templos e obras de concreto e cimento, um itinerário que contou com a ajuda de mulheres e homens desde os tempos de sua instalação canônica até os tempos atuais.

Mostraremos também neste capítulo, que as opções pastorais feitas estavam em consonância com o apelo do Vaticano II, uma Igreja “enaltecida como comunidade e santidade universal em que os fiéis leigos são destacados em seu ser e sua missão de membros de Cristo” (JOSAPHAT, 2013, p. 57). E ainda, que sua história foi marcada pela força conjunta e com os pés calcados na realidade, de modo que, o anúncio do Ressuscitado se deu de maneira eficaz e eficiente, onde suas opções fundamentais estiveram ligadas a uma pastoral orgânica, e os princípios do planejamento estiveram sempre na base da evangelização.

Para tanto, nos serviremos dos textos escritos pelo Padre Orivaldo Robles, presbítero da Arquidiocese de Maringá, que narrou a história da arquidiocese de Maringá desde os primórdios até os tempos atuais. Serão utilizados também, os textos que apresentam a teologia do Vaticano II para fundamentar as opções pastorais feitas pela arquidiocese, e os textos que apresentam a construção de um planejamento participativo, que foi desde o início adotado como programa de governo pastoral dos bispos diocesanos.

De forma qualitativa e indutiva, apresentaremos o itinerário do desenvolvimento pastoral da Arquidiocese de Maringá, seu processo de criação e as opções pastorais feitas nos primórdios pela jovem Igreja criada à luz do Concílio Vaticano II.

2.1.A História da Arquidiocese de Maringá – Desenvolvimento social e religioso

Conhecer a história e os primórdios de uma diocese, ajuda entender o seu processo de desenvolvimento pastoral e as linhas de trabalho assumidas no início e nos anos posteriores. Vamos ver a criação e a instalação canônica que se deram às vésperas do Concílio Vaticano II, mostrando que seu desenvolvimento se deu com todo vigor conciliar.

A chegada do primeiro Bispo diocesano Dom Jaime Luiz Coelho e sua linha de governo, revelam como uma formação tradicional foi se moldando ao progresso e a novidade conciliar. Seu lema: “Cristo tudo em todos”, mostrou ao longo dos quarenta anos que esteve à frente do governo diocesano um impulso, que foi além do vigor pastoral, atingindo também, as estruturas do desenvolvendo social, educacional e político de sua época. Assim, as primeiras paróquias foram sendo criadas sem muita estrutura, mas com desejo de crescimento pastoral e espiritual.

2.1.1. Criação da diocese de Maringá e sua instalação canônica

Sendo fundada em 1948, a cidade de Maringá constituída de longas áreas de terra vermelha, com grande plantio de café, brotou do vigor de homens e mulheres que com a força do braço domavam a mata e venciam o trabalho por meio da produção do solo. Nascia sem a força de políticos e abastados, a cidade que mais tarde seria palco de interesses econômicos e políticos vindouros. A colonização norte-pioneira crescia e o desejo expansionista dessas terras aumentava à medida que a força do trabalho se tornava objeto singular na lida diária.

Não muito comum, a cidade que a pouco é fundada recebe o reconhecimento da Santa Sé, erigindo-a na condição de diocese oito anos e nove meses de sua fundação (ROBLES, 2005, p. 45), e recebe o primeiro bispo um ano mais tarde¹, assim a 1º de fevereiro de 1956 por meio da bula *Latissimas Partire Ecclesiais*, é criada a

¹ Nessa época no Brasil, era considerado fator raro erigir dioceses em cidades com menos de dez anos de fundação. Assemelha-se Maringá com a cidade de Brasília – Capital Federal – que também anos seguintes de fundação teriam elevado ao grau de diocese. A enorme diferença está no fato desta ser a Capital Federal, e, portanto, a atender projetos políticos estratégicos, o poder público injetava fortes recursos oficiais, enquanto na cidade de Maringá tudo estava sendo construído e planejado por iniciativas particulares dos povos da região.

diocese de Maringá. Até então, a assistência eclesial provinha da diocese de Jacarezinho, sendo Maringá, até 1950, capela de Mandaguari, quando no mesmo ano elevou-se à condição de paróquia.

Maringá fora assunta ao grau de Diocese apenas três anos anteriores aos trabalhos conciliares, uma Igreja que ainda estava sobre as notações do concílio de Trento (1545 – 1563). Até então, o que se havia era a manutenção dos sacramentos celebrados nas paróquias, sem muita dinamicidade em qualquer articulação pastoral, uma Igreja marcada pelo teor clerical. Embora, com a chegada do jovem bispo a terras do Norte Pioneiro, evidenciava-se a presteza de um trabalho conjunto com o povo de Deus, em vista da comunhão e participação.

Conquistando seus traços diocesanos, a jovem Igreja crescia em força e na construção de seus templos, como sua nova Catedral², seminário, colégios católicos, centro de pastoral e meios de comunicação social. Uma Igreja cuja área era de 14.902,67Km² e uma população que crescia de modo acelerado (CHIQUIM, 2005, p. 72).

Vivia-se um tempo de uma Igreja voltada a si mesma, quando não se tinha a profusão de movimentos eclesiais que se reuniam para discutir e pensar os rumos pastorais, e o desejo missionário do anúncio de levar a fé aos indiferentes era escasso. A perfeição cristã se achava na vivência e celebração dos sacramentos, e não tanto no exercício da caridade e no protagonismo dos fiéis.

O desejo renovador de contemporização às vésperas do Concílio Vaticano II, logo já foi sendo implantado pelo Bispo, que participaria efetivamente das aulas conciliares. Escreveu Dom Jaime aos seus diocesanos:

Cabe a nós, amados Filhos, cumprir tão árdua missão, diante da penúria de sacerdotes em nossa Diocese, e por força mesmo do vosso caráter batismal, conclamo-vos ao trabalho de cada dia. A presença da Igreja pelo laicato é para não subestimar, pois ela é de uma força transformadora extraordinária [...] Sob este aspecto, os fiéis, e mais precisamente os leigos, se encontram nas primeiras linhas da vida da Igreja: por eles a Igreja torna o princípio vital da sociedade humana (COELHO, 1956, p. 39).

² A Catedral de Maringá fora projetada na era dos Sputniks, onde “Norte-americanos e Soviéticos disputavam a primazia de enviar ao espaço uma nave capaz de revelar os segredos de mundos ainda por descobrir” (ROBLES, 2005, p. 161). Com um formato cônico, a catedral possui um diâmetro de 50 metros e uma nave única, circular, com diâmetro interno de 38 metros. O cone possui 114 metros de altura, sustentando uma cruz de 10 metros, com um total de 124 metros de altura. Sua capacidade é de 3.500 pessoas, que podem ser distribuídas em duas galerias internas.

Além da implementação da participação ativa dos leigos e leigas na ação eclesial, a diocese de Maringá, em resposta ao pedido de planejamento feito pelo Vaticano II, implantou um caminho de uma pastoral orgânica, em sintonia com os documentos e decretos conciliares, diretrizes nacionais e regionais. Portanto, uma Igreja que foi moldando seu rosto a uma fé adulta.

Saída da mata para encontrar no desenvolvimento empreendedor de fé e cultura, a diocese de Maringá, que poucos anos após sua criação se elevara ao grau de Arquidiocese, em 20 de janeiro de 1980, tornou-se comprometida com a ação evangelizadora, com o magistério e com a realidade do Norte Pioneiro do Estado.

2.1.2. Chegada do Primeiro Bispo e seu programa de governo à luz do Concílio Vaticano II

Aos 20 de janeiro de 1957, na catedral de Ribeirão Preto, um novo bispo é ordenado para o serviço da Igreja: Dom Jaime Luiz Coelho, sendo designado para o serviço em um pequeno bispado recém-criado no Norte do Paraná, isto é, a diocese de Maringá³. Tendo sido erigida como sufragânea da Arquidiocese de Curitiba, a neodiocese não dispunha de muitos recursos, tampouco de uma estruturação pastoral organizada de modo sistemático para atender as diversas e distantes comunidades existentes.

Recebendo com êxito e preocupação a nomeação episcopal, Mons. Jaime procura de maneira imediata seu diretor espiritual para, compartilhar tal notícia, que de início o teria deixado surpreso. Não tardou, todavia, em responder à Nunciatura Apostólica, mostrando-se solícito ao serviço da Igreja.

Com os mais sinceros desejos de contribuir com a Igreja, escreve de maneira simples: “de coração sincero e aberto, desejoso de que Cristo seja tudo em todos, este humilde servo se coloca à disposição da necessidade da Igreja, respondendo de maneira generosa a missão que me é confiada” (COELHO, 1956).

Assim, aos 24 de março de 1957, chega pela primeira vez a solo maringense o novo bispo, que é recebido já no campo de pouso por uma multidão de quase 30 mil pessoas. O desejo de todos era unânime: conhecer o novo Bispo. Semelhante era

³ No dia 03 de dezembro de 1956, o papa Pio XII escreve a bula de saudação e nomeação ao Mons. Jaime Luiz Coelho, bispo eleito à diocese de Maringá. Nela, deseja “benção apostólica para que seu ministério seja fecundo, te protegendo e a teus fiéis” (PIO XII, 1956).

desejo do Bispo em “conhecer seu rebanho para amá-los, a fim de que Cristo seja tudo em todos”.

A posse do Bispo de Maringá estava prevista para o dia 25 de março, festa da Anunciação de Nossa Senhora. Porém, naquele ano, não era um bom dia que facilitava a participação do povo, por isso, fora antecipada para o dia 24, que nesse ano, coincidiu com o 3º Domingo da Quaresma. Após longo cortejo, chegaram todos em frente à catedral onde estava prevista a tomada de posse do novo Bispo que, em lágrimas, adentrou à pequena catedral de madeira⁴.

Embora fosse novo, Dom Jaime conseguia mostrar, com seus discursos e vigoroso trabalho, sua forte disposição para difundir o Evangelho. Por isso, Maringá teria ocasião de admirar sua vitalidade. Assim apontou Robles: “Nos próximos quarenta anos, mais do que apontar caminhos, ele assumiu o papel de caminhante junto com seu povo, desenvolvendo uma liderança por muito poucos igualada” (ROBLES, 2007, p. 140).

Tendo assumido como meta de seu episcopado o ardente desejo de ajudar as pessoas a descobrirem que Jesus Cristo deveria ser tudo em todos, Dom Jaime assumiu de forma onímoda seu ministério. Assim escrevia a seus diocesanos:

Para realizar o ministério de Deus, amados irmãos e filhos, para vos fazer sentir o peso de minha e de vossa responsabilidade nesta hora histórica para todos nós, é que me propus traçar um programa de governo na exposição doutrinária da Santa Madre Igreja [...] E vós, queridos diocesanos de Maringá, que soubeste em tão pouco tempo tornar uma realidade viva de progresso e de esplêndidas realizações o solo ubertoso do Norte do Paraná, avantajai-vos, agora, de maneira mais sublime e mais nobre ainda, na implantação em nossa diocese da semente preciosa do Amor de Deus, que agora os grandes e salutares mistérios de vida sobrenatural (COELHO, 1956, p. 18).

Descobria, assim, uma diocese composta de 24 municípios⁵, com 15 paróquias⁶ onde viviam cerca de 450.000 habitantes. O clero era formado por 22

⁴ A tomada de posse do novo bispo se deu de maneira simples, apenas com as leituras da bula e das atas de publicação, isso porque na época não vigorava ainda o *motu proprio* “Sacram Communionem”, assinado por Pio XII em 19 de março de 1957, no qual era concedido o direito de celebrar a missa vespertina.

⁵ Eram os municípios: Maringá, Bom Sucesso, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Floraí, Jandaia do Sul, Loanda, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity e Paranaíba.

⁶ Eram paróquias: Catedral, Alto Paraná, São José, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Loanda, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranaíba, São José do Caiuá, Tamboara e Terra Rica.

padres religiosos⁷, 7 padres diocesanos⁸, uma congregação masculina⁹ e 5 congregações femininas¹⁰.

Desde sua chegada às terras maringauenses, o novo Bispo, vindo de Ribeirão Preto, assumiu como seu tal território, defendendo-o em busca de investimentos e construção de vida nova. Mesmo que, para os donos de capitais, o norte do Paraná não geraria grandes economias, Dom Jaime insistiu *ab initio* em mostrar-lhes a fecundidade e o valor dessas terras.

A convocação do XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, que ressoava com ar de desconfiança e profundo desejo de renovação nos anos de 1961, trouxe profundas mudanças na estruturação eclesial e nas bases que solidificam uma eclesiologia voltada para participação comum de todos os fiéis. Com isso, se estabelecia um novo tempo na Igreja, quando todos os batizados são chamados à edificação e construção do Reino.

Os Bispos, na fase preparatória do evento conciliar, recebem em suas dioceses um questionário, no sentido de serem levantados os principais temas de necessidade da Igreja (BEOZZO, 2005, p. 80). Surpresos com a postura assumida por João XXIII, mas satisfeitos pelas contribuições, os Bispos enviaram, de modo não tardio, suas respostas ao Vaticano¹¹.

Dom Jaime recebeu com imensa alegria e satisfação as perguntas que lhe cabiam responder, para contribuir com as discussões a serem realizadas. Para que, tudo fosse desde o início realizado de modo conjunto e com a participação de todos, o recém-chegado Bispo às terras rochas do Paraná, convocou uma reunião com seu

⁷ Pertencentes às congregações: Capuchinhos: Afonso de Boiatuba, Alcides Ferandin, Celso de Jaraguá, Vital de Almirante Tamandaré, Casimiro de Orleans. Carmelitas: Bruno Doepgen, Alberto Foerst, Jerônimo Brodka, Ulrico Goewert, Matias Werneke, Boaventura Einberger, Joaquim Knoblauech. Jesuítas: Afonso Hansen, Jacob Melz, Lauro Willy Barth, Urbano Muller, Genésio Adami. Josefinos: Agostinho Cola, Hermínio Di Giola, Mario Tesio. Palotinos: Otto Bender, Roberto Ostheimer.

⁸ Os padres diocesanos eram: Agostinho Martinez, Cleto Altoé, Francisco Javier Peregrina López, José Antonio Roldán, José Bevilacqua, Marcos Alija Ramos e Pedro Plonka. Além disso, o bispo contou com a ajuda de um secretário que trouxe de Ribeirão Preto, Alfredo da Fonseca Rodrigues.

⁹ A congregação masculina era dos irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora.

¹⁰ As congregações femininas: Carmelitas da Caridade de Vedruna, Missionárias do Santo Nome de Maria, Franciscanas da Sagrada Família, Franciscanas da Imaculada Conceição de Maria e Carmelitas Missionárias de Santa Teresa do Menino Jesus.

¹¹ Dos 2.594 bispos consultados, responderam cerca de 1.998. Estes representavam uma porcentagem de 77% dos bispos do mundo inteiro. Beozzo acenou para a porcentagem de respostas das regiões do mundo: “o resultado das respostas à consulta, da parte do Brasil (79%) é semelhante ao da Europa (79,9%); superior ao da América do Norte (72,7%); da América do Sul (75,7%); da Ásia (70,2% e da Oceania (68,5%), mas inferior ao da África (83,3%) e ao da América Central e Caribe (88,1%)” (BEOZZO, 2005, p. 85).

parco clero, a fim de recolher também dos padres suas contribuições acerca do dinamismo eclesial.

A respeito da convocação do concílio, assim se recorda Dom Jaime:

Logo no início de seu pontificado, quando anunciou o desejo de convocar o Concílio, alguns jornalistas questionaram: Santidade, por que um Concílio? Ele foi à janela, abriu a cortina e respondeu: 'Para que entre um ar novo na Igreja'. Esse ar novo, de fato, entrou com o Vaticano II (BARBOSA; PEÑA, 2009, p. 87).

Não intimidado e cheio de esperanças, Dom Jaime desembarca em terras italianas, e lá vislumbra uma Igreja viva, em ar de transformação. O jovem Bispo foi fiel participante das quatro sessões conciliares e pela sua pouca idade e aparência jovem, conta ele:

Eu fui também como bispo, frequentei as quatro sessões, de 1962 até 1965. Era um dos Bispos mais jovens e lá eu me uni a um bispo jovem do Peru, Dom Alcides Mendoza Castro, que foi Arcebispo de Cuzco. Havia ainda outro, que era Bispo auxiliar do Peru e um Bispo da Malásia. Éramos os bispos mais jovens do Concílio. Os outros, todos de certa idade. Um dia uns bispos franceses nos chamaram: Meninos, venham cá. Vocês já fizeram a primeira comunhão? Estavam brincando, o que prova o clima de união que havia entre nós. Realmente, o Concílio foi uma lição muito grande (BARBOSA; PEÑA, 2009, p. 87).

Desse modo, sempre pode contribuir com as intervenções que eram feitas. Assim continua:

Naquele tempo nós éramos quase dois mil bispos do mundo inteiro. Hoje somos mais de quatro mil. E aquela reunião dos bispos, cada um dando o seu voto nas sessões de decisão. Todos contribuía com o melhor de si a favor do crescimento da Igreja. Éramos uma assembleia de bispos jovens, bispos idosos, mas ali estava a Igreja de Deus reunida na busca de implantar, como dizia o Papa João XXIII, um novo ar na Igreja de Deus (BARBOSA; PEÑA, 2009, p. 87).

Muito confiante que os rumos da Igreja estariam no *aggiornamento* conciliar, Dom Jaime ao retornar em 1964 trouxe propostas à diocese de Maringá, quanto à renovação na liturgia, participação efetiva dos leigos e leigas nos meios eclesiais, busca de decisões tomadas no coletivo, implantação de uma Igreja comunhão e participação. Em menos de um ano da promulgação da constituição *Sacrosanctum Concilium*, o Bispo realizava em Maringá um encontro de liturgia para aplicar as alterações propostas pelo Vaticano II.

Desse modo, mostrava com muito afinco sua fidelidade magisterial à Igreja, articulando ações pastorais que viabilizavam a renovação eclesial, tendo como único desejo, de que “Cristo seja tudo em todos” (1 Cor 15, 28).

2.1.3. Divisão territorial, setorização e a criação das paróquias

A criação de novas paróquiasurgia como necessidade permanente nos primórdios da jovem diocese de Maringá, a grande dificuldade encontrada pelo primeiro Bispo era o parco clero que, embora desejosos do trabalho de evangelização, estavam espalhados nas mais distantes regiões que separavam uma cidade da outra. Dom Jaime determinou que, “conseguindo padre, criaria paróquia onde houvesse casa paroquial, jipe e pelo menos capela construída” (ROBLES, 2007, p. 140).

Com o ininterrupto crescimento da região o apelo das pessoas aumentava cada vez mais, a todo tempo chegavam as comissões vindas dos lugares mais longínquos do território diocesano solicitando a criação de uma paróquia. Após, examinar os dados trazidos Dom Jaime concluía: “Pois é, gente, o povo de fato é bastante, existe Igreja, a casa paroquial está construída, dinheiro para o Jipe vocês conseguiram, está tudo pronto, agora *o diabo é o padre*” (ROBLES, 2007, p. 140). E por isso, que consciente da importância dos pastores no meio do rebanho é que, no ano de 1958, lançou-se ao projeto da diocese construir seu seminário próprio¹². Sua inauguração se dava a 24 de março de 1962.

Face a essas novas necessidades, as comunidades paroquiais foram surgindo. Em 1958, o Bispo pela primeira vez em seu governo cria três novas paróquias: Paranacity, São Jorge do Ivaí, Floraí. No ano de 1959 foram criadas: Santa Isabel do Ivaí, Marumbi, São Pedro do Ivaí e Itambé. Em 1960: Cruzeiro do Sul, Ivatuba, Santo Antônio de Pádua (Maringá), Graciosa, Planaltina do Paraná, Santa Cruz do Monte Castelo e Floresta. Em 1961 a paróquia de Atalaia. No ano de 1962 a paróquia Santo Cura d`Ars (Paiçandu); em 1964 as paróquias: Nossa Senhora das Dores (Paranavaí),

¹² O bispo diocesano, insistiu com muita frequência em formar um clero autóctone. Para construção dos pavimentos do seminário diocesano, contou com a ajuda financeira das paróquias da diocese e de algumas famílias abastardas da cidade de Maringá. Sabendo da necessidade, desejoso da construção e confiante na providência, Roubles, narra a ousa promessa feita bispo diante dessa necessidade: “Façam esforço de cumprir o mandato divino e colaborem na construção das nossas obras (sobretudo do seminário e da Catedral), que eu lhes prometo cinco anos sem geada” (ROBLES, 2007, p. 149).

São Carlos do Ivaí, Inajá e Santa Maria Goretti (Maringá) e em 1965 duas outras paróquias: Kaloré e Querência do Norte.

Essas paróquias atendia a demanda de uma região em desenvolvimento, porém, existia clareza dos limites pastorais da pastoral paroquial, reunindo o povo de Deus através da vida sacramental, sem atrair para novas conversões. A dinâmica eclesial estava ainda muito voltada para o Clero e não para uma Igreja comunhão e participação, vivia-se uma Igreja aos moldes da cristandade¹³.

Mas será no ano de 1965 que após bastante reflexão do bispo junto ao seu clero e consulta às paróquias, que fora criado cinco decanatos para melhores encaminhamentos pastorais: Catedral, Jandaia do Sul, Loanda, Nova Esperança e São Jorge. Essa divisão ficou em vigor até o ano de 1968, quando foi criada a diocese de Paranaíba¹⁴. Fora preciso reformular a divisão territorial dos decanatos, passando para três, agora com o nome de região pastoral: Catedral, Jandaia do Sul e Nova Esperança. Os representantes dessas regiões foram imediatamente os párocos dessas paróquias sedes.

A partir dessa nova divisão uma nova organização pastoral entrou em vigor na diocese, a começar pelas reuniões do clero que “se estabeleceu duas reuniões gerais, uma em cada semestre, e reuniões mensais em cada setor ou região pastoral” (ROBLES, 2007, p. 229).

Seguindo essa mesma divisão das três regiões pastorais, no ano de 1980, o bispo instituiu o ofício de vigários episcopais para os representantes dessas regiões, que agora passariam a ser eleitos e não associados ao ofício de pároco das Igrejas sedes de cada região¹⁵. Assim escreveu no decreto de instituição:

No desejo de melhor atender, pastoralmente, ao governo da Arquidiocese de Maringá, e em razão mesmo do meu ofício pastoral, embora já auxiliado pelos párocos consultores, pelo conselho de presbíteros e por todo presbitério, hei por bem instituir nesta Arquidiocese de Maringá o ofício de vigário episcopal

¹³ Vigorando do século IV ao século XIX, a era da cristandade é formada a partir de uma eclesiologia que tem por trás os ditames de poder, encontrando na relação íntima entre a Igreja Cristã e a sociedade civil um modelo de poder verificado na legitimação do *Status Quo* e, sua execução como aparelho ideológico do Estado.

¹⁴ Desde o ano de 1963 iniciou o movimento para criação da diocese de Paranaíba, e então após reflexão e certeza dessa necessidade, no dia 20 de janeiro de 1968, através da constituição apostólica *Nil Gratius*, o papa Paulo VI criou a diocese de Paranaíba. A posse do primeiro bispo, Dom Benjamin de Souza Gomes foi celebrada, em 7 de julho de 1968. A nova diocese contava com 15 paróquias dentre 25 municípios.

¹⁵ Foi durante a VI assembleia diocesana que foram criados os vicariatos episcopais, e foram eleitos para as funções de vigários episcopais: Vicariato episcopal de Maringá: Pe. Bernardo Cnudde; para o vicariato episcopal de Nova Esperança: Pe. Bernardo Lauria; e para o vicariato de Jandaia do Sul: Pe. Orivaldo Robles.

segundo diretrizes expressas no decreto do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre o Múnus pastoral dos Bispos '*Christus Dominus*' nº 27 [...] O mesmo, visa possibilitar ao bispo exercer da melhor maneira possível o governo pastoral da diocese (COELHO, 1980).

Essa divisão se manteve até o final do governo do primeiro bispo, dado ao crescimento no número de paróquias, que ao longo do seu governo foram sendo erigidas. Com a chegada de Dom Murilo Krieger na diocese de Maringá no ano de 1997, sentiu-se a necessidade de dividir o território diocesano novamente em pequenas regiões pastorais¹⁶, de modo, que algumas ações chegassem de maneira mais eficaz à todas as paróquias.

Nas paróquias, a divisão que foi assumida desde o ano de 1973 com o primeiro plano de ação pastoral da diocese foi, a implantação das comunidades de base, buscando uma descentralização e uma evangelização que partisse da base, do concreto da vida das pessoas.

Desse modo, foi sendo construído os caminhos de evangelização da diocese de Maringá. Até os tempos atuais, encontramos uma diocese dividida por regiões pastorais, atualmente oito¹⁷, todas as paróquias estão divididas em comunidades de base, sendo que em cada umas delas contam com um/a coordenador/a leigo/a. O trabalho incansável do clero e dos leigos e leigas engajados permitiram que, o caminho pastoral dessa diocese fosse construído de maneira orgânica e organizada.

Uma caminhada com base no progresso, na construção gradual e numa organização pautada pela necessidade sentida em cada tempo para favorecer a participação dos fiéis leigos nos ambientes eclesiais foi, erigida e consolidada nas terras norte pioneira. Hoje a Igreja continua em seu caminho de organização, planejamento e estruturação, construindo uma evangelização eficaz e em plena sintonia com as necessidades do tempo vigente.

¹⁶ Com a chegada de Dom Murilo Krieger a diocese de Maringá foi dividida novamente em regiões pastorais, sob as orientações do então coordenador de pastoral Pe. Luiz Antônio Bento, ficando assim dividida: Região Pastoral Centro, coordenador Mons. Orivaldo Robles; Região Pastoral Centro Norte, coordenador Pe. Nelson Molina; Região Pastoral Centro Sul, coordenador Pe. Manoel Silva Filho; Região Pastoral Centro Leste, coordenador Pe. Zenildo Megiatto; Região Pastoral Oeste, coordenador Pe. Edmar Peron.

¹⁷ No ano de 2009 as Regiões Pastorais que levava os nomes dos pontos cardeais passaram a ser chamadas com os nomes das paróquias sede das regiões. Atualmente a diocese está dividida em oito Regiões, sendo elas: Região Pastoral Catedral, Região Pastoral Sarandi – Nossa Senhora das Graças, Região Pastoral São José Operário, Região Pastoral Nossa Senhora Aparecida, Região Pastoral Santa Cruz, Região Pastoral Castelo Branco, Região Pastoral Paranacity.

2.2. Dinamismos pastorais e organização eclesial da diocese de Maringá

A Diocese de Maringá teve um desenvolvimento na evangelização pautada pelos princípios conciliares. O desejo era inserir o povo de Deus na atuação plena da vida eclesial, e fazê-los agentes diretos da evangelização. Com a evasão das pessoas que viviam nas áreas rurais para os grandes centros após a crise do café em 1975, muita coisa mudou no modo da evangelização.

O caminho pastoral que ao longo dos primeiros dezessete anos vinha sendo desenvolvido com olhar rural, precisou adaptar para uma nova conjuntura social que se fazia sentir. No campo pastoral, além da influência por parte da Ação Católica, foi preciso organizar a ação pastoral através dos princípios de planejamento, e criar uma estrutura de coordenação de pastoral para ser uma referência na atuação pastoral, estar disponível para desenvolver ações criativas que se fizesse sentir em todo território diocesano.

Um trabalho que acontecendo junto com os padres, religiosos e religiosas e com os leigos e leigas, possibilitou um vigor e dinamismo, desde os primórdios até os tempos atuais.

2.2.1. Itinerário da Evangelização na Diocese de Maringá

O caminho pastoral percorrido pela diocese de Maringá, está diretamente relacionado aos apelos de *Aggironamento* apresentado pelo Concílio Vaticano II, que tratou de ser um concílio eminentemente pastoral, com discussões doutrinárias e de fortalecimento dos laços cristãos (ALBERIGO, 1999, p, 51).

A proposta que saltava aos olhos era de uma reforma naquilo que tange as questões internas e externas a Igreja. Para tanto, dois documentos elaborados durante as sessões apontam essas preocupações: *Lumen Gentium*¹⁸ e *Guadium et*

¹⁸ Documento considerado um dos mais importantes do Concílio Vaticano II, discutido de maneira prolongada durante a segunda sessão conciliar (29/09 a 04/12 de 1963). Sua aprovação e promulgação se deram em 21 de novembro de 1964. O tema principal se refere à natureza e constituição da Igreja, enquanto, instituição e como Corpo Místico de Cristo.

*Spes*¹⁹. Desse modo, tinha-se um quadro amplo de discussões referentes aos problemas e dinamismos eclesiais.

A estruturação de uma pastoral orgânica pelas dioceses se tornou um apelo dos padres conciliares, que viam a necessidade de uma pastoral efetiva que contasse com uma atuação direta de todos os fiéis batizados. O decreto *Christus Dominus*²⁰ tratando da colegialidade dos bispos, apresenta a real necessidade da elevação e estruturação de uma pastoral orgânica sistematizada, que anunciasse, de modo eficaz, o reino de Deus:

Favoreçam-se as várias formas de apostolado e, em toda a diocese e em cada uma das suas partes, a coordenação e a união de todas as obras apostólicas sob a direção do Bispo, de maneira que todas as iniciativas e instituições de carácter catequético, missionário, caritativo, social, familiar e escolar, e qualquer outro trabalho com finalidade pastoral, tenham um desenvolvimento harmónico, o que ao mesmo tempo fará sobressair mais a unidade da diocese. Inculque-se com insistência a obrigação que todos os fiéis têm de exercer o apostolado, segundo a própria condição e capacidade; e recomende-se-lhes que dêem o seu nome e apoio às várias obras de apostolado dos leigos, sobretudo à Ação Católica [...]. Os métodos de apostolado adaptem-se perfeitamente às necessidades atuais, tendo em vista as novas condições, não só espirituais e morais, mas também sociais, demográficas e económicas. Para se conseguir essa adaptação com eficácia e fruto, serão muito úteis os inquéritos sociais e religiosos, realizados por centros de sociologia pastoral que muito se recomendam (CD, nº 17).

De modo que os fiéis se aproximassem cada vez mais da atuação católica, o Vaticano II iniciou uma nova era à eclesiologia. Uma Igreja que passando pelos ditames hierárquicos, valoriza a presença e atuação de todos os fiéis batizados que formam a grande comunidade do povo de Deus (FLORISTAN; TAMAYO, 1985, p. 41).

Nesse mesmo período surge na diocese de Maringá, com bastante força, alguns movimentos eclesiais que iniciarão um caminho pastoral e, que anos mais tarde, ajudarão nas estruturas de planejamento assumidas que são: Movimento de

¹⁹ Trata-se de uma constituição pastoral, refletindo sobre a Igreja no mundo contemporâneo e a relação que entre ambos pode ser estabelecida. Discutida entre as sessões conciliares, sua aprovação e promulgação se deu somente nos últimos instantes da quarta e última sessão (14/09 a 08/12 de 1965), no dia 07 de dezembro de 1965.

²⁰ Decreto aprovado e promulgado no dia 28 de outubro de 1965, tratando do ministério episcopal, ligado intimamente com o terceiro capítulo da *Lumen Gentium*. Trata de oferecer orientações pastorais aos bispos que exercem autoridade sobre a Igreja, sendo ele servidor e membro – pelo batismo – do povo de Deus.

Cursilho de Cristandade²¹; Congregação Mariana²² e o Movimento Familiar Cristão²³. Esses movimentos garantiram o vigor da diocese com a participação efetiva dos leigos e leigas, e contou sempre com o apoio do bispo diocesano. Alguns encontros realizados nos pavilhões do seminário reuniam em média cento e trinta pessoas, organizado pelos agentes de pastoral.

Outra iniciativa assumida desde o ano de 1971 foram as assembleias diocesanas, agora, o caminho pastoral era decidido não somente pelos clérigos, mas também pelo laicato. Para tanto, a cada assembleia que se aproximava, um material de apoio era desenvolvido e enviado às paróquias para serem respondido e analisado.

Após, uma síntese desse material recolhido, o coordenador da ação pastoral, apresentava no dia da assembleia um resumo contendo o conteúdo principal recolhido da consulta. Desse modo, os leigos e leigas tornavam-se cada vez mais protagonistas da ação.

Além disso, é nos anos 70²⁴ que as Igrejas construídas de madeira dão espaço para as construções em alvenaria, mostrando que a diocese continua a acompanhar os passos da cidade. Isso mostra, que o progresso também vai acontecendo na diocese, e por isso, o caminho pastoral deveria ser assumido com responsabilidade e com os pés fincados na realidade.

²¹ O Movimento de Cursilhos ou “a obra dos Cursilhos”, como se dizia, teve seu início no singular contexto social, econômico, político e religioso da Espanha nas décadas de 1930-1940. Chega a diocese de Maringá sob influência do Bispo diocesano no ano de 1971. Os fiéis divididos em encontros específicos para mulheres e homens, casados e jovens, tinham duração de três dias e a formação cristã ali oferecida eram ministradas quase que na sua totalidade por leigos, sendo reservada apenas as formações sobre sacramentos ao Bispo Diocesano e a explicação da Missa a um sacerdote.

²²A Congregação Mariana teve início em 1563 em Roma com os Jesuítas e rapidamente se espalharam pelo mundo, principalmente nos colégios da Companhia de Jesus. A Congregação Mariana chega ao Brasil através dos Jesuítas no ano de 1759 e em 1937 teve sua sede nacional erigida na cidade do Rio de Janeiro. Na diocese de Maringá, também através dos Jesuítas chega a congregação por volta do ano de 1975.

²³ A criação do Movimento Familiar Cristão está associada ao Pós-Guerra, devido a dor e desespero das famílias que perderam seus familiares nos campos de batalha ou que foram mortos por soldados. Surge no Uruguai no ano de 1950. No Brasil o movimento chega em julho de 1955, durante o Congresso Eucarístico Internacional realizado no Rio de Janeiro, através dos Pe. Helder Câmara e Távora. Na diocese de Maringá o movimento chega por volta do ano de 1972, apoiado pelo bispo diocesano.

²⁴ Os anos 70 marcaram as terras norte pioneiras do Estado do Paraná, quando no dia 18 de julho de 1975 aconteceu uma das maiores geadas registradas na história do Estado. A economia que se baseava quase toda no plantio do café entrou numa profunda crise, pois, toda a plantação foi atingida com o forte frio. É então nesse período, que segundo o Instituto brasileiro de geografia e estatística cerca de 1,2 milhões de pessoas deixaram o campo no Paraná. A geada Negra acelerou o processo de êxodo rural e assim, os lugares campestres superpopulosos deixam de existir. As pessoas migraram para cidades grandes, onde o desenvolvimento já havia chegado. Iniciava-se assim um novo formato na evangelização e as primeiras discussões da evangelização no mundo urbano começam a surgir.

Com o êxodo rural provocado pela crise do café e a mecanização da agricultura, muda-se o rosto da evangelização na diocese de Maringá. Impulsionada pela Conferência Episcopal de Puebla (1979), uma nova pastoral orgânica centrada em comunidades de base, em conselhos paroquiais e dirigentes leigos e leigas protagonistas da vida eclesial, começam a surgir. Assim afirma Puebla:

Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o espírito de *Medellín* e os critérios da *Evangelii Nuntiandi*; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas. Em especial, é preciso procurar como podem as pequenas comunidades, que se multiplicam nas periferias e zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso continente (DP 648).

Neste momento, as Igrejas são resultados de mutirão de pessoas que se unem para construir seus templos, com poucos recursos e difíceis condições financeiras. São criadas neste momento as paróquias da região de periferia de Maringá. Tratava-se de um forte momento de interação entre fé e vida na evangelização, um novo paradigma pastoral de compreensão e vivência da religião²⁵.

Em meados dos anos noventa foi nomeado um novo bispo para diocese - após quarente anos do governo de Dom Jaime - Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger. Nesse momento, a preocupação com a evangelização começa a ser outra devido à forte massificação da sociedade, o secularismo cada vez mais crescente e o forte crescimento do distanciamento entre as pessoas da vida eclesial. Por isso, o apelo será de uma evangelização que ultrapasse os templos religiosos e ganhe reforço nos mass-media e nas novas expressões religiosas.

Encontraremos nesse momento o fortalecimento dos encontros de massa que reúnem multidões para momentos de oração e muito será falado no Espírito Santo, ligando-se diretamente a uma vivência pentecostal da fé. Essa tendência se espalhava cada vez mais em vários territórios, um exemplo disso, é quando em junho de 1998, a revista *Christian history*, referência no assunto, publicou uma edição especial sobre o surgimento do pentecostalismo, e afirmou: “o pentecostalismo é um acontecimento mais fenomenal do cristianismo que reúne o maior número de cristãos no final dos anos noventa e no início do novo milênio” (*The Rise of Pentecostalism, Christian History*, ed. 58, v. XVII, n.2).

²⁵ Nesse período são criadas as paróquias das zonas periféricas da cidade de Maringá, sendo elas: São Francisco de Assis (1978), Nossa Senhora das Graças (1978), Sagrado Coração de Jesus (1980), Santa Izabel de Portugal (1990) e São Judas Tadeu (1990).

O crescimento explosivo e contínuo do pentecostalismo, favorece o fortalecimento dos grupos ligados a Renovação Carismática Católica²⁶. Na diocese de Maringá, com o fortalecimento dos grupos e grande número de fiéis que começam a aderir essa espiritualidade, será estruturado dois grandes eventos para reunir a grande massa diocesana sob a linha pentecostal, cenáculo com Maria e o Halleu. Estes foram motivado pelo bispo diocesano, para reunir uma grande massa de pessoas e fazê-las sentir um encontro com o Espírito doador dos dons.

Nesta mesma época será instalado no território diocesano a primeira Rádio da diocese da Maringá, Rádio Colmeia, que através das ondas dos 1170 AM será a voz da Igreja através do Rádio. Além da rádio é instalado a TV 3ª Milênio, para ser um canal católico no território diocesano.

Com a chegada do novo milênio é eleito para Maringá o terceiro bispo diocesano, em 17 de julho de 2002, dom João Braz de Aviz. Em seu curto governo de apenas dezesseis meses, se destacou pelas visitas pastorais às paróquias para conhecer o rebanho que lhe fora confiado.

Pelo pouco tempo, conseguiu visitar as paróquias do Oeste e Leste diocesano, não sendo possível fazer sua visita às paróquias da região central (Robles, 2007, p. 286). Não tardou muito e um novo bispo para Maringá é eleito pelo papa João Paulo II, Dom Anuar Battisti, tomando posse da nova diocese em 24 de novembro de 2004, onde permanece bispo até os dias atuais.

Uma Igreja jovem com olhar voltado para o futuro sem perder suas origens e história para com o passado. A geração atual reconhece o esforço daqueles que a precederam, e ao mesmo tempo, se lança aos novos desafios em vista de continuar o caminho de evangelização.

²⁶ A Renovação Carismática Católica surge em Maringá no final da década de setenta com um grupo de oração fundado em agosto de 1979 na capela das irmãs Paulinas no centro de Maringá, e que reunia alunos e funcionários da Universidade Estadual de Maringá. Os primeiros passos de organização institucional do movimento foram registrados no início dos anos noventa, quando aconteceria um grandioso evento, intitulado Pentecostes, no dia de pentecostes do ano de 1993 no Estádio de futebol Willi Davis - completamente lotado – com a presença do Pe. Jonas Abib, fundador da comunidade Canção Nova.

2.2.2. A participação dos leigos sob influência dos “jecistas”

Em 1935, correspondendo a um apelo do Papa Pio XI²⁷, foi organizado o movimento da ação católica no Brasil. Tratava de ser um organismo com características próprias, distinta de outros organismos do apostolado dos leigos e leigas. Um movimento que influenciou muito a formação dos fiéis católicos, tanto nos países de centro, como nos países periféricos e, foi visto pelo Papa como “um instrumento de mobilização dos leigos contra as ideologias do materialismo e do liberalismo” (BORAN, 1994, p. 23). Uma iniciativa tímida, em que, a Igreja se abria para a participação mais ativa do laicato.

Associado com o mandato da hierarquia, o movimento foi se destacando e encontrando forças para sair de uma condição de submissão para uma posição ativa junto à vida eclesial. Nesse momento, é eleito um novo Papa que assume com o nome de Pio XII e continua a valorizar a inserção dos leigos e leigas no meio eclesial e, insere em seu discurso a importância, a cooperação e a colaboração que exercem na Igreja através de seu batismo:

Ao contemplar este magnífico encontro da Ação Católica, a primeira palavra que vem aos nossos lábios é agradecer a Deus por nos oferecer este presente tão grandioso; então, minha gratidão a vocês, filhos amados, por querer implementá-lo diante de nosso olhar exultante. Sabemos bem que nuvens ameaçadoras estão se acumulando no mundo, e somente o Senhor Jesus conhece nosso contínuo temor pelo destino de uma humanidade, da qual Ele, o Supremo Pastor invisível, quis se fazer visível como Pastor [...] Jesus quer em sua bondade que as nuvens se rasguem e que um raio de sol pareça triunfante; um sinal de que mesmo as nuvens mais escuras não destroem a luz, mas apenas ocultam seu esplendor. E agora, aqui está um exército pacífico de homens militantes na Ação Católica; cristãos vivos e vivificantes; bom pão e ao mesmo tempo fermento muito precioso no meio da massa de outros homens; cento e cinquenta mil, a maioria pais de famílias, que dedicam todos os esforços para viverem o batismo. Centenas de milhares de homens católicos, estão presentes aqui com o ardor de seu espírito, sua fé, seu amor. Homens maduros e de todas as condições, todos os irmãos em Cristo unidos numa só fé e num só coração. (PIO XII, 1952)

Uma nova abertura à vida eclesial começa a surgir para possibilitar que a fé chegue no concreto da vida das pessoas. A mudança na estratégia na evangelização começou a ser sentida, pois, as respostas pastorais até então oferecidas pela Igreja já não corresponde mais às necessidades do mundo. Não se pode mais ficar

²⁷ Sendo eleito papa o Cardeal milanês Ambrogio Damiano Achille Ratti, que escolheu o nome de Pio XI (1922-1939), escreve em sua primeira encíclica *Ubi Arcano*, de 23 de dezembro de 1922, sobre a importância dos leigos no mundo e cria o movimento da Ação Católica, conclamando os leigos a participarem do apostolado da hierarquia e serem fermento na sociedade.

esperando o povo vir a Igreja, é preciso sair e ir ao encontro das pessoas, nos diversos lugares onde elas se encontram (BORAN, 1941, p. 24).

Nesse sentido, o Concílio Vaticano II que se empenhou em responder comunitária e positivamente aos conteúdos evangélicos essenciais à humanidade segundo os critérios do “*aggiornamento*”, afirmou o papel ativo de todos os batizados, particularmente dos leigos e leigas:

Unidos no Povo de Deus, e constituídos no corpo único de Cristo sob uma só cabeça, os leigos, sejam quais forem, todos são chamados a concorrer como membros vivos, com todas as forças que receberam da bondade do Criador e por graça do Redentor, para o crescimento da Igreja e sua contínua santificação. O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, e para ele todos são destinados pelo Senhor, por meio do Batismo e da Confirmação. E os sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam aquele amor para com Deus e para com os homens, que é a alma de todo o apostolado. Mas os leigos são especialmente chamados a tornarem a Igreja presente e ativa naqueles locais e circunstâncias em que só por meio deles ela pode ser o ‘sal da terra’. Deste modo, todo e qualquer leigo, pelos dons que lhe foram concedidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja. Além deste apostolado, que diz respeito a todos os fiéis, os leigos podem ainda ser chamados, por diversos modos, a uma colaboração mais imediata no apostolado da hierarquia, à semelhança daqueles homens e mulheres que ajudavam o apóstolo Paulo no Evangelho, trabalhando muito no Senhor. Têm ainda a capacidade de ser chamados pela hierarquia a exercer certos cargos eclesiais, com finalidade espiritual. Incumbe, portanto, a todos os leigos a magnífica tarefa de trabalhar para que o desígnio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e lugares (LG 33).

Os leigos e leigas, passaram e ter voz ativa em todas as obras de evangelização da Igreja, com formas de participação nos ministérios da hierarquia, não sendo mais considerados cristãos de segunda categoria, mas chamados à mesma santidade e compromisso com a vida eclesial. Sua missão primeira, deverá ser o seu testemunho no mundo, fazendo com que cresça o Reino de Deus diante da sociedade.

A partir da Ação Católica e do Concílio Vaticano II, o movimento do laicato vai ganhando força, e uma nova metodologia aparece superando o método dedutivo tradicional, que partia dos princípios abstratos, de dogmas e das leis (BORAN, 1941, p. 26). O ponto de partida agora é a vida concreta das pessoas, principalmente dos jovens, e serão eles os grandes protagonistas de um movimento de transformação.

A partir dessa nova metodologia surgem: a Juventude Agrária Católica (JAC); a Juventude Estudantil Católica (JEC); a Juventude Independente Católica (JIC); a Juventude Operária Católica (JOC); e a Juventude Universitária Católica (JUC). Os militantes desses movimentos, queriam transformar o meio onde os jovens viviam,

estudavam e trabalhavam, queriam mudar as atitudes dos jovens com os quais se encontravam (BORAN, 1994, p. 27).

Na diocese de Maringá esses movimentos são sentidos a partir do ano de 1958, quando será realizado a mando do bispo, o primeiro encontro da Juventude Estudantil Católica (JEC). Reuniram-se jovens interessados em assuntos sociais e em transformação da sociedade²⁸, os assuntos discutidos no seio da sociedade encontravam reflexo dentro do movimento. O desejo é fazer com que a religião não seja apenas um meio de sacramentalização, mas de formação de consciências e de mudanças sociais em benefício de todos.

Esse movimento da Juventude Estudantil Católica, foi para diocese de Maringá um forte movimento de formação dos leigos e leigas, principalmente dos jovens que a cada tempo se agregavam mais para discutirem os problemas sociais e formularem soluções para transformarem o ambiente em que estavam situados. Este movimento dos 'jecistas' ainda, foi reconhecido como o berço da Pastoral da Juventude.

Em todos os agrupamentos da diocese, partindo do desejo de transformação e formação das consciências frente ao mundo desigual, as lideranças católicas começaram a somar forças para um reconhecimento da responsabilidade social comum. Os fiéis, começaram a ser instruídos a não se omitirem frente às obrigações de cidadãos, e os temas relacionados à justiça social em geral, era desenvolvido junto às comunidades e grupos de jovens que começavam a existir.

Desde então, muitas entidades começaram a sensibilizar-se com os mais necessitados, através da força da Igreja, como: o movimento Voz e Vez da Mulher; o Movimento Ecumênico de Maringá²⁹; a Associação Indiginista de Maringá; a

²⁸ Pe. Orivaldo Robles traz em seu livro *a Igreja que Brotou da Mata* um elenco de nomes dos principais jovens que fizeram parte dos primórdios do movimento da Juventude Estudantil Católica: “João Waldecir Scramin, Adilson Irineu Schiovoni, João Falavigna, Massataka Murata, Irineu Muchagata, Loreete Girardi, Maria Elisa Jarreta, Sandra Valente, Márcia Dutra de Oliveira, Djanira Knabben, Vanir Cecília Maiochi e Sulamita Knabben”. A orientação espiritual era assegurada pela irmã Dorilva Farias da Costa, das Missionárias de Jesus Crucificado (ROBLES, 2007, p. 235).

²⁹ Este foi o movimento mais importante iniciado pela diocese. O desejo de um diálogo mais próximos das outras expressões cristãs, que se fazia sentir a partir do Concílio Vaticano II, fora assumido como muito afincado pelos planos de pastoral. Desde o primeiro plano de pastoral orgânica de 1973, até meados dos 2000, a diocese assumiu como prioridade de maneira explícita, a linha de evangelização, *unidade visível*. Esta linha, além de fundamentar a comunhão e participação entre o clero e o laicato, também, apresenta a importância do diálogo ecumênico para a Igreja. Nos planos de pastoral desse período, em todos aparecem como um apelo urgente firmar esse compromisso de diálogo, para “mostrar ao mundo que os cristãos, mesmo separados por suas doutrinas, vivem a plena comunhão anunciada por Jesus Cristo. Sendo sinal e testemunho para todas as pessoas, que devem olhar para essa comunidade que é única e dizer: vejam como eles se amam” (Diocese de Maringá, 1979). Tornou-se o movimento mais importante, pois, além de estar fundamentado agora pela doutrina eclesial, este é um dos poucos movimentos que continua com sua atuação viva. Além disso, desse movimento ecumênico, surgiu a

Associação União e Consciência Negra; os Amigos do Hospital Universitário; dentre tantas ONG's que foram surgindo e ganhando força (ROBLES, 2007, p. 209).

Dentre essa dimensão social da fé, encontramos homens e mulheres que se destacaram como frentes desse trabalho. Os padres: Zenildo Megiatto, Pe. João Caruana e o Décio Valdevino Marques, juntamente com alguns leigos e leigas, estiveram o tempo todo em linha de frente na defesa dessas realidades. Levantando as bandeiras contra a injustiça sofrida pelos indígenas, pelos sem-terra, pelos injustiçados da região metropolitana de Maringá, enfrentaram as autoridades civis, e por vezes, foram ameaços de morte. Porém, isso nunca foi motivo, para desistirem dessa luta.

Através do trabalho desenvolvido por essas entidades e organismos, a Igreja de Maringá se mostrava aberta ao mundo e percebe, que por mais que tenha impulsionado a criação desses grupos, ela não é a única voz religiosa aos cidadãos. Há um pluralismo que deve ser levado em consideração, e que não pode ser esquecido.

Por isso, dentre esses movimentos, a maior de todos e o que ganhou importância singular, foi o movimento ecumênico, no qual, assumindo a proposta conciliar do diálogo com as outras Igrejas, apresenta critérios e princípios para busca de comunhão na fé (UR 2). É fundamental que os fiéis se relacionem positivamente com os fiéis de outras Igrejas, para que juntos colaborem para a construção do Reino.

Ao assumir o ecumenismo, desenvolve-se uma eclesiologia relacional contruída a partir e no encontro das diferentes formas de ser Igreja de Cristo. Ao apresentar a importância desse movimento, Elias Wolff aponta: leigas:

O ser da Igreja pode melhor se expressar na complementariedade, interação e reconciliação das diferentes Igrejas do que em uma Igreja apenas. Isso é base da cooperação e da comunhão entre os cristãos. O diálogo entre as Igrejas, permite compreender que cada comunhão cristã estabelece um vínculo mais ou menos imediato entre esta ou aquela verdade e fundamento. Isso significa, que o diálogo entre as Igrejas deve verificar a fidelidade destas e que, a eclesiologia é um complexo estruturado de doutrinas, de cujo núcleo do ser eclesial alguns elementos doutrinários estão mais próximos do que outros (WOLFF, 2018, p. 62).

necessidade no início dos anos 2000, da promoção do diálogo inter-religioso. Esse movimento, também surgiu por iniciativa da diocese de Maringá, que, desde sua implantação, conta com um padre assessor, para ser a ponte e a referência para o diálogo. Todos os anos, é celebrado uma grande noite de oração pela paz, onde reúnem os grandes líderes das religiões existentes no território diocesano. A cada ano, este encontro é celebrado em uma sede de Igreja diferente, e conta com uma participação numerosa de fiéis, que são instruídos a serem promotores do amor e da paz.

Este movimento iniciou seus trabalhos em Maringá no dia, 22 de agosto de 1997, quando pela primeira vez em território diocesano, as Igrejas cristãs se unirão para rezarem juntos pela paz. O surgimento desse diálogo, é fruto do projeto de evangelização rumo ao novo milênio, apresentado pelo então bispo diocesano, Dom Murilo Krieger, que colocava a Igreja de Maringá, frente aos desafios do mundo contemporâneo.

De lá para cá, o movimento vem ganhando cada vez mais força, e participam ativamente as Igrejas Anglicana, Luterana e Católica. Mais recentemente no ano de 2014, o movimento recebeu da câmara municipal, o título de *Utilidade Pública*, no qual, permitiu a possibilidade de criação e elaboração de projetos educacionais e sociais, em vista da promoção do ecumenismo no município.

O respeito de que a Igreja Católica se fez merecedora, tem seu fundamento em tantos homens e mulheres que servindo a Igreja através de seu batismo, fizeram e fazem acontecer o Evangelho de Cristo nestas terras. A força que os leigos e leigas desempenharam seus trabalhos pastorais desde os primórdios da evangelização, garantiu um crescimento e fortalecimento na ação evangelizadora da Igreja que está em Maringá, de modo, que todos ao seu modo cooperaram unanimemente na obra do bem comum.

2.2.3. Criação da coordenação da pastoral diocesana

A vida da Igreja nos ensina que esta não se renova somente a partir de uma reflexão do Evangelho por parte dos homens, mas também através dos acontecimentos externos que estão à sua volta. (GALILÉIA, 1968, p. 78) A renovação pastoral e teológica nasceu muitas vezes de fatos sociais que se distanciavam das reflexões produzidas pela Igreja, e então, sua doutrina muitas vezes via-se distante da realidade do povo de Deus.

Com a pastoral de conjunto não foi diferente. Quando dos primeiros passos de seu nascimento e estruturação, as propostas de colocar coisas em comum, partilhar coordenação, unificar objetivos, nascem exatamente das necessidades das dioceses ou prelazias mais pobres. Eram esses os primeiros passos para uma descentralização na evangelização.

A Igreja não estava preparada para uma evangelização descentralizada da instituição, partindo de estruturas de planejamento e fortalecimento de uma pastoral

inserida nas necessidades de seu tempo. Mas era preciso se adaptar a essa nova exigência da evangelização que sai de um imobilismo eclesiológico para uma Igreja comunhão e participação.

Para tanto, é necessário organizar a ação para que haja eficácia e, faça cumprir o seu papel de evangelização. Em audiência concedida aos Bispos da América Latina, em 23 de novembro de 1965, o papa Paulo VI orienta:

A atividade pastoral não pode processar-se às cegas. O apóstolo não corre em busca do incerto, nem golpeia no ar (1 Cor 9, 26). Hoje foge à acomodação e ao perigo do empirismo. Um sábio planejamento pode também oferecer à Igreja um meio eficaz e incentivo de trabalho. Sabemos que em alguns dos vossos países forma elaborados planos de pastoral de conjunto, em resposta à encarecida recomendação do nosso predecessor João XXIII. O exemplo poderá ser seguido pelos demais episcopados (PAULO VI, 1965).

Não há que negar que o planejamento pastoral penetrou nas vísceras da Igreja, e sua implantação é vista como “o coração de uma considerável renovação que já é realidade, pois, ele amplia a esperança e permite com que a Igreja se torne ainda mais fiel ao Senhor, e comprometida com a história dos homens” (COLUSSI, 1974, p. 1).

É então a partir da pastoral de conjunto e orgânica, que se faz sentir a necessidade de uma coordenação de pastoral para que as necessidades de renovação fossem projetadas e acompanhadas de maneira efetiva. Um novo ministério que para surgir deve estar consciente que sua parte da vida do povo, da realidade concreta e, das exigências de cada tempo. Faz-se necessário esta sensibilidade para então, ser capaz de ir ao encontro das pessoas em esquemas complexos e desenvolver a evangelização.

A coordenação de pastoral deve estar ciente de sua atuação no mundo, de modo, a não ser “um mero serviço à organização de um ou de muitos aspectos da Igreja, mas se trata antes de tudo, de um ministério global da Igreja” (COLUSSI, 1976, p. 2). Por isso, sua principal preocupação é o conjunto da ação da Igreja, de tal modo que, prova integralmente o homem, pois, ela está como um serviço à vida.

Cabe a coordenação de pastoral organizar uma Igreja que seja profética, sinal no meio do povo, e preste um serviço eficaz ao mundo, de quem ela deve ser contínua servidora como fora assumida pelo Vaticano II:

O Concílio, testemunhando e expondo a fé de todo o povo de Deus congregado por Cristo, não pode demonstrar com maior eloquência sua solidariedade, respeito e amor para com toda a família humana, à qual esse povo pertence, se não estabelecendo com ela um diálogo sobre aqueles

vários problemas, iluminando-os à luz tirada do Evangelho e fornecendo ao gênero humano os recursos de salvação que a própria Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe de seu Fundador. É a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renovada. É, portanto, o homem considerado em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, que será o eixo de toda nossa explanação. Por isso, proclamando a vocação altíssima do homem e afirmando existir nele uma semente divina, o Sacrossanto Concílio oferece ao gênero humano a colaboração sincera da Igreja para o estabelecimento de uma fraternidade universal que corresponda a esta vocação. Nenhuma ambição terrestre move a Igreja. Com efeito, guiada pelo Espírito Santo ela pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para condenar, para servir e não para ser servido (GS 3).

Na diocese de Maringá a iniciativa de dispensar um padre dos trabalhos paroquias para se dedicar exclusivamente à pastoral diocesana, se deu em 1968 quando o bispo diocesano apresentou os padres, Pe. Antônio de Pádua Almeida e Pe. Orivaldo Robles como coordenadores da pastoral diocesana. Com a nomeação, os coordenadores da ação pastoral estavam liberados para qualquer ação pastoral que um padre quisesse implantar em sua paróquia, ou para encaminhar as atividades diocesanas.

Após um ano dedicado a esse trabalho de iniciar uma ação nova na Igreja, Pe. Orivaldo foi nomeado cooperador da Catedral, ficando somente o Pe. Almeida nesse serviço. Porém, não demorou muito e no mesmo ano de 1969 a função de coordenador de pastoral exercida pelo Pe. Almeida foi interrompida devido a sua indicação pelo bispo diocesano para estudar Teologia Pastoral na Pontifícia Universidade Lateranense de Roma, retornando para diocese no final de 1971, quando novamente é nomeado coordenador da ação pastoral diocesana, permanecendo no cargo até o ano de 1982 (ROBLES, 2011, p. 239).

Seu trabalho esteve sempre em sintonia com os planos de ação pastoral da CNBB e do Regional Sul II³⁰, tendo como grande iniciativa a elaboração dos Planos de Pastoral orgânica que nortearam os trabalhos pastorais. Além disso, publicou os

³⁰ Até o ano de 1964 o Paraná pertencia, em termos de administração pastoral, ao secretariado Sul I, abrangendo também o Estado de São Paulo. Foi durante a 6^o assembleia geral da CNBB, datada a 30 de setembro de 1964, fora criado o secretariado sul II, com sede em Curitiba. Dom Jaime Luiz Coelho, foi eleito o primeiro secretário do Regional Sul II. Desde sua criação, houveram muito trabalho e muitas reuniões para a busca da unidade do episcopado do regional e de traçarem metas comuns. Desde o ano de 1965, o regional lançou os planos de pastoral para o Regional Sul II, contendo orientações práticas de rumos pastorais que as dioceses poderiam tomar. Mais recentemente, a cada quatro anos, é lançado um guia de orientações pastorais, fruto de reuniões e assembleias do regional, com a participação do episcopado, dos padres, dos religiosos e religiosas e dos leigos e leigas.

materiais para catequese a nível diocesano, seguindo uma linha que ligavam o caminho catecumenal com o doutrinário.

O seu grande empenho nesses anos de trabalho, foi quanto à implantação das Comunidades Eclesiais de Base nas paróquias. Sabia que este era o caminho de evangelização mais eficaz e que responderia às necessidades da evangelização. Este método fruto das Conferencias Episcopais Latino Americana, surgia como um apelo à uma evangelização à essa proposta de uma evangelização mais próxima à realidade:

Está comprovado que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromisso com a família, com o trabalho, o bairro e a comunidade local. Destacamos com alegria, como fato eclesial relevante e caracteristicamente nosso e como esperança da Igreja, a multiplicação das pequenas comunidades. Constituem elas ambiente propício para o surgimento de novos serviços leigos. Nelas se tem difundido muito a catequese familiar e a educação dos adultos na fé, de forma mais adequada ao povo mais simples (DP 629).

Após o seu período de atuação nessa função, padre Almeida foi substituído pelo Pe. Vicente Costa que ficou no cargo até o ano de 1985, quando foi indicado para estudar Sagrada Escritura em Roma e Jerusalém. Com o seu retorno para diocese no ano de 1993, Pe. Vicente reassumiu o cargo permanecendo mais dois anos liberados para esse serviço³¹.

De lá para cá, a diocese contou com o auxílio de outros padres nessa função: Pe. Júlio Antônio da Silva, Pe. Antônio Alczuk, Pe. Luiz Antônio Bento, Pe. Sidney Fabril, Pe. Israel Zago. Porém, desta vez, nenhum dos padres foram liberados para essa função, pois, a diocese não teve condições de liberar um padre exclusivamente para coordenar a pastoral diocesana, então, além de coordenadores pastorais esses padres acumulavam quase sempre a função de párocos. Mesmo com essas funções acumuladas a pastoral diocesana continuou sua caminhada de organização e planejamento.

Ter um padre como referência nesse trabalho da ação evangelizadora, ajudou muito os bispos diocesanos a desenvolver os trabalhos pastorais e a trilhar um caminho de planejamento conjunto entre clérigos, religiosos e religiosas e leigos e legas. Os planos de pastorais a cada tempo eram melhor elaborados, com

³¹ Ao longo desses 60 anos de evangelização da Arquidiocese de Maringá, somente os dois padres, Pe. Antônio de Pádua Almeida e Pe. Vicente Costa estiveram liberados exclusivamente para esse serviço. Depois disso, dado a carência do clero diocesano devido a criação de novas paróquias e novos serviços, a diocese não reuniu mais condições para uma exclusividade nessa função pastoral.

metodologias que correspondiam as necessidades do tempo em que se estava inserido.

O caminho assumido pela Diocese ao longo desses anos de evangelização pastoral, foi da descentralização, distribuindo responsabilidades também aos leigos e leigas engajados. As iniciativas de novas formas de organização e participação popular, como as assembleias diocesanas (desde 1971), criação do conselho de ação pastoral reunindo clérigos e leigos e leigas (2006), criação do conselho de leigos (2009), e a divisão de equipes de trabalho, foi surgindo lentamente e um novo estilo de animação pastoral foi sendo desenvolvido.

Por ser um ministério global que incide sobre toda ação pastoral da Igreja, os coordenadores de pastoral procuraram estar em íntima sintonia com a eclesiologia do pós-vaticano II e a realidade em que estavam inseridos, por isso, criaram estruturas de participação na vida da Igreja e que até hoje se matem, mostrando assim que “todos são inseridos no corpo místico de Cristo pelo batismo” (LG 32), exercendo igual dignidade e responsabilidades na evangelização.

Recentemente no ano de 2014 uma nova iniciativa desse trabalho de coordenação de pastoral foi assumida pelo Bispo diocesano, de eleger não apenas um coordenador, mas uma equipe de coordenação colegiada formada sempre por três padres, que contam com a ajuda de uma religiosa e um leigo engajado. Essa estrutura se mantém até os tempos atuais.

2.3. Opção pastoral da Diocese de Maringá à luz do Concílio Vaticano II

Só foi possível desenvolver uma pastoral articulada ao longo dos anos na Diocese de Maringá devido a opção pastoral feita desde o início. Uma estrutura só consegue se articular se ela planeja a sua ação e os meios como deve desenvolvê-la. Na Igreja isso não deveria ser diferente, por isso, servir-se do planejamento é fundamental para que haja uma evangelização eficaz e corresponda com as necessidades de cada tempo.

A Diocese de Maringá, dentre os diversos modos que existem para organização de uma Igreja local, assumiu o planejamento participativo introduzindo os leigos e leigas nas estruturas de decisões, fazendo com que o apelo do Concílio Vaticano II fosse ouvido, quando apresenta que padres e leigos possuem igual dignidade pelo

batismo, por isso, devem trabalhar juntos. Isso ficou marcado pelos princípios de comunhão e participação, onde, todos juntos atuam na construção do Reino de Deus.

2.3.1. Planejamento Pastoral como opção pastoral

A reflexão da Igreja sobre a sua missão nos tempos modernos foi retomada pelo concílio Vaticano II, especialmente na perspectiva dos destinatários, quando, há o reconhecimento da universalidade ou catolicidade de um único povo de Deus. Agora todos os homens guiados ou não pela fé explícita, são convidados a serem conduzidos ao único Reino de Deus. Assim explicitou o Concílio através da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*:

Todos os homens são chamados a pertencer ao novo Povo de Deus. Por isso este povo, permanecendo uno e único, deve estender-se a todo mundo e por todos os tempos, para que se cumpra o designo da vontade de Deus [...] Assim, pois, o único povo de Deus estende-se a todos os povos da terra, recebendo de todos eles seus cidadãos para fazê-los cidadãos de um Reino com índole não terrestre, mas celeste. Pois, todos os fiéis dispersos pela terra estão em comunhão com os demais no Espírito Santo [...] Assim, todos são chamados a esta católica unidade do povo de Deus e a salvação pela graça de Deus (LG 13).

Para então, promover um caminho de evangelização que seja efetivo e eficaz, é preciso dispor de uma estrutura que corresponda com as necessidades da evangelização, e que faça de modo prático e dinâmico o Reino de Deus ser sentido por todos. Um investimento numa metodologia que corresponda com as novas exigências da vida pastoral da Igreja será indispensável, por isso, a construção de uma visão pedagógica do processo de planejamento entra como ação permanente para uma eficácia pastoral.

Trata-se de uma evangelização encarnada, atenta às situações reais e às necessidades da comunidade humana, e que a Igreja do tempo presente deve atuar. Assim orienta o Magistério mais recente:

Para desempenhar tal missão, a Igreja, a todo momento, tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração, as interrogações eternas sobre o significado da vida presente e futura e de suas relações mútuas (GS 4).

A realidade é complexa e orgânica, por isso, a pastoral não pode fugir às marcas do seu tempo. Para atender essa necessidade, faz-se necessário inserir-se

num programa de planejamento, a fim de pensar sua ação e executá-la de uma maneira cada vez mais adequada à realidade atual.

Não foi fora de contexto e já sabendo da nova realidade que se fazia necessário encarar, é que no dia 15 de novembro de 1958, o recém-eleito Papa João XXIII, dirigiu seu discurso aos Bispos do CELAM reunidos em Roma por ocasião de sua 3ª assembleia geral, apelando aos Bispos um redobrado empenho pastoral com olhos atentos à realidade, e apresentando o caminho de planejamento pastoral como uma maneira eficaz de alcançar eficiência na evangelização:

Estamos seguros de que o Espírito e a vida católica nas regiões da América Latina têm em si forças suficientes para abrigar as mais alegres esperanças de futuro. Mas para que se possa realizar de maneira feliz é indispensável que os pastores saibam empregar os meios particulares requeridos pela situação especial, sendo necessários para tal fim: visão da realidade; plano de ação que corresponda à realidade; corajosa execução do plano; e colaboração mútua (João XXIII, 1958).

Como essa temática era ainda uma novidade para a Igreja do mundo inteiro, os bispos latino-americanos acolheram com certa desconfiança essa proposta de planejamento pastoral, tanto é que, passados três anos desse seu discurso no encerramento da conferência do CELAM em Roma, no dia 08 de dezembro de 1961, o Papa escreve uma carta a esse mesmo episcopado dizendo:

Cada país o mais breve possível chegue a um planejamento pastoral, com o objetivo de iluminar as inteligências, revigorar a vida sacramental e fortalecer todos os católicos na fé [...] Aos pastores do povo, mostrem aos governantes a urgência nas reformas das estruturas, bem como que apreciem nosso ensino pastoral, e saibam colocar seu conteúdo em prática [...] Mantenham ainda, o entusiasmo de sua fé nos fiéis, convidando-os a colaborar com vocês, sacerdotes, religiosos e religiosas, no trabalho do apostolado, especialmente unindo-se às fileiras da Ação Católica e promovendo-a. Deste modo, sentir-se-ão parte viva e ativa da Igreja (João XXIII, 1961).

Foi então, que o episcopado brasileiro esteve atento ao apelo do papa e no ano seguinte de 1962, por ocasião da 5ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi apresentado o *Plano de Emergência*³² contendo os fortes apelos quanto: a renovação paroquial, do clero, dos educandários católicos e do setor econômico e social (CNBB, 2004, p.10). Assim posto, teria sido a primeira iniciativa da Igreja do Brasil de pensar a pastoral com base nas estruturas de planejamento.

³² O Plano de Emergência apresentado na 5ª Assembleia Geral da CNBB, se deu 6 meses antes da abertura do Concílio Vaticano II, mostrando que a Igreja do Brasil também ansiava pela renovação doutrinal e eclesiológica. Este nome foi adotado para o plano em razão da situação emergencial em que se encontrava o país e a Igreja de uma necessidade rápida de transformação e, também, dado ao caráter imediato em que ele fora elaborado.

Essa ação transformadora de incentivar o planejamento na vida e ação pastoral da Igreja enraizada com as necessidades do tempo presente, assumida pelo Vaticano II e pela Igreja do Brasil, fora então assumida pela Igreja que está em Maringá desde os primórdios de sua criação. Assim, escrevia o primeiro Bispo em carta de saudação a todos os fiéis batizados antes mesmo de sua chegada na Diocese:

Nestes tempos cheios de confusão e de distúrbios, é animador compreender que o mundo, pelo fato de vivermos nele, pode ser melhor! Não importa quais sejam nossas condições e nossas fraquezas, pois, podemos fazer algo mais que dizer. Podemos com a ajuda de Cristo, contribuir realmente, para fazer deste mundo velho e cansado o prelúdio do céu! E isto é o que Deus quer que seja uma vida de atividade. Agora podemos olhar com grande consolo o papel que nos cumpre desempenhar, por pequeno e insignificante que seja, na grande tarefa de melhorar o destino da humanidade. As associações religiosas masculinas e femininas, de crianças e adultos, a insubstituível Ação Católica, todas as organizações humanas, devem testemunhar o Cristo na sociedade, devem ser realmente a Igreja, infundir nas almas a vida eterna de Deus (COELHO, 1957).

Este caminho de um planejamento pastoral, foi assumido como opção fundamental para o desenvolvimento pastoral da Igreja diocesana. Dentre os limites que uma região coberta pela poeira da terra vermelha, as enormes distâncias entre as comunidades e os difíceis caminhos de acesso, os quinze primeiros anos foram de continuo trabalho a partir de uma teologia voltada para comunhão e participação.

Isso se fez sentir nos grandes encontros de liturgia em mutirão iniciados no início da década de 70 para formação dos leigos e leigas, que até hoje reúnem uma multidão de fiéis para se formarem sob as orientações do Vaticano II.

Por toda extensão da diocese, fez-se ouvir a voz da Igreja na defesa dos mais pobres e na luta por vida digna a todos, por isso, construir sua evangelização com os pés calcados na realidade e atenta às necessidades de cada tempo, sempre seguindo as orientações e estratégias do planejamento pastoral assumidas pela Igreja do Brasil.

Atenta à essa realidade, a Igreja que está em Maringá, esmerou-se a partir da mesma década de 70 em implantar um processo mais direto em sua proposta de planejamento pastoral, através dos planos de pastoral. Será em seu entorno que acontecerão as assembleias diocesanas e evolução na caminhada pastoral da diocese.

Uma evangelização que se constituiu a partir de um longo processo de reflexão e planejamento, onde, os ditames primeiros sempre foram as necessidades de cada tempo. Uma organização diocesana, que partindo dos princípios de comunhão e participação, implantou os planos de pastoral como guias diretas da evangelização.

Constituída de um parco clero nas primeiras décadas de sua criação, contou com a grandiosa ajuda dos leigos e leigas que sempre tiveram papel fundamental no dinamismo e eficácia da ação evangelizadora. O planejamento pastoral vem ao longo desses anos guiando a ação evangelizadora desta Igreja particular e a cada tempo sente-se a necessidade de um aprimoramento neste modo de fazer a pastoral acontecer.

2.3.2. Planejamento Participativo como fruto da Pastoral de Conjunto

A renovação pastoral e teológica suscitada pelo Concílio Vaticano II mostrou através de seus documentos, que a vida da Igreja não só se renova por uma reflexão do Evangelho trancado nos muros de uma imponente construção de um templo físico, mas também, através dos estímulos externos dos acontecimentos e das circunstâncias sociais. As mudanças sociais, os fatos históricos, as perseguições e também as heresias tem servido de fato para sacudir, fazer pensar e renovar o povo de Deus (GALILÉIA, 1969, p. 78).

O fator sociológico é muitas vezes estímulo para uma adaptação no fazer pastoral assumido pela Igreja, e então, a partir desse terreno histórico torna-se necessário transformar as estruturas eclesiais que podem aprisionar às verdadeiras exigências evangélicas. A própria verdade do Evangelho e da Revelação, que em definitivo, deveria ser suficiente para transformar as estruturas, nem sempre estão como prioridades da vida eclesial, e por isso, que as necessidades sentidas em cada tempo ajudam nessa transformação. Na constituição pastoral *Gaudium et Spes*, encontramos:

Para levar a cabo esta missão, é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu carácter tantas vezes dramático (GS 4)

Em vista disto, um meio eficaz de pastoral que se impõem é a pastoral de Conjunto, no qual, favorece um crescimento individual e coletivo. Não se trata apenas de um trabalhar juntos, mas em conjunto, havendo inter-relações e complementações

em vista da unidade, por isso, se faz necessário prescutar as exigências constantes de cada época e lugar.

A pastoral de conjunto nunca será algo padronizado e imutável, mas uma ação que respeita a individualidade e especificidade do tempo em que se está inserido. Não se trata de um método quantitativo para as conversões, mas, uma ação comunitária a serviço do conjunto (BARROS, 1968, p. 136).

Estar convencido da necessidade da participação dos fiéis junto aos clérigos, tornou-se uma exigência da pastoral, por isso, o planejamento participativo será um caminho eficaz na hora de planejar a ação, pois, se trata de um método inclusivo. A 'decisão partilhada' e o 'discernimento comunitário' privilegiam o processo de participação comum dos fiéis, fazendo-os sair de uma condição de destinatários para sujeitos da ação. Assim afirma Agenor Brighenti:

Privilegiar o processo significa privilegiar a participação. Quando se caminha com alguns, que vão à frente sozinhos vai-se mais rápido, mas se chega depois e, quase sempre, nunca se chega. Ao caminhar com todos, vai-se mais devagar, mas se chega antes. Pois nada ou quase nada muda quando só alguns mudam. Só há verdadeira mudança quando todos mudam. Quando todos mudam, tudo muda. É o único meio de fazer a comunidade, não destinatária ou objeto da ação pastoral, mas sujeito (BRIGHENTI, 2011, p. 206).

Esse processo de planejamento participativo quando bem compreendido torna-se profundamente evangélico, pois, o caminho de conversão nunca se volta para um fechamento no egoísmo, mas para viver em plena comunhão com Cristo e com os irmãos. Tomar consciência da realidade e analisa-la à luz da fé, é fundamental para entender que os objetivos da ação não são apenas de uma construção humana, mas partem antes de tudo, da Revelação divina.

Essa estrutura de planejamento, oportuniza instaurar um processo contínuo de envolvimento de todos os fiéis batizados (BARROS, 1968, p. 138), sendo este, um instrumento pedagógico, para que, a Igreja assuma sua missão de ser sinal e instrumento de salvação em um contexto concreto da história das pessoas.

Na Diocese de Maringá desde muito logo se fez a opção de um trabalho em conjunto, onde todos em seus ministérios e carismas diferentes fossem valorizados, e não onde a figura do padre e do bispo resolvesse tudo sozinho. Incentivar a participação para que todos fossem comprometidos com a ação, é reflexo de um caminho onde o planejamento fora assumido como pedagogia da fé.

As assembleias diocesanas e os conselhos de pastoral – Conselho Presbiteral desde a criação da Diocese e o Conselho de Ação Pastoral - foram instrumentos fundamentais para que se fizesse sentir a participação conjunta. A primeira assembleia diocesana foi realizada no ano de 1971³³, dois anos antes da elaboração do primeiro plano de pastoral orgânica diocesano. Seguiu um caminho progressivo de ano a ano reunir clérigos e leigos e leigas, para avaliar a caminhada e propor temas para evangelização.

Celebrada todos os anos, as assembleias diocesanas tiveram uma mudança metodológica no ano de 1987, quando passaram a ser realizadas a cada biênio. Sua realização a cada dois anos permaneceu até o ano de 1989, quando passaram para o período de três anos. Acreditava-se assim que haveria um maior aproveitamento e desenvolvimento dos trabalhos. Assim, escreveu Dom Jaime:

No desenvolvimento e crescimento de nossa Ação Pastoral na Arquidiocese de Maringá, optou-se pela realização das assembleias diocesanas com validade para três anos, bem como o plano de Pastoral. E isso é altamente significativo. É a experiência no campo pastoral, a impregnar de valores criativos o aproveitamento de almas dedicadas à causa do Evangelho, bem como suscitar, continuamente, novas lideranças para um prosseguimento inteligente e generoso na busca da evangelização (COELHO, 1989).

Esse caminho adotado pela pastoral diocesana possibilitou uma socialização entre todos os fiéis, crescendo a fraternidade, a comunhão e a interação entre os agentes responsáveis pela evangelização.

As assembleias diocesanas sempre representaram um avanço da totalidade do corpo eclesial, saindo de um aspecto meramente individual intimista, para um aspecto comunitário social. A mudança de uma eclesiologia calçada no modelo da cristandade, onde, “a Igreja em aliança com o poder se faz presente na sociedade como modeladora de cultura a partir de sua própria tradição, para uma Igreja “*ad intra*”, com interesses corporativos e todo o seu aparelho intra-sistêmico” (MATOS, 1979, p. 14) garantiu um avanço na construção de uma pastoral com a participação coletiva.

³³ Não foi encontrado nos arquivos da cúria arquidiocesana nenhum registro das primeiras assembleias diocesanas realizadas, sabe-se apenas que fora no ano de 1971, pois, existe um registro da VII assembleia, realizada no ano de 1978 – primeiro registro encontrado desde a realização da primeira – que diz: “Este material deve servir de subsídio para que as paróquias se preparem para realização da VII assembleia diocesana, recordando que esta caminhada conjunta entre os sacerdotes e leigos vem sendo construída em nossa diocese a cada ano, e que agora queremos intensificar os assuntos das comunidades de base, pastoral orgânica e plano de pastoral, conselhos e órgãos de participação e a catequese” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1978)

Através desse avanço eclesiológico, vê-se uma Igreja cada mais próxima das realidades das pessoas, identificada com as necessidades e aspirações populares, mais preocupada com a vivência do evangelho do que com a sobrevivência das formas institucionalizadas vigentes (MATOS, 1979, p. 30). O *Corpus Christianum* ganha força e garante assim, uma audácia para uma pastoral renovada.

2.3.3. De uma pastoral tradicional a uma pastoral de comunhão e participação

Até o pontificado do Papa João XXIII (1958 - 1963), a ação da Igreja se desenvolvia sem um incentivo ao planejamento pastoral, não se estava preocupado em analisar, prever, realizar e rever a ação executada. O mais importante nesse momento, era a celebração dos sacramentos, uma Igreja alicerçada no teocentrismo e no eclesiocentrismo. Uma Igreja fortemente marcada pelo seu *corpus* institucional, acentuando a supremacia da hierarquia e os sacramentos como único meio de salvação (BRIGHENTI, 2011, p. 28).

A vigência pastoral estava centrada num modelo medieval, em que os sacramentos continham valor salvífico por si mesmo, e a Igreja se vê como único meio de Salvação. Vigora-se as definições dos concílios de Trento (1545) e do Concílio Vaticano I (1869) e a ação pastoral estará centrada numa tendência apologética.

Majoritariamente se impôs uma postura mais conservadora de cunho tradicionalista, apontando-se como única religião verdadeira. O catecismo romano constituía o material base para guiar a fé católica - grande obra de aculturação cristã - onde a vivência doutrinária era um caminho eficaz para se aproximar de Cristo.

Aumentava-se de forma crescente o poder por parte do clero regular e secular, ao passo que, o laicado católico parecia estar condenado a um papel passivo (ALBERIGO, 1995, p. 359). O catolicismo tradicional não atravessava um momento particularmente criativo frente às necessidades que vigoravam a tempos no mundo moderno, e a mudança de uma metodologia na evangelização era sentida como uma necessidade cada vez mais crescente.

Será então com a chegada do Vaticano II, e com sua preposição da “comunidade dos fiéis” e de uma Igreja “comunhão e participação”, que acontecerá uma proximidade com as necessidades que vigoravam numa sociedade em constantes transformações. Assim escreveu Josaphat:

Um aspecto do paradigma eclesiológico conciliar, bem conexo e de que, em parte, depende o precedente, é que a Igreja é chamada a se unir e plasmar conformando-se ao paradigma eclesiológico renovador e inovador, porque retoma e aprimora o paradigma evangélico, fazendo-o limpo e livre de certas manchas e distorções com que a história da cristandade, se não o corrompeu, afetou bastante. A fidelidade dinâmica renovadora do Vaticano II transparece e resplandece particularmente em suas constituições. Cada uma nos apresenta a imagem da Igreja, clareando mais um de seus aspectos de sociedade humana, muito humana, de comunidade divina, maravilhosa como mistério revelador e portador do amor infinito e universal (JOSAPHAT, 2013, p. 238).

O Vaticano II, frente ao desafio de uma presença da fé cristã e da Igreja na história, viu-se preocupado em compreender a situação dos homens e mulheres do mundo contemporâneo, que se encontravam no limiar de uma nova fase da história humana. O fazer pastoral e a ação eclesial “volta a ser o ponto de partida para reflexão, tal como na Igreja primitiva e antiga, que se foi configurando a partir das exigências e necessidades da evangelização” (BRIGHENTI, 2011, p. 33).

O apelo agora é fazer-se próximo às pessoas e suas necessidades, partindo de estruturas pastorais aptas, marcada pelo sinal de organicidade e da unidade. A Igreja deve transmitir o mistério da comunhão que une todos os batizados, e a diversidade de carismas que estão no seio da comunidade devem estar sempre a serviço da unidade.

Todas as comunidades eclesiais devem se manter abertas à dimensão da comunhão católica, a fim de que, em primeiro lugar se realize o Reino de Deus, Reino este que ultrapassa as fronteiras da Igreja. Segundo Brighneti a ação dos cristãos deve ser antes de tudo, expressão imanente do Reino de Deus, pois, “não deve se esgotar no espaço institucional ou confessional, mas se prolongar no engajamento histórico, enquanto cidadãos, na perspectiva de um mundo justo e solidário para todos” (BRIGHENTI, 2011, p. 61).

Na diocese de Maringá, essa vivência de uma Igreja comunhão e participação já foi sendo sentida poucos anos após sua criação, pois, surge às vésperas do Concílio Vaticano II. No ano de 1971, o recém ordenado Pe. Valério Odorizzi, foi nomeado para um trabalho extra paroquial, assessor da Pastoral dos Bairros, tendo como objetivo, “promover a comunhão e participação dos fiéis na vida da Igreja, e contribuir no processo de implantação das paróquias às Comunidades Eclesiais de Base” (COELHO, 1971).

Além desse trabalho que contribuiu para mais tarde se estruturarem as Comunidades de Base, no ano de 1972, surgiu a primeira equipe diocesana de Catequese que foi formada pelas Religiosas do Santo Nome de Maria, leigas catequistas e o coordenador de pastoral Pe. Almeida³⁴.

Um período profícuo de muitas iniciativas pastorais e de materiais produzidos, que além de uma vivência sacramental, indicavam uma inserção na vida da comunidade. A produção de um material próprio para catequese é marca deste período, visando “a formação e o crescimento na fé das crianças e adultos” (ROBLES, 2007, p. 242).

Nesse mesmo período, inspirado pela Conferência Episcopal de Medellín (1968), começa a surgir na Igreja, uma vivência da fé através das Comunidades Eclesiais de Base como um meio eficaz para evangelização, devendo ser, “o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expressão da fé” (Med 12).

A diocese assume essa proposta de evangelização a partir do ano de 1973. Com a implantação de seu primeiro plano de pastoral orgânica, esse formato de planejamento pastoral e da criação das comunidades de base, contribuiu de maneira tão significativa, que até os tempos atuais todas as paróquias pertencentes ao território diocesano estão divididas sistematicamente em comunidades, permitindo uma descentralização das atividades e promoção da vivência fraterna de comunhão.

Os anos 70 representaram para Igreja de Maringá um período de grande vigor, no que tange, a organização e promoção de uma pastoral que parta dos princípios de planejamento, comunhão e participação.

As décadas seguintes até os tempos atuais mantiveram essas estruturas de evangelização, buscando sempre promover a participação ativa dos leigos e leigas, religiosos e religiosas junto aos clérigos. Uma pastoral que “ouvindo os sinais dos tempos” pretendeu se fazer próxima das pessoas e de suas culturas.

Sendo um sinal da presença de Deus no mundo, a Igreja que está em Maringá, difundiu e continua a promover um cristianismo que parta de uma adesão pessoal e

³⁴ Fizeram parte desse processo de implantação de uma sólida equipe catequética coordenado pelo Pe. Almeida as irmãs: “Judite Arboite, Antona Droge, Virma Barion, Petronila Maria Batisti, Maria Oda Feit, Maria Betariz Fernandes Ferreira e Judite Delmassa”. Além das religiosas, as cristãs leigas contribuíram muito nesse processo de implantação, sendo elas: “Cleuza Garutti, Maria Lucia Guastala, Maria Aparecida Guelfi, Marta Maria Ramalho, Gracínia da Silva Batista, Maria de Fátima Palioto, Elenice Aparecida Espostes, Cristiane Gardiolo e Regina Helena Mantovani” (ROBLES, 2007, p. 242)

de uma consciente profissão de fé, onde os princípios de 'comunhão e participação' sempre foram chave no processo de evangelização.

3. PLANOS DE PASTORAL ELEMENTO UNIFICADOR DA ATIVIDADE PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ

O processo de planejamento bem compreendido é profundamente evangélico e seus desdobramentos devem levar a uma atitude fundamental de conversão nas estruturas eclesiais para superar o egoísmo e viver cada vez mais plenamente a comunhão. Acomodar-se a um único modelo eclesiológico, pode colocar em risco o processo dinâmico da Igreja. Por isso, dentre as situações vividas em cada tempo, é fundamental a tomada de consciência de suas contingências e das falhas de suas realizações, para, buscar um aperfeiçoamento da ação eclesial.

Na pastoral não se pode pensar com o mesmo esquema, por isso, nas estruturas de planejamento a tomada de consciência das situações e o conhecimento das realidades, deve ser a mais objetiva possível. Partindo das situações concretas de cada tempo, para então, interpretadas à luz da fé. O propósito de partir da realidade, permite a confluência da teologia e da pastoral no mesmo projeto pedagógico.

O olhar sobre a realidade constitui um importante processo para reflexão e prática teológico-pastoral. Por isso, dentro do processo das estruturas de planejamento se encontram os planos de pastoral, que partindo da realidade, apresentam ações concretas que correspondam com a necessidade de cada tempo.

Mostraremos nesse capítulo, que o desenvolvimento pastoral da Arquidiocese de Maringá aconteceu a partir da elaboração dos planos de pastoral. Serão apresentados os passos e as metodologias utilizadas no processo de elaboração dos planos, sendo que a proposta metodológica de reflexão pastoral se localiza numa perspectiva de garantir importância no processo de planejamento.

Para tanto, nos serviremos dos textos que fundamentam a existência dos planos, que foram elaborados a partir do planejamento pastoral participativo. O *Plano de Emergência* e o *Plano da Pastoral de Conjunto* elaborados pela CNBB, fundamentarão a necessidade dos planos de pastoral. Serão utilizados também, as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora* no Brasil que nos asseguram a pedagogia do crescimento teológico pastoral, além dos textos que apresentam metodologias da condução de um processo de ação pastoral.

Assim, apresentaremos os passos no processo de elaboração dos planos, desde sua opção metodológica até a escolha das linhas de ação, e mostraremos como esses elementos foram importantes na construção desse processo.

3.1. Processo de Planejamento para elaboração dos planos

Para que um planejamento Diocesano seja eficaz, é preciso elaborar um processo de planejamento coerente com a demanda da realidade e com os princípios evangélicos de Comunhão e Participação. Na diocese de Maringá, essa construção se deu de maneira pedagógica, onde, cada passo foi sendo dado na medida que sentia a necessidade.

Na Igreja do Brasil desenvolveu-se um caminho de planejamento pastoral para ser uma referência na atuação das diversas Dioceses espalhadas pelo país. O Episcopado assume um *Plano de Emergência* (1965) e um *Plano de Pastoral de Conjunto* (1966), que servirão de base para as estruturas de planejamento que começam a se desenvolver.

Para que, essa construção seja possível, é necessário traçar os objetivos, estando atento às necessidades históricas, além de assumir os meios eficaz, elaborar ações concretas na direção de atender os objetivos e no final, avaliar o processo para saber se houveram resultados ou não.

3.1.1. Planejamento pastoral como processo pedagógico: sentido e função do planejamento diocesano

A ação pastoral a partir do Concílio Vaticano II é marcada por processos de planejamento que deixam de lado o amadorismo de uma ação improvisada, para uma ação pensada a partir dos imperativos da fé e dos desafios da realidade. Superar a ortodoxia de uma pastoral pragmática, permitiu a construção de uma ação pensada teologicamente a partir da concretude da história, da realidade de cada tempo.

Rompendo com o eclesiocentrismo medieval e com a romanização do catolicismo, a Igreja se abre para o diálogo com o mundo moderno, e sua elaboração pastoral se dá de forma mais profética e planejada, sendo sinal visível de serviço à humanidade. Assim propõem a constituição pastoral *Gaudium et Spes*:

Em nossos dias, arrebatado pela admiração das próprias descobertas e do próprio poder, o gênero humano frequentemente debate os problemas angustiantes sobre a evolução moderna do mundo, sobre o lugar e função do homem no universo inteiro, sobre o sentido de seu esforço individual e coletivo e, em conclusão, sobre o fim último das coisas e do homem. Por isso o concílio, testemunhando e expondo a fé de todo o povo de Deus congregado por Cristo, não pode demonstrar com maior eloquência sua solidariedade, respeito e amor para com toda família humana, à qual esse povo pertence, senão estabelecendo com ela um diálogo sobre aqueles vários problemas, iluminando-as à luz tirada do evangelho e fornecendo ao gênero humano os recursos de salvação que a própria Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe de seu fundador (GS 3).

Estando em sintonia com o mundo e as necessidades das pessoas, o planejamento deve ser entendido essencialmente como um processo dinâmico, condizente com o mistério da Salvação e com os apelos de uma Igreja missionária, servidora da vida. As conclusões da Conferência Episcopal de Puebla (1979) insistem repetidamente que a evangelização da América Latina, promova um crescente esforço progressivo que favoreça a comunhão e participação:

O povo de Deus, como sacramento universal de salvação, está inteiramente a serviço da comunhão dos homens com Deus e do gênero humano entre si. A Igreja é, portanto, um povo de servidores. Seu modo próprio de servir é evangelizar, é um serviço que só ela pode prestar. Determina sua identidade e a originalidade de sua contribuição, este serviço evangelizador da Igreja se dirige a todos os homens, sem distinção. Mas nele sempre há de refletir a especial predileção de Jesus pelos mais pobres e sofredores. Dentro do povo de Deus, todos – hierarquia, leigos, religiosos – são servidores do evangelho. Cada qual segundo seu papel e carismas próprios (DP 270).

Diante desse aspecto de uma Igreja que deve promover a comunhão e participação, o processo de planejamento pastoral pode significar um instrumento de grande renovação. Para tanto, é fundamental saber onde a ação pretende chegar, e para isso, é preciso situar-se historicamente para descobrir a realidade e conhecer os anseios.

Dentro de uma diocese³⁵ as técnicas de planejamento que favorecem a continuidade, a participação e o progresso, promovem a pedagogia do crescimento

³⁵ A partir do concílio Vaticano II a diocese passou a ter um significado mais amplo do ponto de vista eclesiológico. Desde a organização do império romano através de suas províncias, caracteriza-se a ideia de territorialidade no sentido administrativo. Com a chegada das primeiras comunidades cristãs, a comunidade cristã local, recebe da sagrada escritura o nome de *Ekklésia*, destacando a vivência comum para partilhar a palavra e o pão (At 14, 4ss). Esses elementos constitutivos de uma diocese são confirmados pelo concílio quando diz: “Diocese é a porção do povo de Deus confiada a um Bispo para que pastorei em cooperação com o presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o Evangelho e a eucaristia, constitua uma Igreja particular, na qual, verdadeiramente está e opera a Una Santa Católica e Apostólica Igreja de Cristo” (*CHRISTUS DOMINUS*, nº 11). Assim, com o termo porção, foi possível garantir de maneira teológica a plenitude da Igreja, pois, “a diocese é uma realidade proporcional a sua totalidade do mistério da Igreja” (XAVIER, 2015, p. 288). Assim, garantindo a primazia do povo de Deus (*LUMEN GENTIUM*, nº 9), a diocese

teológico pastoral (BARROS, 1968, p. 138). O sujeito da ação pastoral deverá ser toda a comunidade eclesial, de modo, que as decisões devem ser tomadas por todos os interessados na ação e nos resultados, num espírito de co-responsabilidade (BRIGHENTI, 2006, p. 204).

O Concílio Vaticano II, recupera o caráter diocesano da pastoral quando impulsiona a pastoral de conjunto, e garante uma autêntica ação pastoral. Para tanto, essa ação, deve ser pensada enquanto Igreja local, visando a “coparticipação em todos os níveis das comunidades, promovendo a integração dos recursos e atividades humanas e, buscando a transformação da sociedade” (DELLA GIUSTINA, 1986, p. 60).

Quando se decide instaurar um processo de planejamento diocesano, é preciso estar atento a alguns requisitos básicos que deve favorecer o processo contínuo e participativo do planejamento, podendo ser definido – como apresentado pelo plano de pastoral de conjunto da CNBB – em quatro fases principais: “Fase de reflexão e decisão; fase de montagem dos planos; fase do acompanhamento da ação; fase de revisão e avaliação” (CNBB, 1966, p. 71).

Através de um caminho que seja eficaz, o planejamento pastoral deve impulsionar as forças de uma diocese e proporcionar uma efetiva edificação na vida da Igreja local. O *Plano de Pastoral de Conjunto* orienta:

Cada grupo ou instituição deve integrar-se no conjunto pastoral conforme sua vocação e carisma específicos, pois, define claramente objetivos e metas comuns, dinamiza a esperança pela possibilidade concreta de cada um se realizar melhor como membro do povo de Deus; deve ainda intensificar e aprofundar a unidade, estreitando os laços visíveis da caridade em torno do Bispo. O planejamento diocesano visa ainda, ordenar toda a ação da Igreja numa diocese (CNBB, 1966, p. 69).

Sendo a Diocese porção vivente do povo de Deus, onde a Igreja se faz presente em sua totalidade, a ação e organização pastoral se torna um apelo importante para formação da consciência do dinamismo eclesial e da construção da empatia pelo espírito de comunhão e participação.

A Igreja como corpo de serviço de Deus no mundo, deve animar o espírito de serviço e transmitir o testemunho fiel de seu fundador, Jesus. Uma Igreja que promova

como expressão visível da Igreja universal, tem por missão, dilatar o reino de Deus na vida de todas as pessoas.

a comunhão e participação, permite com que seus membros compreendam sua função e desempenhem com mais lealdade seu papel.

Na Diocese de Maringá, desde antes da elaboração dos seus planos de pastoral orgânica, houve o cuidado para que, a ação pastoral não se tornasse uma mera implantação e manutenção de esquemas vazios de fórmulas repetitivas e estéreis. Desde os primórdios emergiu a sensibilidade para importância que a ação e organização pastoral possui dentro do mistério que é a Igreja. Assim escreveu Dom Jaime Luiz Coelho em sua carta pastoral de saudação aos diocesanos na tomada de posse da Diocese:

Somos irmãos no sacerdócio queridos padres da diocese. O vosso Deus é o meu Deus. A vossa Igreja é a minha Igreja. Os vossos anseios são os meus anseios. As vossas fadigas e trabalhos são minhas fadigas e trabalhos. A vossa vocação é a minha vocação. Unidos, assim, pelo mesmo ideal sacerdotal, nada poderá fazer com que nossos desejos e os nossos trabalhos não sintonizem. Chamado por vós, irei ao vosso campo de luta, e estarei sempre ao vosso lado. Chamados por mim, vós estareis palpitando o vosso coração junto ao meu, atendendo a grande obra da organização da diocese e dos rumos novos que iremos tomar. Sejam nós, os promotores da comunhão e participação, para que a Igreja continue sempre viva no coração dos fiéis, nossos filhos espirituais. Juntando nossas forças e nossos talentos, construiremos uma Igreja viva e cumprimos nosso papel de levar Cristo às almas (COELHO, 1956, p. 38).

A construção de uma sólida pastoral orgânica e de conjunto ao longo dos anos, continua sendo um apelo da diocese, que busca modelar-se segundo os esquemas e metas do Concílio Vaticano II e das *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. O processo de planejamento diocesano oferece a todo o povo, desinstalar-se da tenda de uma fé tradicional e fácil, para colocar-se em marcha para uma Igreja comunidade de serviço.

3.1.2. *Plano de Emergência e Plano de Pastoral de Conjunto* como referência para os planos de pastoral

Até a chegada do Concílio Vaticano II, a ação da Igreja se desenvolvia sem planejamento, ninguém se dava ao trabalho de estudar a sua própria situação histórica, analisar, prever, realizar e depois rever a ação executada, a fim de estar sempre tomando o pulso da vida da Igreja na comunidade.

A vivência eclesial regia-se unicamente pelos sacramentos. A forte clericalização tomava conta da Igreja, e o padre era o único a possuir o “poder”

eclesial. A preocupação vigorava em encontrar uma Igreja para realização dos atos de culto. Construíam as Igrejas e o templo material servia exclusivamente para administração dos sacramentos. A missão da Igreja era ordenar o mundo segundo as leis de Cristo (BRIGHENTI, 2006, p. 25).

A pedido do Papa João XXIII, a CNBB no ano de 1962, elaborou pela primeira vez um plano de ação, onde tentou refletir e planejar a ação da Igreja no território nacional. Uma novidade para uma nova realidade eclesial que estava nascendo, pois, a Igreja deixa de fazer apenas o que vinha fazendo - administração dos sacramentos – para pensar e refletir sua ação a partir da realidade concreta e, discernir os caminhos que ela deveria seguir para ser fiel à sua vocação.

O Papa estava preocupado em colocar a Igreja frente as realidades que o mundo moderno apresentava, para tanto, era preciso empregar os meios eficazes correspondentes as novas exigências. Segundo o Papa João XXIII, quatro passos eram importantes:

Primeiramente torna-se urgente uma clara visão da realidade das coisas, em todos os seus aspectos, em seus progressos e em seus eventuais retrocessos. Em seguida elaborar um plano de ação que corresponda à realidade, perspicaz nos propósitos, racional na seleção dos meios que hão de empregar. Urge também, uma corajosa execução do plano traçado, depois de largo estudo, sem deixar-se desarmar pelas dificuldades, sem perder o ânimo pela lentidão do êxito ou pelas desilusões parciais. É preciso estar pronto a reexaminar os programas para adaptá-los às mudanças de situação ou corrigir eventuais desafios. Urge por fim, ampla e cordial colaboração, não somente entre os que, tendo problemas e preocupações comuns, podem juntos aprofundar melhor os aspectos e reforçar, pelo menos em parte, as recíprocas possibilidades de solução (JOÃO XXIII, 1958).

O *Plano de Emergência* surge num momento em que a América Latina entrava em um estado de convulsão social, onde, as reformas estruturais tornavam-se cada vez mais necessárias³⁶. Frente a essa realidade e para atender os anseios do Papa, o Episcopado brasileiro dos dias 2 a 5 de abril de 1962, reuniram-se na cidade do Rio

³⁶ Após o desastre bélico da II guerra mundial, a crise entre os Estados Unidos e a União Soviética, transformaram as relações internacionais. Tendo os Estados Unidos priorizado os países Europeus para o crescimento dos seus interesses imediatos, os países da América Latina foram deixados de lado. Mesmo com esse afastamento econômico dos Estados Unidos, fortes ameaças de direita foram um constante nesses países da metade da década de 1950 e da primeira metade de 1960. O início dos anos 60, será marcado com os efeitos da modernização agrícola que ampliaram o êxodo rural e proporcionaram o avanço da industrialização, e com isso, houveram os grandes embates diretos de pressões sociais promovido pelos países mais desenvolvidos, principalmente, pelos Estados Unidos (HOBBSAWM, 1994, p. 293). No campo religioso, vive-se um momento temeroso, pois, cresce com grande força devido aos ideais da modernização, o naturalismo que leva os cristãos a não terem, muitas vezes, a visão cristã da vida. Além disso, o protestantismo urge em crescimento acelerado, pondo em risco a participação no meio católico por parte dos fiéis (CNBB, 1962, p. 19). Vive-se um forte momento de crise social e religiosa.

de Janeiro, para V Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e ali foi apresentado um anteprojeto de Plano de Pastoral (BARROS, 1968, p. 25).

Discutido por todos os bispos, o *Plano de Emergência* procurava renovar certos aspectos mais urgentes e imediatos na vida da Igreja e na sua presença no mundo, encontrando sua aprovação final por quase unanimidade do Episcopado, sendo 114 bispos a favor e 17 contra (BEOZZO, 2005, p. 354).

Este Plano foi o primeiro documento de planejamento pastoral elaborado pela CNBB. Na época exercia a função de presidência o Arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, e como secretário, dom Helder Câmara. O Brasil dispunha de 166 circunscrição eclesiástica, de 4.500 paróquias e cerca de 12.000 padres (PLANO DE EMERGENCIA, 1963, p. 14). O olhar estava voltado para a realidade e avaliação da situação social e eclesial.

As diretrizes fundamentais procuravam orientar a renovação das paróquias, a renovação do clero, a renovação dos educandários católicos, a presença no campo sócio-econômico-político e da opinião pública e ainda, impulsionar uma pastoral de conjunto. O desejo era impulsionar a ação pastoral em nível nacional e regional, auxiliando as Igrejas locais. Tais diretrizes garantiam a presença da Igreja no processo de transformação da sociedade.

Supera-se uma vida meramente sacramental, e abre espaço para toda a comunidade de fiéis trabalharem em vista do desenvolvimento social e eclesial. Assim orienta o plano:

Convocamos, pois, todas as forças vivas da Igreja para um renovado esforço de pastoral que congregue sacerdotes, religiosos e leigos e atinja todas as almas, não só aquelas ovelhas dóceis que vivem já na fidelidade à Santa Igreja, mas ainda as ovelhas arreadas e as tresmalhadas, para as quais não faltam, senão talvez, um convite e uma oportunidade para conhecerem mais de perto a Igreja e os bens que ela oferece em nome de Deus. Essa convocação nos obriga a uma nova consagração de nossa vida pessoal ao serviço de Deus e nos impõem a urgência da preparação de preciosos auxiliares leigos que colaborem conosco, despertados, como que o papa, para o entusiasmo de serem úteis ao bem religioso e moral de seu povo. A ação pastoral, deve, além de levar às almas à palavra de Deus e, os sacramentos na participação na liturgia da Igreja, deve encaminhar ao exercício de suas responsabilidades no campo social e econômico (CNBB, 1963, p. 15).

Através do *Plano de Emergência*, foi possível à criação e o desenvolvimento de organismos nacionais e à criação dos secretariados regionais da CNBB³⁷,

³⁷ Foram criados inicialmente, sete secretariados regionais: Secretariado Norte: Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Rio Branco, e como sede, Belém. Secretariado Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio

significando uma certa descentralização da conferência, dando a possibilidade de atingir mais efetivamente as bases e vitalizá-las. Além disso foi desdobrado e melhor ordenado os organismos de estudos e de coordenação de pastoral já existente³⁸.

Para dar continuidade no processo de participação e atender de forma mais efetiva os apelos do papa, elaborou-se, no ano seguinte de 1966, o *Plano de Pastoral de Conjunto* (1966-1970), como forma de “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajustasse, o mais rápido possível, à imagem de Igreja do Vaticano II” (CNBB, 1966, p. 11).

O plano de pastoral de conjunto visava uma tomada de consciência da situação histórica em que o Brasil se encontrava, levando em conta o caráter dinâmico e contínuo de renovação, afim de, responder de forma eficaz as novas exigências de mundo. Por isso, foi incentivada a mais ampla participação de todo o povo de Deus, para que, junto com a hierarquia sentissem eles responsáveis pela ação eclesial.

Trata-se de uma condição decisiva, tomar consciência da situação em que se vive, para que, as tomadas de decisões e formulação da ação sejam mais coerentes, correspondendo com os apelos do tempo em que se está inserido. Pois, “para planejar qualquer empreendimento é preciso conhecer objetivamente a situação: suas necessidades e possibilidades” (CNBB, 1966, p. 28).

Foram estabelecidas através de uma ordem dedutiva, seis linhas de ação, para que os homens cheguem a uma plena comunhão de vida e a Igreja se integre com a situação histórica do mundo. São elas: Realização da unidade visível, primeira adesão de fé explícita a Cristo vivo na Igreja, crescimento e aprofundamento da vida teologal, celebração do mistério de Cristo na liturgia, autêntica relação ecumênica entre a Igreja católica e outras Igrejas e, autêntica promoção humana.

Orientada pelas linhas de ação, a comunidade eclesial em seus diversos níveis, deve superar sua acomodação frente as estruturas pouco humanas da sociedade profana. Pelos meios evangélicos e através de uma ação eficaz, ela é chamada a

Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, e como sede Natal. Secretariado Leste 1: Guanabara, Rio de Janeiro e como sede, Rio de Janeiro. Secretariado Leste 2: Minas Gerais, Espírito Santo e como sede Belo Horizonte. Secretariado Sul 1: São Paulo e Paraná, com sede em São Paulo. Secretariado Sul 2: Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com sede na cidade de Porto Alegre. Secretariado Centro-Oeste: Goiás e Mato Grosso, com sede em Goiânia.

³⁸ Foram constituídas 12 comissões Episcopais, sendo elas: de Fé e Moral, de Ensino Religioso, de Liturgia, de Ação Católica e de Apostolado de Leigos, de Teologia, de Educação e cultura, de vocações sacerdotais, de ação social, de opinião pública, de ensino superior, de previdência do clero e do pontifício seminário brasileiro de Roma. Como órgãos de assessoria e execução da CNBB, foram criados os secretariados nacionais de: Educação e cultura, de Ensino Religioso, de Fé e moral, de ação católica e apostolado dos leigos, de vocações sacerdotais e de ação social.

“converter os homens do seu individualismo fechado, das situações de injustiça, de miséria, de dominação, ajudando-os a um esforço de autêntica promoção humana. Deve ser ela, fermento da sociedade dos homens” (BARROS, 1968, p. 108).

O *Plano de Pastoral de Conjunto*, foi um instrumento privilegiado de aplicação do Concílio na Igreja do Brasil, pois, proporcionou uma renovação sistemática e orgânica com a participação da hierarquia e de todo o povo de Deus (BARROS, 1968, p. 179). Nas diretrizes do plano, encontramos uma movimentação das bases, onde fortalecidas e enriquecidas com o conteúdo da ação prática, proporcionam um amplo espaço de renovação. A superação do imobilismo eclesiológico permitiu a manifestação da dinamicidade eclesial. Escreve o Plano:

A Igreja existe e possui estruturas seculares sólidas e respeitáveis. Se ela se movimenta é ainda amplamente seguida; se fala, sua voz é ainda amplamente ouvida. Ela deve, pois, manifestar a sua vitalidade, e explorar ao máximo suas grandes possibilidades de ação, com uma pastoral dinâmica, adequada ao ritmo das transformações em curso. Deste modo, a Igreja jamais se encontrará alheia e separada da vida da sociedade na qual, por mandato divino, é chamada a atuar. Ela deve testemunhar, com fatos, que não só foi parte integrante do processo de formação de cada país da América Latina, mas que quer ser hoje também um raio de luz e de salvação no processo das atuais transformações. Para uma atividade desta natureza, seria prejudicial cair num estado de timidez, de medo e de falta de confiança, que desarma e constrange, mesmo nos melhores homens, o ímpeto requerido para um difícil trabalho construtivo. A Igreja deve ter confiança em si mesma e saber infundir coragem e confiança nos seus filhos, ministros de Deus e fiéis. O momento é propício, pois, este Plano iluminado pelo concílio Vaticano II, suscita forte despertar de energias, que é necessário saber alimentar e pôr em prática; produziu uma ardente expectativa no público, que não pode ser decepcionado (CNBB, 1966, p. 8).

Devendo ele ser aplicado em todas as Dioceses do Brasil a fim de proporcionar uma estratégia de planejamento na Igreja, o plano que deveria vigorar entre os anos de 1966 a 1970, teve seu prazo de funcionamento prolongado, no intuito, de atingir o maior número de dioceses possíveis, e para que sua aplicação se desse de forma mais eficaz, vigorando, portanto, até o ano de 1974.

No ano de 1974, o episcopado brasileiro após estudo e reflexão, aprovaram um novo documento em continuação ao *Plano de Pastoral de Conjunto*. Esse novo documento recebeu o nome de “*Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*”, que apontou os caminhos da ação da Igreja no Brasil para o período de 1975 a 1978. Nesse documento, os bispos decidem conservar as mesmas seis linhas de ação assumidas no Plano de Pastoral de Conjunto, tentando agora lançar novas bases para ação pastoral (CNBB, 1975, p. 1).

Será nesse período de progresso e renovação pastoral, que a Diocese de Maringá, no ano de 1973, conseguirá pela primeira vez elaborar o seu primeiro plano de pastoral orgânica, lançando as bases para uma ação planejada na vida da Igreja local. O objetivo da elaboração dos planos era de “despertar o vigor do apostolado onímodo e organizar a coordenação e a união de todas as obras apostólicas, de maneira que todas as iniciativas pastorais promovam a unidade diocesana” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1973, p. 1).

A Diocese de Maringá, entra agora em uma nova fase da elaboração da práxis pastoral, ressoando novo vigor de organização das obras apostólicas assumidas pela pastoral diocesana. Um caminho notavelmente crescente e de amadurecimento de novas iniciativas pastorais, conforme apresentado por dom Jaime Luiz Coelho:

Sucessivamente, em nossa querida diocese de Maringá, a pastoral se desenvolveu num crescimento, diríamos, quase cronológico, à medida que a diocese, agora com 15 anos, se foi formando e organizando. Enquanto foi possível, dada a exiguidade dos agentes de pastoral, notavelmente de sacerdotes, o Reino de Deus, mais que por força nossa, mas vivificado pelo próprio Deus, foi crescendo e tomando corpo nesta abençoada região da Igreja (COELHO, 1973).

Pretendendo implantar um caminho de planejamento e contínua Ascensão de uma difusão orgânica e sistemática do Reino de Deus, a diocese de Maringá de maneira surpreendente assumiu as metas apresentadas pelo *Plano de Pastoral de Conjunto*, e posteriormente, os objetivos da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Desse modo, foi possível solidificar suas bases e alargar os limites da ação eclesial, dando continuidade à ação evangelizadora de Jesus, de formar uma comunidade de servidores.

3.1.3. Principais passos na elaboração dos Planos diocesanos

A Igreja, através de sua ação pastoral, deve ser o sinal permanente da obra redentora de Cristo na história, por isso, o seu dinamismo pastoral deve oferecer o verdadeiro sentido à promoção da dignidade humana, da caridade entre os homens e ser um sinal de transformação no mundo.

O agir pastoral deve se dar de maneira comunitária e não isolada, com o objetivo, de gerar sempre mais comunidade, pois, “todo povo de Deus é serviço, para servir a todos, dedicando especial atenção àqueles aos quais ainda não tenha sido suficientemente proclamado o Reino” (BRIGHENTI, 2006, p. 38).

Essa ação deve se dar de maneira planejada, partindo das necessidades históricas de seus destinatários, sendo ela, integrada com todos os serviços eclesiais a partir de um objetivo comum. Aplicar o planejamento pastoral é servir-se de um instrumento pedagógico, na medida, em que, a Igreja emprega suas características de comunhão, participação, encarnação e transcendência.

Esse planejamento pode se dar através da elaboração de um plano de ação, que contenha, o conjunto de programas, projetos e atividades de uma planificação. O Plano é a organização das ações de um determinado tempo, resultado de um processo de planejamento. Para que ele exista, é preciso fixar as etapas de sua construção e execução, além de, encontrar um método adequado para que a projeção da ação pastoral seja eficaz (BOFF, 1982, p. 57).

Nessa perspectiva, a Diocese de Maringá em consonância com o concílio Vaticano II, com as orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com a realidade histórica da Igreja do Paraná e de suas necessidades locais, tomará como base de sua ação pastoral, uma eclesiologia que parte da teologia do Povo de Deus e da natureza sacramental, que servirá de inspiração para o processo de elaboração de seus planos de pastoral orgânica.

Os planos de pastoral, sempre estiveram voltados para realização, crescimento e articulação de sua Igreja particular, pois, ela manifesta “a porção do povo de Deus em torno do Bispo que a pastoreia em colaboração com seu presbitério” (LG 23), e busca adquirir uma fisionomia própria capaz de corresponder com as necessidades, anseios, angustias e esperanças da comunidade humana, na qual, ela está inserida. Assim, escreveu dom Jaime:

Reconhecer todas as situações em que o povo vive, seus valores e contra-valores, suas carências, suas preocupações seus ambientes, promove a consciência crítica e participação dos fiéis. Sem participação não há compromisso, sem compromisso não há continuidade, sem continuidade não há seriedade no trabalho da Igreja. Como recorda-nos o Vaticano II ‘os pastores sabem que não foram instituídos por Cristo para assumirem sozinhos toda missão salvífica da Igreja no Mundo. conseqüentemente sejam-lhes – leigos – dadas amplas oportunidades para que também eles participem ativamente na obra salvífica da Igreja, de acordo com suas forças e as necessidades dos tempos’ (LGE 30). Essa corresponsabilidade de todos pela missão da Igreja deve se traduzir em fraternidade e serviço mútuo, levando aos pastores, a promover ações que interessam o corpo da Igreja (COELHO, 1973).

Para que os planos fossem elaborados, foram necessárias algumas exigências técnicas para marcar os passos de um caminho que será percorrido, levando em conta

as forças de crescimento e as forças de resistência. Basicamente são três grandes passos que desde o primeiro plano de pastoral orgânica foram assumidos para o processo de elaboração: Conhecer a realidade, definir os objetivos e a elaborar as ações.

Toda ação pastoral, deve estar em plena sintonia com a realidade que se vive, partindo de dados sociológicos seguros e não da imaginação ou de meros palpites. Antes de pensar as ações futuras é preciso situar-se em relação às pessoas, à sociedade e a instituição eclesial, caso contrário, todo o processo estará condenado ao retrocesso (BRIGHENTI, 2006, p. 210).

Compreender o contexto onde se situa a ação eclesial e a reflexão teológica, constituiu o primeiro passo do trabalho teológico. A Igreja precisa falar a sociedade e afirmar sua característica essencial de unidade da fé, assumindo um compromisso comunitário de ajudar a construir uma sociedade justa e fraterna. A pastoral precisa ser engajada, de espiritualidade encarnada, de uma teologia comprometida, para promover “um jeito novo de ser Igreja”³⁹, assim nos orientou a Conferência Episcopal de Medellín (1968):

Desejamos afirmar que é indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais, seja no que se refere ao diálogo e à vivência comunitária do mesmo grupo, seja no que se refere a suas relações com grupos sociais maiores. A tarefa de conscientizar e educar socialmente, deve ser parte integrante dos planos de pastoral de conjunto, em seus diversos níveis. O sentido de serviço e realismo exige da hierarquia de hoje uma maior sensibilidade e objetividade social, promovendo um novo jeito de ser Igreja (Med 55).

A partir do olhar da realidade, os planos devem expressar a missão profética da Igreja e ajudar os agentes de pastoral a serem fiéis testemunhas cristãs, pois, o Evangelho deve expressar-se “em relação às formas de exigência do homem, tendo em conta seus ambientes humanos, étnicos e culturais” (Med 131). Os planos de pastoral da Diocese de Maringá, foram sempre elaborados apoiados nos resultados obtidos pelas investigações das necessidades de cada tempo, tanto a nível social,

³⁹ “*Novo jeito de ser Igreja*” foi uma expressão assumida na Conferência de Medellín (1968), para dizer de uma pastoral engajada, partindo do método do Planejamento Participativo, onde, a realidade concreta tornaria um sinal sagrado para atuação da Teologia. Com a implantação nessa mesma época das comunidades eclesiais de base, esse termo, fora assumido junto à essa nova realidade de atuação pastoral.

como também à nível eclesial, respeitando a unidade diante do pluralismo das situações.

Sabemos disso, pois, sempre para elaboração dos planos encontramos uma assembleia diocesana com participação ativa do Bispo, do clero e das lideranças leigas. A intensão sempre foi intensificar a vida comunitária na Igreja local, e promover a integração da hierarquia com os fiéis leigos promovendo tanto o espírito de fraternidade, como a verdadeira renovação cristã.

Os planos de pastoral através de uma análise coerente da realidade, promoveu a presença da Igreja no mundo e seu compromisso com a libertação total do homem, pois, “o anuncio do Reino não faz de maneira abstrata, sob forma de alienação, mas de maneira concreta, histórica, pelo engajamento do povo na própria história, livrando-nos de qualquer alienação que uma medíocre analogia nos ser oferecida” (GUTIÉRREZ, 1983, p. 60).

Além desse conhecimento da realidade, é importante deixar claro o que se pretende, o fim que se quer alcançar, através do objetivo. Será ele, quem definirá e pontuará de modo mais claro as ações que serão executadas.

Os objetivos são os “horizontes ou faróis que indicam para onde ir e onde se pretende chegar” (BALBINOT; MEZADRI, 2008, p. 66). São eles a explicitação dos resultados a serem alcançados pelo plano de ação. Quando feito de modo adequado, a chance de alcançar excelentes resultados se torna maior, por isso, deve ser descrito com o máximo de objetividade.

Os objetivos nascem do desejo de atuar para atender as necessidades vigentes, a partir, da análise da realidade. Eles devem conduzir a uma ação transformadora, em nível social e eclesial, onde a partir deles, serão definidas as ações concretas que serão necessárias para realizar sua missão (MEZADRI, BALBINOT, 2008, p. 54).

Além dos objetivos formulados a partir das necessidades locais, existem os que foram formulados pela Igreja Universal, por isso, a definição dos mesmos deve contemplar o espírito de comunhão, seguindo as exigências e missão própria da instituição. Não se trata aqui, de afirmar que, a partir dos objetivos a Igreja estará a serviço de si mesma, mas pelo contrário, sua missão deve estar sempre em comunhão com o “*Corpus Ecclesia*”, tendo em vista que, ela não vive por e para si mesma.

Na perspectiva eclesial, a comunhão – *Koinonia* – se expressa tanto na esfera *Ad Intra*, como *Ad Extra*, sendo este, um fator importante a ser lembrado na hora de

estabelecer os objetivos e formular as ações. Ao se referir à promoção da prática da comunhão inter-ecclesial, Agenor Brighenti orienta:

A Igreja, enquanto 'Igreja de Igrejas' ou comunhão de comunidades, será testemunha da comunhão, na medida em que não houver divisões entre as Igrejas. A comunhão entre as Igrejas dá-se na unidade da fé, dos sacramentos e das normas jurídicas, ainda que flexíveis e adaptadas às particularidades dos contextos e das culturas (BRIGHENTI, 2006, p. 139).

Desse modo, as necessidades e finalidades do plano expressas através de seu objetivo, são elaborados a partir da missão da Igreja Universal e relacionadas com a leitura atualizada do contexto sócio histórico no qual, está inserido.

Foi a partir do aspecto da *Koinonia*, que os objetivos de todos os planos de pastoral da diocese de Maringá foram elaborados. Todos eles, tomam como base os objetivos traçados para ação pastoral no Brasil e, as linhas para evangelização, desde o *Plano de Pastoral de Conjunto* até as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*.

Na elaboração dos planos de pastoral, a Diocese de Maringá sempre esteve atenta as orientações da CNBB, e por isso, as dimensões da evangelização que definirão suas linhas de ação, seguem, igualmente as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*.

Por fim, a última exigência técnica para elaboração dos planos de pastoral serão as pistas de ação, ou seja, as orientações práticas para alcançar os objetivos traçados para evangelização. A ação deve ser composta do conjunto de programas de atividades e de projetos que visam a transformação da realidade que fora observada e objetivada.

Definir as ações, é buscar um referencial estratégico que ordenem as iniciativas e desenvolva com objetividade as metas traçadas para ação evangelizadora. Sua formulação não pode ser encarada como uma mera geração de programas, mas antes, como um instrumento eficaz em busca de resultados e impacto transformador, enfrentando inclusive o desconhecido.

A ação pastoral deve ser compreendida como ato evangelizador, envolvida por compromissos e responsabilidades diante da perspectiva da evangelização e da reflexão teológica (BALBINOT; MEZADRI, 2008. p. 145). O seu desenvolvimento pedagógico deve ter como base, o pensamento teológico para projetar a verdade evangélica à realidade histórica. Assim escreveu Clodovis Boff:

O Concílio Vaticano II manda 'perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho. Portanto, para uma teologia dos sinais dos tempos, o Vaticano II requer duas operações: uma que dê conta da verdade própria da realidade em questão; e outra, que projete sobre ela a luz da fé. E o Concílio não apenas recomenda esse método, mas o põe em prática na própria constituição pastoral *Gaudium et Spes*. Assim, a fé deve agir sobre a prática e, esta por sua vez reage sobre a fé (BOFF, 2009, p. 166).

Sem perder a consciência de sua catolicidade, a diocese de Maringá na elaboração de sua prática pastoral abriu-se à iniciativa de promoção e participação de todos os fiéis que quisessem somar ao anúncio do Evangelho. Em comunhão com o Plano de Pastoral de Conjunto e com as Diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, elaborou à sua prática mediante as exigências históricas próprias.

3.2. Processo metodológico assumido na elaboração dos planos

Escolher um método é um passo muito importante para que o Planejamento Pastoral encontre seu êxito. A Igreja Latino Americana assume o método Ver-Julgar-Agir, para seu desenvolvimento pastoral. Esse método ajuda a olhar de forma panorâmica a realidade social e eclesial, além de apresentar os princípios da Palavra de Deus e de construção do Reino, para somente depois, elaborar uma ação que seja coerente com a necessidade que se fez sentir.

A Diocese de Maringá, também assume esse método para elaboração de seus planos de pastoral, e além disso, sabendo da necessidade de se fazer pastoral com os pés calcados na realidade, assumem, os pobres como método da evangelização.

Os excluídos e marginalizados, tem muito a ensinar à vida eclesial e por isso, coloca-los na centralização das estruturas de planejamento ajuda na elaboração de ações que promovam a dignidade e a libertação. Quem deve contribuir com isso, são os leigos, que por vezes, conseguem chegar onde a hierarquia não consegue, por isso, eles faram parte da metodologia de ação. Todos juntos, devem trabalhar em comunhão para que, a ação libertadora aconteça.

3.2.1. Método Ver-Julgar-Agir

A renovação eclesial promovida pelo Concílio Vaticano II trouxe ao seio da Igreja uma gama de transformações. O modelo pastoral subjacente da cristandade, de uma Igreja vertical, clericalizada, baseada unicamente no aspecto doutrinal e a-histórico, foi superado, por uma pastoral da comunhão e participação, do rompimento do autoritarismo e orientada a transformar a realidade a partir dos aspectos históricos e sociais.

A ação pastoral que encontrava seus fundamentos a partir da conservação sacramental, passa agora a ser vista como atuação de um projeto que parte da análise da situação histórica para transformar a história em Reino de Deus. A Igreja agora, se declara “serva da humanidade” (PAULO VI, 1965).

Esse novo modo de pensar e concretizar a eclesiologia exigiu a escolha de um método adequado que correspondesse com o momento transformador. Uma metodologia que não partisse de referências teóricas elaboradas abstratamente ou sistematizadas de forma genérica, mas a partir, da percepção real da sociedade e da tomada de consciência de seus anseios.

Joseph Cardijn em 1925, ao fundar o movimento operário na Bélgica, criou o método VER-JULGAR-AGIR, que parte da realidade para elaborar os conceitos doutrinários e eclesiológicos, com objetivo de transformar as realidades históricas. Trata-se de colocar a Igreja no interior da história, para, a partir daí, compreender sua identidade e elaborar sua missão (BRIGHENTI, 2015, p. 612).

Por um lado, Cardijn tem diante de si a situação concreta da classe operária e oprimida pelo capitalismo, por outro, a partir de sua fé cristã, compreende que o comunismo que começa a surgir em alguns países da Europa, não responde às necessidades e sofrimentos da classe operária. A elaboração do seu método está situado dentro desse contexto, tendo como fundamento o método das ciências modernas e a prática marxista.

Trata-se de um método indutivo e ativo, onde, encontra na observação dos fatos o seu ponto de partida. “O método se constituiu de uma pedagogia, que parte da ação para mudança da realidade e formação da consciência libertadora, priorizando a pessoa em relação à sociedade e ao mundo” (BRIGHENTI, 2015, p. 612).

Esse método pedagógico, tenta superar o idealismo tradicional e o mecanismo positivista, abrindo espaço para um planejamento participativo, na medida, em que, a ação se torna fonte inspiradora para elaboração da epistemologia e da transformação social (BALBINOT; MEZADRI, 2008, p. 22). No seio eclesial foi assumido pelo Magistério Pontifício do Papa João XXIII na Encíclica *Mater et Magistra* (1961), diz o Papa:

Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação, apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes, exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: 'ver, julgar e agir' (JOÃO XXIII, 1961, nº 235).

Adotado como o método do Concílio Vaticano II, tornou-se mais que um método em si, mas uma pedagogia, uma forma de ser Igreja. A Igreja que “parte da ação para ação”, inserida em seu contexto promove uma pastoral transformadora comprometida com as grandes causas da humanidade, assimilando a vida social com o anúncio do Evangelho (BRIGHENTI, 2015, p. 608). Posteriormente, será adotado como método da ação católica, das conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), e pelos documentos de ação pastoral da CNBB.

Assumido pela Ação Católica, o método ajuda na formação da militância de uma evangelização “na ação e pela ação”, possibilitando uma prática social enraizada nas práticas sociais populares e na promoção das pessoas, para que, se tornem sujeitos do processo de libertação. Há aqui um processo orgânico e eficaz entre o ato evangelizador e a construção epistemológica, o princípio da *práxis* como possibilidade transformadora.

Essa pedagogia da libertação apresentada pelo método *Cardijnista* fora assumida também pelas Conferências Gerais dos Bispos da América Latina e Caribe, a partir da II Conferência de Medellín (1968), propondo aos povos latino-americanos que sejam sujeitos do processo de libertação:

Nossa reflexão, conduz-nos a propor uma visão educacional, a partir de um método que promova o desenvolvimento integral, que chama-la-íamos de 'educação libertadora', isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio chave para libertar os povos de toda servidão e para fazê-los ascender de condições de vida menos humanas a condições mais humanas', tendo-se em conta que o homem é responsável e artífice principal de seu êxito ou de seu fracasso (Med 88).

Este método pedagógico VER-JULGAR-AGIR tenta superar o idealismo tradicional e abre espaço para se pensar um planejamento participativo, na medida em que a ação reflexiva se torna fonte de conhecimento e instrumento de transformação social. Essa metodologia, aprofunda os valores culturais e promove a Inculcuação do Evangelho, aumentando o desejo de transformação de uma sociedade desigual e injusta e coloca o povo de Deus como sujeito da evangelização e de sua própria libertação.

A CNBB agrega esse método aos seus documentos pastorais, desde a elaboração do Plano de Pastoral de Conjunto até os tempos atuais, partindo de uma pedagogia que responda melhor às condições e necessidades das pessoas (CNBB, 1966, p. 49).

Conseqüentemente, é a partir dessa fonte inspiradora que os Planos de Pastoral da diocese de Maringá serão elaborados. Partindo da realidade concreta e das reais necessidades das pessoas, as ações são pensadas e desenvolvidas em vista da transformação da comunidade eclesial e social. Uma Igreja em saída, para ser “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5, 13-14), pois, é ela quem está inserida no mundo e não ao contrário.

Em todos os vinte e quatro planos de pastoral da Diocese, encontramos o método Cardjinista. A elaboração partiu de uma análise da conjuntura social, e da iluminação da Sagrada Escritura e do Magistério eclesial, de modo, que, suas ações são de caráter libertador. Assim, é explicitado no III plano de pastoral:

A Igreja é mistério de salvação e sinal de salvação, sinal que não é apenas um instrumento de comunicação de ideias, mas de vida. Deve ela cercar de amor todos os afligidos pela fraqueza humana, reconhecer mesmo nos pobres e sofredores a imagem de seu fundador pobre e sofredor. Compete a ela, diante da realidade, iluminar o mistério do homem até lá onde se encontra o que há nele de mais essencial e decisivo: a dimensão de amor de Deus nele. Por isso, tentaremos um esforço na ação de nossas comunidades e agentes de pastoral para um aprofundamento na fé. A Igreja particular de Maringá, quer se preocupar em ser sinal, isto é, dar a conhecer o mistério do amor de Deus presente no mundo e ser instrumento de atuação desse amor libertador da humanidade (DIOCESE DE MARINGÁ, 1975, p. 6).

As ações foram planejadas a partir do processo de revelação que se dava entre a Igreja e o mundo, “levando ao mundo a contribuição insubstituível e única do Evangelho e da salvação eterna, bem como a promoção da dignidade humana e solução de seus problemas terrenos” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1976, p. 32).

Desse modo, os planos tiveram como base de sua construção essa metodologia fundamentada numa epistemologia que tem como objeto de investigação as relações pedagógicas, enquanto práxis-pedagógica. Tal proposta constitui o instrumento de condução ao processo participativo.

3.2.2. Os leigos como sujeito e método do planejamento pastoral na Diocese de Maringá

Não havia, no final dos anos 50, quando da criação da Diocese de Maringá, a profusão de movimentos leigos, como se tornou conhecida após a realização do Concílio Vaticano II. Vivia-se um modelo de Igreja clerical, voltada a si mesma, onde o cultivo da fé interior estava desvinculado do encargo de transformar a sociedade a partir da vivência do Evangelho.

O sacramentalismo consolidado como única forma de salvação, não trazia os apelos de uma conversão a partir da realidade histórica, mas dos valores unicamente da fé cristã. Os leigos e leigas, participavam unicamente de maneira passiva da ação da Igreja, sem poder contribuir com os processos do anúncio do Evangelho. Escreveu Chiquim:

Até a década de 1920, a política de participação dos leigos ateu-se, majoritariamente, às associações devocionais e à religiosidade praticada no interior do tempo. A romanização contribuiu para importação de cultos e ritos europeus que tinham como objetivo substituir as devoções católicas, historicamente consolidadas e praticadas sem a presença do padre. O clero reformado, somado ao europeu, contribuiu para substituir a religiosidade pessoal pela sacramental, reforçou a mudança de hábitos, implantou devoções e crenças em santos alheios à fé e à cultura do povo brasileiro (CHIQUIM, 2005, p. 232).

Através do Concílio Vaticano II que o ministério leigo na vida da Igreja ganha grande impulso. Os documentos *Apostolicam Actuositatem*⁴⁰ e *Lumen Gentium*, contribuem para formação da identidade e dignidade da condição laical. Sua dimensão ontológica, se dá, “através do batismo, tornando-se membros do povo de Deus” (LG 31).

⁴⁰ Este decreto conciliar foi discutido durante a 3ª sessão conciliar em 1964, e promulgado pelo Papa Paulo VI em 18 de novembro de 1965. O texto completa o tema desenvolvido pela constituição *Lumen Gentium*, sobre a vocação dos leigos e a evangelização. Um tratado com seis capítulos, que amplia a visão e o campo de missão do apostolado leigo na vida da Igreja, bem como, a ajuda que podem prestar a hierarquia.

Os leigos e leigas, devem ter participação ativa em todas as obras de evangelização da Igreja, não podem ser considerados cristãos de segunda categoria, pois, todos são chamados à mesma santidade e a mesma missão profética. Embora, haja uma diversidade de ministérios e carismas, o testemunho do Reino no mundo e a transformação social a partir da libertação do homem, é tarefa de toda a Igreja.

A condição laical deve ser entendida como fundamento cristológico para existência cristã, pois, pelo batismo, os fiéis se configuram à Cristo sacerdote, profeta e rei, e as diversas expressões dessa imagem configuram o caminho do apostolado que eles devem seguir (ALMEIDA; MAÇANEIRO; MANZINI, 2013, p. 449).

Trata-se de uma nova acentuação para com esses fiéis, oferecendo dentro da eclesiologia fundamentos para o exercício de sua missão e vocação. Isso, se configura pela definição da Igreja como “Povo de Deus” (LG 9), na qual, garante a dignidade a todos os batizados e, oferece abertura à missão evangelizadora. A promoção da laicidade, provoca, ainda, uma eclesiologia do diálogo, fazendo com que todos deem testemunho do Reino no mundo presente.

Em comunhão com a hierarquia, os fiéis leigos e leigas, fazem parte da Igreja e sua identidade e posição eclesial estão garantidas pelo Batismo (KUZMA, 2014, p. 132). Juntamente com os clérigos, os leigos e leigas, devem atuar no mundo como Igreja, vivendo de maneira autêntica o evangelho, do qual, são chamados a dar testemunho. Ocupam preferencialmente o mundo secular, e o serviço exercido deve se dar em comunhão com as demais vocações e carismas existentes na Igreja. Escreve o decreto *Apostolicam Actuositatem*:

Existe na Igreja diversidade de serviços, mas unidade de missão. Aos apóstolos e a seus sucessores foi por Cristo conferido o múnus de, em nome e com o poder d’Ele, ensinar, santificar e reger. Os leigos, por sua vez, participantes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, compartilham a missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Realizam verdadeiramente o apostolado quando se dedicam a evangelizar e santificar os homens e animar e aperfeiçoar a ordem temporal com o Espírito do Evangelho, de maneira a dar com a sua ação testemunho de Cristo e a ajudar à salvação dos homens. Já que é realmente característico do estado leigo viver em meio ao mundo e aos negócios seculares, são eles chamados por Deus para, abraçados no espírito de Cristo, exercerem o apostolado a modo de fermento no mundo (AA 2).

Todavia, é com a eclesiologia do povo de Deus, igualando o grau de dignidade entre fiéis leigos e leigas, e os pastores do povo, que se fundamentará a missão do laicato no mundo. A dinâmica de comunhão é um caminho importante, pois, diante da

diversidade de carismas e ministérios, todos igualmente se colocam como servidores de Cristo.

Mais do que destinatários, os leigos e leigas são agentes diretos da evangelização, a partir das marcas históricas onde estão situados, e, devem exercer o sacerdócio comum dos fiéis promovendo uma ação pastoral de maneira eficaz e transformadora.

Dentre as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*, a CNBB, sempre colocou em destaque o trabalho dos leigos e leigas, promovendo a consciência de sua presença ativa na Igreja, a partir de uma vivência de comunhão e participação:

No exercício de sua missão evangelizadora, a Igreja deve anunciar uma mensagem explícita e sobremaneira vigorosa sobre a necessidade da libertação do homem e de tudo aquilo que o oprime. Mas tem igualmente o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de enviar esforços para que ela chegue a ser total. A Igreja no Brasil reitera seu compromisso de incentivar e apoiar toda atividade promovida pelos leigos, que devem com toda Igreja, anunciar e testemunhar o Evangelho através de um empenho decidido em vista da libertação total e integral de todos os homens e mulheres que vivem na sociedade, preferencialmente em nosso país (CNBB, 1987, nº 61).

A missão evangelizadora da Igreja, passa pelo trabalho dos leigos e leigas que, comprometidos com o anúncio do Evangelho propagam o testemunho no meio da cultura, das ciências, da política, ou em outros locais em que a hierarquia está ausente (CNBB, 1987, nº 65). Trata-se de coloca-los como agentes diretos da missão eclesial, e de reconhece-los como enviados a salvar o mundo e ser a este mundo, sinal de salvação.

A participação do laicato requer, não só na fase de execução pastoral, mas também na planificação e nos organismos de decisão (CNBB, 2016, p. 45). Na diocese de Maringá, desde o início de sua criação, os leigos e leigas foram engajados e motivados a fazerem parte dos processos de planejamento pastoral. O método para que sua participação se desse de forma plena e em comunhão com a hierarquia e com os religiosos e religiosas, foram as assembleias diocesanas. Nelas, os leigos e leigas participam ativamente do processo de planejamento, de acompanhamento e de avaliação da caminhada da ação pastoral do Povo de Deus.

As assembleias, mais que um ponto de chegada, são um ponto de partida na caminhada da ação pastoral da Igreja, pois, além da participação de todos os agentes

envolvidos, sua realização se dá em diversos momentos, abrangendo os vários níveis eclesiais.

Os planos de pastoral são frutos desse trabalho conjunto, onde, além do clero, contam com ajuda direta de leigos e leigas capacitados para construção das várias equipes de serviço e elaboração dos planos. A participação laical, não é apenas uma tarefa da evangelização, mas uma necessidade que parte da própria espiritualidade da Igreja.

A eficácia do processo de elaboração e dos resultados efetivos serão garantidos através desse espírito de comunhão e participação. As diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil de 1983, reafirma essa necessidade:

Para o aperfeiçoamento da tarefa evangelizadora e a unidade no trabalho pastoral, a comunhão e a participação de todos os membros do povo de Deus devem crescer nos vários níveis da organização e estrutura eclesiais. Diversos organismos inspirados no Concílio Vaticano II têm sugerido para tornar efetivas a participação e a comunhão na Igreja. Foram criados num espírito de confiança mútua e de respeito às responsabilidades específicas dos diversos membros, deram prova de sua eficácia e merecem particular apreço. Tais são, sobretudo, os conselhos de presbíteros e de pastorais, como também as assembleias que reúnem todos os carismas existentes na Igreja. Através deles, os diversos membros se sentem verdadeiramente corresponsáveis na missão. Assim, a prática da participação e comunhão vai-se enraizando e frutificando nos diversos níveis e lugares de evangelização (CNBB, 1983, nº 61).

Desde o ano de 1972, encontramos na diocese de Maringá as assembleias diocesanas, cuja composição sempre se deu de forma bastante representativa. Desde essa época, encontramos uma Igreja com fortes marcas da vida comunitária e da participação dos leigos e leigas. Um período marcado pela vitalidade das Comunidades Eclesiais de Base, impulsionado sobretudo por Medellín (1968).

Mesmo com as fortes marcas de uma realidade social e política desafiadora⁴¹, os leigos e leigas não desanimaram de propagar o Evangelho, pelo contrário, isso, tornou-se um impulso aos desejos de transformação das realidades do mundo.

Desde o início a Igreja de Maringá mostrou-se preocupada em marcar presença na vida das pessoas, como “servidora do Reino”. Já no primeiro plano de Pastoral,

⁴¹ A conjuntura política e social no Brasil nos anos 70 é marcada pela transição de um autoritarismo absoluto para uma abertura gradual e controlada. No início dessa década ainda rege o Ato Institucional nº 5, publicado em dezembro de 1968, no qual, decretava o fechamento da participação democrática no país. Uma forte onda repressiva será marca forte desse período. Além do regime opressivo, os militares fizeram alianças tecnológicas que desenvolveram rapidamente a economia, favorecendo a pouca parcela da população brasileira que já se encontrava no todo da pirâmide salarial. A outra parcela da população sofria com as precárias condições de vida. Período marcado pela opressão, perseguição e aumento da desigualdade social.

dom Jaime deixa clara essa opção: “A Diocese dá prioridade à pastoral da comunidade Eclesial de Base, desejando bons resultados no campo da mentalização e formação das pessoas” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1973, p. 4). Escrevendo assim, o bispo diocesano assume a identidade eclesial de sua Igreja particular, colocando a pastoral – com participação coletiva – como uma dimensão da própria Igreja.

As assembleias diocesanas se deram a partir, de uma participação ativa e plena dos leigos e leigas da diocese. A finalidade de sua realização era de “atingir uma real unidade visível na Igreja e, criar um clima de diálogo e participação entre os membros da Igreja em todos os níveis e em todas as estruturas” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1977, p. 34).

Nos anos de 1972 a 1974, realizaram as primeiras assembleias diocesanas, que se deram de maneira participativa, presidida pelo Bispo diocesano e pelo Coordenador de Pastoral, com participação dos padres, dos religiosos e religiosas e dos leigos e leigas. As definições das prioridades de trabalho já estavam estabelecidas pela coordenação de pastoral. Somente a partir da quarta assembleia, no ano de 1976, que se iniciou o processo de consultas das paróquias, através de um material de apoio e orientação. Assim, encontramos relatado no V plano de Pastoral Orgânica:

As paróquias receberam em mãos pela primeira vez, os subsídios e orientações para se chegar ao resultado da representatividade. Para tanto, é preciso que as bases participem ativamente da reflexão e está reflexão venha caminhando até o centro da coordenação (DIOCESE DE MARINGÁ, 1977, p. 35).

Os resultados dessas assembleias se deram pelos registros sistemáticos das decisões e organização detalhada das ações, afixadas nos planos de pastoral. Realizá-las de modo participativo, garantiu sempre uma penetração no cotidiano que envolve os agentes e as pessoas da comunidade, e assim, a prática pastoral tornou-se cada vez mais enraizada na realidade de seu tempo.

3.2.3. Os Pobres como horizontes da evangelização na Diocese de Maringá

O sistema capitalista neoliberal que produz um acúmulo de bens, de conhecimento e de poder, leva a grandes desigualdades, à exclusão e a desumanização. A concentração de bens e dos meios de produção nas mãos de poucos, o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o enriquecimento de

uma parcela mínima da população, constituem uma tragédia social, e contribuem enormemente para que haja exclusão.

Com a difusão desse sistema tudo passou a ser regido pelas leis do mercado, os bens necessários para sobreviver estavam à disposição daqueles que tinham condições de adquiri-los. Os que não tem acesso ao mercado ficaram de fora da lógica social, aumentando o número de pobres e excluídos. Sendo excluídos das relações sociais, não eram reconhecidos em sua dignidade, pois, esta, estava relacionada aos bens de consumo.

O excluído precisa reconquistar sua subjetividade, e isso, só se torna possível dentro das relações humanas e sociais, onde outros o reconhecem como sujeito. A criação de espaços e reflexões onde os excluídos são reconhecidos como pessoa, é fundamental para reconstrução da dignidade humana, por isso, a Igreja, comunidade cristã, tem um papel importante nessa reconstrução. (TEIXEIRA, 1996, p. 85).

Assumindo os pobres e excluídos como opção fundamental da evangelização, a Igreja através do Concílio Vaticano II e, explicitamente através da segunda conferência episcopal Latino Americana, de Medellín (1968), buscou direcionar a condição de pobreza e exclusão para a centralidade da evangelização, a fim de, “sentirem o estímulo da Igreja, iluminando sua dignidade e sentirem que não estão sozinhos” (Med 200).

A centralidade dos pobres é tão própria do Evangelho, que ajudar os pobres e excluídos a recuperarem sua dignidade e lutarem por justiça social, pertence à missão da Igreja. De modo organizado, essa perspectiva social foi apresentada pelo papa Leão XIII, em sua encíclica *Rerum Novarum*⁴², numa tentativa de diálogo com o mundo industrializado e secularizado, visando a garantia de direitos e dignidade dos operários.

Sabendo que os pobres e excluídos são fruto da injustiça social, a Igreja deve assumir como dever prioritário o acompanhamento aos que vivem nessas condições, e ajuda-los em seu processo por libertação. O Papa João XXIII, em seu discurso inaugural do Concílio Vaticano II, pediu que, “a Igreja recuperasse sua verdadeira

⁴² A encíclica *Rerum Novarum*, é escrita pelo Papa Leão XIII, em maio de 1891. Levanta a condição dos operários que são injustiçados, frente ao crescente capitalismo e falta de moralidade que vem se desenvolvendo na sociedade moderna. Aponta o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, discutindo as relações das pessoas entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja. A encíclica propõe a justiça na vida social, econômica e industrial, e sugere uma melhor distribuição de renda entre as famílias, a valorização dos mais pobres e oprimidos que são vítimas de um sistema desigual, e a promoção da caridade entre as pessoas, promovendo um mundo mais solidário e liberto das opressões.

identidade como Igreja dos pobres” (JOÃO XXIII, 1962), por isso, essa realidade deve ser assumida como prioritária na ação evangelizadora da Igreja.

Depreciados pela sociedade, os pobres devem encontrar na Igreja o alento de seus fardos pesados, e segurança mediante às situações precárias que vivem, pois, estão permanentemente expostos à morte prematura. A opção pelos pobres deve promover uma solidariedade concreta e criar condições que os permitam emergir como sujeitos eclesiais (BINGEMER, 2017, p. 60), pois, o mundo dos pobres não é só uma realidade econômica, política e cultural, mas é também o lugar privilegiado da revelação de Deus. Assim escreve Gustavo Gutiérrez:

A base última para a posição privilegiada dos pobres não está nos pobres mesmo, mas em Deus, na gratuidade do amor de *ágape* de Deus. A fé em Deus e em seu amor gratuito leva a uma opção pelos pobres e à solidariedade com os que sofrem condições de miséria, desprezo e opressão, com os que a ordem social ignora e despreza. O Deus de absoluta liberdade e gratuidade, que se revelou a Jó, somente pode explicar o lugar privilegiado dos que são tratados injustamente e marginalizados pelos que na sociedade detêm o poder e se autojustificam. No Deus da revelação cristã, a gratuidade e o amor preferencial pelos pobres vão de mãos dadas; são, portanto, inseparáveis em nossa contemplação de Deus e em nosso interesse pelos deserdados deste mundo (GUTIÉRREZ, 1987, p. 152).

Assumir os pobres e oprimidos como opção preferencial, está na base do anúncio do Evangelho de Jesus, bem como na defesa de justiça e libertação dos sujeitos que mais sofrem. A opção pelos pobres não é direcionada simplesmente ao nível pessoal, mas às estruturas eclesiais que devem oferecer aos que sofrem injustiças, a possibilidade de recuperar sua dignidade, assumindo por inteiro a missão transformadora da história (SOBRINO, 2010, p. 45).

Tal opção preferencial, não se trata de idealizar a pobreza, mas sim, de combatê-la e lutar para aboli-la. Por isso, a Conferência Episcopal Latino Americana de Puebla (1979), define de maneira mais sólida essa opção. Para os Bispos, olhar com essa perspectiva de conteúdo, parte exatamente da essência do cristianismo, do movimento histórico de libertação do homem, promovido pelo próprio Deus. Afirma o texto da Conferência:

A opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio de Cristo Salvador, que os iluminará sobre sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à comunhão com o Pai e com os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica [...] Esta opção, exigida pela escandalosa realidade do desequilíbrio econômico da América Latina, deve levar a estabelecer uma convivência humana digna e a construir uma sociedade justa e livre (DP 1153).

A Igreja identificando-se com eles, assume um compromisso de solidariedade com essa causa e assim, desempenha sua missão evangelizadora e formadora de consciência social. À luz de uma postura profética em sua ação evangelizadora, vai descobrindo as injustiças e incoerências existentes no mundo, e apontando luzes para o reconhecimento e promoção da dignidade, para ser assim, verdadeiramente a Igreja dos pobres.

O documento de Puebla, apresenta que essa opção preferencial “vai além da dimensão pastoral, lançando uma lógica e dinamismo, que deve permear todo o ser da Igreja” (DP 1156). Trata-se propriamente de um método de evangelização, de modo que, “a Igreja anuncie aos pobres a Boa-nova, e os pobres, por sua vez, evangeliza a Igreja” (BINGEMER, 2017, p. 46).

Essa metodologia parte de uma pedagogia evangélico-libertadora, que sai do ensinamento da Igreja em matéria social e parte para uma práxis em favor da justiça e da equidade entre os homens. Ao colocar o serviço aos pobres na centralidade da ação eclesial, deixa claro que não se trata apenas de uma escolha sociológica e política, mas, “uma escolha teológica, sustentada por toda a história da Igreja” (BINGEMER, 2017, p. 71).

A Igreja do Brasil assume o compromisso de serviço aos pobres e excluídos em suas diretrizes gerais da ação evangelizadora, e manifestam uma clara consciência da necessidade da presença pública da Igreja na sociedade brasileira como defensora dos direitos humanos e da afirmação da cidadania dos pobres. Assumindo essa perspectiva, o episcopado brasileiro mostra seu real comprometimento com a evangelização libertadora e a opção pelos mais pobres. Assim apresentou as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, do ano de 1983:

Por um autêntico compromisso evangélico, o qual, como sucedeu com Cristo, é sobretudo compromisso com os mais necessitados, a Igreja no Brasil reitera a disposição assumida em Puebla pelos bispos latino-americanos de exercer a globalidade de sua missão evangelizadora à luz de uma clara e profética opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação (CNBB, 1983, nº 38).

Haverá grande insistência da CNBB de desenvolver um instrumental de análise da realidade, partindo das necessidades e carências mais sentidas pelo povo, de tal modo, que o próprio povo seja capaz de identificar as verdadeiras causas de injustiças e as possíveis saídas desta situação.

Atenta às orientações da CNBB, a Diocese de Maringá esmerou-se para construir sua evangelização como Igreja servidora, comprometida com as situações e os reclamos vivos do seu povo. Em todos os agrupamentos humanos da diocese, as lideranças católicas reconhecem sua responsabilidade social comum, e são instruídas a não se omitirem frente às obrigações de justiça e combate à desigualdade, desde o início da evangelização, até os tempos atuais.

Será fundada em 1996, a escola de formação de fé e política na diocese, no qual, haverá inúmeros alunos provindos de todo território diocesano. Nesse momento, os principais temas de formação em território diocesano serão: Justiça social, participação popular, direitos humanos, cidadania, ecologia, defesa do meio ambiente, etc (ROBLES, 2007, p. 209).

Desde esse período, foram surgindo muitas entidades através da inspiração dos leigos, desejosos de favorecer a qualidade de vida das pessoas e da comunidade. Surge por exemplo: o Movimento voz e vez da mulher, o movimento ecumênico de Maringá, a associação indigenista de Maringá, a associação por união e consciência negra, os amigos do hospital universitário.

Foram incontáveis os projetos de promoção humana e cidadania executado por leigos comprometidos, que receberam da Igreja, orientações de um cristianismo comprometido com a causa dos mais necessitados e excluídos, em vista, de transformar o mundo segundo os critérios do Evangelho.

Todo esse movimento da Igreja de ir ao encontro dos que mais sofrem, gerou mudanças no estilo da vida eclesial, pois, foi preciso sair das estruturas de conforto e ir ao encontro das pessoas. Essa metodologia recorda o processo *kenótico* de Deus, onde, esvaziando-se se coloca ao serviço de todos. Essa opção deve gerar a transformação da realidade e priorizar um caminho pastoral marcado pelas reais necessidades das pessoas.

As iniciativas de inserções no mundo com desejo de libertação e transformação, estiveram sempre presentes nos Planos de Pastoral, seguindo a proposta assumida pela Igreja do Brasil, na chamada linha 6 – presença da Igreja no Mundo – presente no *Plano de Pastoral de Conjunto*, e depois, nas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. Um serviço que parta da realidade e da experiência do povo em vista da promoção da dignidades, foi assumido desde muito logo, como metodologia da ação pastoral. Assim escreve o texto complementar do VI Plano de Pastoral:

Completando o método dedutivo escolástico, com o método indutivo experimental, queremos que, os fatos, a realidade e a experiência do povo não seja apenas fonte de ilustração da mensagem cristã, mas material de análise e interpretação da vontade de Deus. Partir de uma metodologia respeitosa e reconhecadora da pessoa humana, tendo em conta que toda pessoa tem suas capacidades e carismas, tem algo a dar, sempre em espírito eclesial. Portanto, uma metodologia libertadora e promotora da criatividade, não limitada a transmitir academicamente conhecimentos e fórmulas dogmáticas, mas um método ativo e participado pelo educando (COELHO, 1979, p. 8).

Tal opção metodológica exige que se renuncie uma suposta neutralidade diante da injustiça, e se deixe evangelizar pela força histórica que possuem os pobres e excluídos, promovendo assim, o surgimento de uma sociedade verdadeiramente nova, de todos e para todos.

Até a publicação do XVII plano de pastoral, no ano de 1997, a Diocese de Maringá, assumiu explicitamente em todos os planos, a dimensão sócio transformadora, como uma de suas linhas de evangelização. Nesse longo caminho pastoral, houveram muitos incentivos formativos de formação de consciência para inserção no mundo.

Em todo território diocesano, desde muito tempo, vem se fazendo ouvir a voz da Igreja na defesa dos menos favorecidos e na luta por dignidade e justiça para todos. Nessa caminhada de planejamento pastoral, firmou-se o compromisso de uma pastoral participativa, que parta das necessidades históricas afim de aprimorar, a cultura, a moral, a religiosidade e a situação social das pessoas. Marcada por sua evangelização libertadora, a diocese de Maringá, nunca se cansou de incentivar seus agentes diretos – padres e leigos – a se inserirem nos desafios concretos do mundo, em vista da harmonização e libertação das pessoas.

3.3. Linhas de trabalho adotadas pelos Plano de Pastoral⁴³

As linhas de ação assumidas pela Diocese de Maringá sempre estiveram em consonância com a Igreja Latino Americana e em comunhão com as *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*. Desde o primeiro plano de pastoral, encontramos três linhas de trabalho que perpassaram ao longo desses anos, seja de maneira direta, elencadas como prioridades, seja de modo transversal, a promoção da unidade visível, a família e a juventude e as comunidades eclesiais de base.

Todas elas, carregam elementos em comum da comunhão e participação e da promoção da dignidade e libertação da pessoa. O desejo sempre foi elaborar uma ação que atendesse a demanda do território diocesano e inserisse cada vez mais as pessoas na atuação eclesial.

3.3.1. Realização da unidade visível no seio eclesial

A ação evangelizadora da Igreja deve anunciar uma mensagem explícita e vigorosa sobre a necessidade de libertação do homem e de tudo aquilo que o oprime, fazendo ressoar o Evangelho sobre as necessidades históricas vividas pelo povo. Tal libertação trata-se de um processo dinâmico de uma construção permanente da comunhão perfeita.

Continuadora da missão de Cristo, a Igreja – povo de Deus – está inteiramente a serviço da comunhão do homem com Deus e dos homens entre si. É necessário, portanto, que a comunidade eclesial examine e verifique se ela constituiu uma verdadeira imagem de comunhão permitindo e promovendo a participação de todos,

⁴³ Desde o Plano de Pastoral de Conjunto (1966), a Igreja no Brasil adotou como referência da evangelização, as denominadas “linhas” pastorais, correspondentes às grandes dimensões da vida eclesial. São elas “dimensões constitutivas da ação pastoral da Igreja, fundamentadas na vida cristã e pertencem necessariamente à atuação visível do Espírito Santo na Igreja” (CNBB, 1987, nº 115). Estão divididas em seis momentos de ação, mas que não devem ser analisadas e desenvolvidas isoladamente, pois, elas estão interligadas e fortalecem umas às outras, são elas: Unidade Visível, Promoção Missionária, Fortalecimento da Palavra pela catequese, Promoção da liturgia como celebração do mistério de Cristo, Promoção do Ecumenismo e a Inserção da Igreja no Mundo. A diocese de Maringá, assumiu essas seis linhas em seus planos de pastoral, até o ano de 1995, quando, a CNBB mudou o formato das seis linhas, para as cinco urgências na evangelização. Desde essa época, as prioridades de trabalho foram relacionadas às linhas de ação ou as urgências na evangelização. Mesmo sendo diferentes, existe uma forte semelhança na construção teológica e pastoral entre as linhas e as urgências.

de modo, a ser fermento de comunhão e participação na sociedade (CNBB, 1983, nº 59).

Segundo a Conferência Episcopal de Puebla (1979), “não basta que a comunidade eclesial promova a participação na vida social, política, cultural e educacional, mas ela deve promover em seu âmbito próprio, formas de vivência, de vida e de organização, que incentivem a participação e a vivência da comunhão” (PUEBLA, 1979, nº 503).

A tomada de consciência da responsabilidade comum de todos os fiéis na vocação e missão da Igreja, que desde o Concílio Vaticano II penetra gradativamente nos diversos aspectos da vida eclesial, deve promover uma nova reflexão teológica e a busca de uma nova eclesiologia, um novo jeito de ser Igreja. Partir de uma perspectiva, que não distingue clero e leigos, mas a partir do que é comum a todos os fiéis, como: “a igual dignidade batismal, a vocação universal à santidade, a participação de todos no apostolado” (GS 32).

O processo de planejamento pastoral e a pastoral orgânica serão uma realidade quando a participação e comunhão crescerem em todos os níveis da organização e estruturas eclesiais. A participação efetiva dos leigos deve ser incentivada não apenas como uma metodologia de trabalho, mas como processo essencial da vida da Igreja.

Estando no mundo, a comunidade eclesial é chamada a dar testemunho de uma autêntica unidade e vida de comunhão. Assim, apresentou as diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, do ano de 1983:

O testemunho de uma verdadeira renovação da vida comunitária eclesial, chamada a ser sinal e sacramento da unidade de todos os homens entre si e com Deus, será um meio eficaz para que a Igreja contribua na criação de uma nova sociedade em nosso país. Pois não se pode esquecer que a Igreja experimenta com o mundo a mesma sorte terrena e que ela é como que transformada na família de Deus (CNBB, 1983, nº 64).

As estruturas eclesiais têm por função promover e realizar a unidade do povo de Deus, por isso, os diversos membros desse povo – clero e leigos e leigas – devem encontrar sua integração, para realizar mais plenamente a unidade visível. Trata-se, de unir todos os esforços e empregar meios adequados para que a Igreja seja revestida de verdadeira eficácia e presença visível da vida eclesial.

A realização da unidade visível na vida eclesial se dará na medida em que seus membros, expressarem e realizarem a comunhão dos homens em Cristo. Intensificar

a prática de participação deve contribuir substancialmente para o crescimento da consciência de responsabilidade de todos os membros do povo de Deus na missão evangelizadora e, na vivência mais profunda da comunhão dentro da própria Igreja.

Nesse sentido, percebe-se com clareza a importância de fortalecer os mecanismos permanentes de participação, que favorecem sobretudo a participação ativa dos leigos e leigas no seio da Igreja, possibilitando um crescimento na vivência da comunhão eclesial e no espírito da corresponsabilidade. Tal atitude deve criar uma comunidade dinâmica, reforçada pela diversidade de carismas individuais e comunitários, e ser promotora da catolicidade universal.

Definir a unidade como centralidade da ação eclesial, é promover as exigências da unidade em quem a Igreja de Cristo se define, desempenhando a missão reintegradora da unidade e, promovendo um espírito de testemunho dos valores evangélicos. Assim, ficou estabelecido o objetivo da promoção da unidade no plano de pastoral de conjunto (1966), que depois, por muito tempo, fora retomado como prioridade na Igreja do Brasil: “Levar o povo de Deus, reunido na Igreja Católica, a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da realização sempre mais plena de sua unidade visível” (CNBB, 1966, p. 36).

Assumir esse objetivo é promover a renovação eclesial, e colocar todos os membros como agentes diretos da evangelização. Assim, explicou o Plano de Pastoral de Conjunto (1966):

Este objetivo requer a renovação de todos os membros do povo de Deus para uma vida evangélica mais autêntica, para o melhor desempenho da missão a que foi chamado, para um aproveitamento mais pleno e comunitário dos carismas que lhe foram comunicados pelo Espírito Santo. Exige especialmente o pleno exercício do ministério hierárquico: do colégio episcopal, tendo o Papa como cabeça visível, das conferências episcopais, do bispo em sua diocese ou no desempenho da tarefa especial que lhe foi confiada, do presbitério unido ao seu bispo. Este objetivo requer ainda a renovação das diversas estruturas em que se realiza esta comunidade de Igreja: a comunidade de base, a paróquia, a zona pastora, a diocese, a Igreja universal (CNBB, 1966, p. 22).

Nesse sentido, vários organismos surgiram inspirados pelo concílio Vaticano II, mostrando-se eficazes para construir a participação e comunhão, como, os conselhos pastorais, de leigos e leigas, presbiterais e as assembleias. Através deles, diversos membros se sentem verdadeiramente corresponsáveis na missão da Igreja.

A partir da vivência da comunhão e participação, a Igreja do Brasil assumirá seu caminho de atuação pastoral. Desde o plano de pastoral de conjunto (1966),

passando pelas diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil que foram elaboradas desde 1975, encontramos como opção fundamental de trabalho evangelizador a unidade. Tal opção, aparece como princípio de comunhão e participação, acolhendo os diversos carismas e, organizando –se em estruturas participativas para construção da unidade orgânica.

Impulsionada pelas opções assumidas pela CNBB, a diocese de Maringá fará dessa linha da evangelização um constante em seus planos de pastoral. A proposta é integrar o laicato nas ações eclesiais, criando a consciência de corresponsabilidade de todos os membros do povo de Deus a darem um testemunho de renovação da vida comunitária eclesial.

Nos anos setenta, com a elaboração dos primeiros planos de pastoral, esta linha destaca o caráter de uma Igreja circular, onde todos, pelo batismo são chamados a cooperarem com a construção da Igreja que participa. Assim encontramos no II Plano de Pastoral, de 1974:

A própria Igreja ou o corpo de Cristo que vai sendo edificado é, ao mesmo tempo, o instrumento ativo desta continuação e sinal desta unidade. Ela é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano. A Igreja deve não só edificar os povos, mas incorporá-los a si, deixar-se edificar por eles. A humanidade toda deve construir a Igreja e não somente ser recebida na Igreja (DIOCESE DE MARINGÁ, 1974, p. 11).

Na segunda metade dos anos setenta, a Igreja de Maringá recebendo notável impulso do sínodo sobre a evangelização do mundo contemporâneo⁴⁴, da preparação e realização de Puebla e das *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, incentivou a criação dos conselhos a nível diocesano e paroquial, a fim, de tornar efetiva a participação e comunhão. Sublinhou o IV Plano de Pastoral de 1976:

Que se criem instrumentos de unidade, de diálogo e de corresponsabilidade. Procurem as paróquias, sem artificializar, institucionalizar os meios promotores e expressivos de visível unidade, como, os Conselhos de

⁴⁴ O sínodo sobre a evangelização do mundo contemporâneo, realizou-se, após a instituição em 1965 do “*motu próprio*” do Papa Paulo VI. Tal escolha soou como novidade, pois, esperava-se um sínodo que discutiria o tema família. Mas Paulo VI, optou por um tema mais amplo, devido ao desenvolvimento social e a crescente onda da globalização. A preparação do sínodo, mobilou toda Igreja com o envio de um documento de consulta a todos do episcopado em maio de 1973. Desse sínodo, optou-se pela não elaboração de um documento conclusivo, deixando nas discussões a riqueza dos temas discutidos. Com o sínodo, o conceito de evangelização se enriqueceu além da ampliação da compreensão da Igreja como “porção do povo de Deus”. Além disso, o sínodo assumiu o compromisso da libertação histórica dos homens, colocando essa temática no centro da ação evangelizadora. Desse modo, este sínodo ampliou e aprofundou o conceito de evangelização no mundo moderno que já havia surgido (CAMACHO, 1995, p. 382).

Pastoral. Cuidem, para que a unidade visível seja, visível e sinal compreensivo para o mundo (DIOCESE DE MARINGÁ, 1976, p. 34).

No ano de 1984, o XI Plano de ação pastoral reafirma o compromisso com a unidade visível para transformação do mundo e da vida eclesial, apresenta que “para chegar a uma sociedade nova, nascida da união do povo, é necessário garantir a participação e comunhão de todos, libertando as pessoas de estruturas egoístas e opressão injustas” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1984, p. 3). Como ação concreta, assume a elaboração de um diretório para administração dos sacramentos a nível diocesano e reafirma os conselhos como espaços de comunhão entre os membros do povo de Deus.

O empenho pela promoção da unidade e a busca de mais profunda vivência de comunhão, encontram fecunda expressão no ano de 1986⁴⁵ com a criação do Conselho Arquidiocesano de Leigos, que vigora ativamente até os tempos atuais. No final da década de oitenta, cresce a consciência de uma sociedade plural, secularizada e estruturada sobre os valores da modernidade.

A partir dessa tomada de consciência, será assumido no XV Plano de Pastoral de 1989 como objetivo geral, “as paróquias como expressão de comunhão e participação, e a valorização da presença dos leigos e leigas no planejamento e execução da ação pastoral” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1989, p. 27).

Os planos subsequentes, da década de noventa, aprofundarão o mistério da comunhão eclesial, e reforçaram a identidade da comunidade católica como Igreja missionária. Nesse período, o plano de fundo é a massificação da sociedade e a urbanização, por isso, encontramos como proposta de unidade eclesial, “a evangelização a partir dos meios de comunicação social e a formação de uma pastoral do acolhimento, para acolher e ajudar as pessoas que migraram do campo para

⁴⁵ Foi a partir de 1986 que os leigos e leigas procuraram se articular através de uma comissão provisória, para uma futura formação do conselho de leigos. Esta comissão tinha a missão de “reconhecer o protagonismo dos leigos na nova evangelização” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1998, p. 4). Grandes dificuldades apareceram para formação deste conselho, principalmente, pois, essa dimensão do protagonismo dos leigos ainda soava como novidade e com os primeiros passos de sua articulação. O primeiro coordenador deste conselho foi o Sr^o Damião José de Lima, na época, pertencente à paróquia São Miguel Arcanjo. No ano de 1989, o conselho fora efetivamente constituído formalmente e ratificando a permanência do Damião de Lima, na coordenação, agora com a ajuda de um vice coordenador, Sr Jaime Trintin. No ano de 1992, Jaime Trintin assume a coordenação e é eleita uma diretoria, tendo como vice coordenador o Sr Sebastião Aparecida Lopes da Silva; Secretária, a Sr Mara Eugênia Moreira Costa Ferreira; vice-secretária, Terezinha Modonense Balderi; e como tesoureiro, Sr Antônio Luiz de Jesus. A motivação de trabalho desse grupo era “animar as realidades temporais como artefato da paz e da justiça” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1998, p. 4). Um conselho que através de uma ação profética, fora instituído para ser sinal vivo do reino de Deus e instrumento de transformação da sociedade.

cidade, ou que, encontram-se desanimados da fé dentro da própria cidade” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1983, p. 46).

Com a chegada do novo milênio, a evangelização se encontra num contexto de rápidas e profundas mudanças, onde, a proposta de unidade começa a ser cada vez mais questionada pelo mundo subjetivista. A atualização dos planos de pastoral exige o aprofundamento do novo milênio e também uma atualização nos programas de ação. No contexto da América Latina, será celebrado nessa época, a V Conferência do Episcopado Latino Americano, na cidade de Aparecida, em São Paulo.

Nesta ocasião os bispos reafirmam o compromisso com a unidade e a participação colegiada entre todos os membros do povo de Deus:

Nossos fiéis procuram comunidade cristãs, onde sejam acolhidos fraternalmente e se sintam valorizados, visíveis e eclesialmente incluídos. É necessário que nossos fiéis se sintam realmente membros de uma comunidade eclesial e co-responsáveis em seu desenvolvimento. Isso permitirá maior compromisso e entrega em e plena Igreja (DAp 226).

Desse modo, a Diocese de Maringá em suas prioridades pastorais, assume como plano de fundo o protagonismo do laicato, reafirmando a dinâmica de unidade e aprimorando sua colaboração no apostolado:

Os leigos devem ter participação ativa, criativa e responsável, não só na fase de execução, mas também de elaboração do planejamento da Ação Evangelizadora. Não podem ser considerados meros ajudantes na pastoral, mas titulares no seu âmbito; não são delegados do padre, mas 'derivam o direito e o dever do apostolado de sua União com Cristo Cabeça. Pois, inseridos pelo batismo no Corpo Místico de Cristo, pela confirmação robustecidos na força do Espírito Santo, recebem do próprio Senhor a delegação ao apostolado' (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2009, p. 84).

Ressalta-se portanto, que os planos de pastoral diocesano sempre visaram como prioridade a unidade visível para construção da comunhão e participação. O fortalecimento do espírito de colegialidade e corresponsabilidade estiveram presentes desde os momentos preparatórios nas assembleias diocesanas, até a execução das ações. A importância da promoção da unidade pastoral revelou-se como meio eficaz de participação comum dos fiéis no serviço do Reino de Deus e como mística de uma Igreja continuadora da missão de Jesus Cristo.

3.3.2. A família e a Juventude: Um olhar atento à realização da fraternidade

Fatores sociais, políticos, econômicos e religiosos influem na família, tornando-se vulneráveis aos desequilíbrios sociais, principalmente quando não estabelecida e alimentada com os verdadeiros valores humanos e cristãos. A fé nos mostra que o matrimônio instituído por Deus no vínculo do amor e elevado por Cristo à dignidade de sacramento deve corresponder ao plano divino.

Lamentavelmente, cresce a permissividade entre as famílias cristãs. As grandes transformações mundiais das últimas décadas abalaram os valores e a moralidade, fazendo crescer a agressividade e a violência. Há uma forte onda de ataques ao bem-estar familiar que provoca uma infelicidade social (CNBB, 1980, nº 13). O hedonismo cada vez mais presente na sociedade orienta o modo de no mundo, gerando assim, uma forte idolatria ao prazer, ao egoísmo, ao consumo e ao individualismo cada vez mais crescente.

A ação evangelizadora da Igreja que visa formar o povo de Deus a participar da construção de uma nova sociedade verdadeiramente justa, fraterna, solidária e livre, atenta às contrariedades do mundo que atingem as famílias, promove sua ação em vista do fortalecimento das famílias cristãs. A Igreja no Brasil no desejo de salvaguardar a família como grande transmissora dos valores culturais, éticos e espirituais, escreveu em suas diretrizes gerais a ação pastoral, de 1983:

É necessário e urgente encontrar formas novas de apoio à missão da família, para que ela possa viver e crescer na fé, e contribuir para a criação de uma sociedade nova, onde sejam realidades concretas a justiça e a fraternidade, sinais da presença do ressuscitado. Quando a família está em perigo, não é somente a Igreja que corre riscos, mas a sociedade inteira (CNBB, 1983, nº 185).

Preocupada com a crescente marginalização que afeta o contexto familiar, a Igreja deve questionar o estilo da pastoral convencional, de manutenção, e incluir no seio da ação evangelizadora, “os conteúdos de formação em torno da vocação que o homem está chamado a viver na família, e ajuda-los através da criatividade, em acolhê-los no engajamento comunitário” (CNBB, 2008, nº 127).

Uma realidade que predomina a negação dos valores humanos e evangélicos, torna-se um grande desafio para evangelização, e por isso, a tomada de consciência às mudanças sociais, torna-se fato fundamental para transmitir uma evangelização adequada que corresponda com as transformações. Diante dessa perspectiva, a

Igreja do Brasil sugere que “a pastoral Familiar ajude os casais, especialmente os mais jovens, a discernir, neste mundo contraditório, os valores que conduzem a pessoa para sua realização plena, na comunhão com o Criador” (CNBB, 2005, nº 37).

Além desses desafios, a modernidade através dos avanços científicos que ajudaram a solucionar alguns problemas da humanidade, não conseguiu com as novas ondas tecnológicas solucionar os maiores problemas do mundo, como por exemplo, a fome, analfabetismo, saneamento básico para população, e promoção da dignidade. Os desenvolvimentos das técnicas que foram criados livremente, se veem subordinados à política, que agora decide o que será feito com as técnicas e quem terá acesso a elas (SANTOS, 2007, p. 52).

Essa forma injusta de organização social que só beneficia a minoria, precisa constantemente recorrer à opressão e à violência para se manter. A ciência que deveria se preocupar principalmente com o bem-estar da sociedade, é apropriada no sentido de manter as bases do sistema capitalista, mesmo que para isso sejam necessárias teorias ou práticas que oprimem e matam as pessoas. Quanto mais o regime se torna insustentável, mais ele necessita apelar à opressão para se conservar.

A cultura chamada de pós-moderna que cresce de modo veloz no mundo, traz consigo uma mudança no cenário cotidiano por parte das tecnologias, do sistema de informação, comunicação e dos relacionamentos. Esse novo conceito social, penetra fortemente a realidade das famílias e da construção da consciência da juventude, pois, fortalecem os desejos individuais e o distanciamento com o sagrado. A subjetividade é um valor central, e o descrédito das ideologias faz com que muitos jovens não se interessem por desejos coletivos. Assim, apresenta as Diretrizes Gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, de 1991:

Há sintomas claros de uma apatia ou cansaço generalizado na juventude e de um reflexo nas organizações sociais como resultado da desilusão política e a falta de crédito na transformação das estruturas. É notável uma tendência ao privado e, até, a uma busca de sentido, com uma forte inclinação pragmática, desinstitucional, desideologizada: estes jovens não pretendem mudar a sociedade por dentro, como em anos anteriores, mas optam para viver à margem dela (CNBB, 1991, nº 110).

Diante dessa conjuntura e da crise provocada pela subjetividade, a Igreja institucional precisou passar por um processo de mudanças, de avaliação e autocrítica de sua ação evangelizadora. A crise, porém, é mais ampla, atinge toda realidade familiar e principalmente o desenvolvimento dos jovens. Há uma crise no projeto

hegemônico da família cristã, o que traz como consequência a crise do modelo familiar construído ao longo dos séculos.

A crise é provocada pelas mudanças culturais e fortes pressões de um mundo que vive em uma “mudança de época”. A família tradicional continua importante, mas agora tem nova maneira de resistir, e por isso, há necessidades de adaptações e o nascimento de novas sínteses. O vanguardismo de épocas anteriores desapareceu, e o perigo está em absolutizar a vida privada (BORAN, 1994, p. 73).

A partir da fragilidade que se encontra a família e a juventude, é necessária uma pastoral lúcida e comprometida, que seja acessível à compreensão da maioria das pessoas, de modo a inspirar uma efetiva ação transformadora na sociedade. A Conferência de Puebla (1979) assumiu dentre as opções pastorais para evangelização na América Latina, a família e a Juventude, apresentando que “consciente da complexidade da evangelização dessas realidades, desejamos unir-nos às suas preocupações, e ajuda-los a ser fiel à sua missão transformadora” (DP 569).

Seguindo às opções feitas em Puebla, o episcopado brasileiro durante muito tempo apresentou a família e a juventude como prioridades da ação pastoral, pois, dada a situação em que se encontram na sociedade pós-moderna, “merecem melhor acolhida e sincero amor nas comunidades e maior espaço para a ação” (CNBB, 2008, nº 122).

No ano de 1980, a CNBB publicou um documento “*sobre os valores básicos da família*”, no qual, apresentava a falta de promoção da dignidade humana, a crescente permissividade no ambiente familiar, a falta de um planejamento familiar coeso e outros aspectos que atentam contra a família. Nele, apontou a grande contribuição da pastoral familiar diante de um contexto tão fragilizado, sugerindo o uso da criatividade para evangelização do ambiente familiar.

Seguindo essas orientações, as diretrizes gerais da ação pastoral dos anos oitenta e noventa, apontaram como destaque a evangelização a família e a juventude⁴⁶. Nos anos posteriores, após a virada do milênio, com uma evangelização

⁴⁶ Nos diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil, dos anos de 1983 a 1986, depois 1987 a 1990, família e juventude aparecem como grandes destaques da evangelização, devido a demanda da nova conjuntura social que está surgindo, como a valorização do subjetivismo, do individualismo mais crescente, das massas e mídias que sufocam as relações e de uma sociedade de consumo cada vez mais acelerada. Essa realidade afetando diretamente as famílias em sua dignidade e a formação dos jovens, precisa ser olhada com atenção e discutida pela Igreja. Essa decisão de assumir essas

voltada para as massas e as mídias sociais, houve uma atualização dos programas de ação, porém, a missão de criar meios adequados à evangelização da família e da juventude, que atendesse a nova conjuntura social, foram contemplados, porém, agora de maneira transversal⁴⁷.

A Diocese de Maringá, seguindo os destaques pastorais assumidos pela CNBB, assumiu em praticamente todos os seus planos de pastoral, a família e a juventude como prioridades da ação. Como plano de fundo, esteve a construção de uma Igreja de comunhão e participação, por isso, ao apresentar essas realidades, o objetivo era colocá-los não somente como objetos da evangelização, mas também como sujeitos.

Já nos anos setenta⁴⁸, quando ainda as estruturas de planejamento pastoral e a elaboração dos planos de pastoral eram novidade, a diocese de Maringá, assumia a juventude a família como um dos objetivos da evangelização. Dada as transformações sociais cada vez mais constantes, o desejo era fazer com que a evangelização chegasse à essas realidades que sofriam os impactos do processo de mudanças. Encontramos no III Plano de pastoral, de 1975, a insistência de que, evangelizar essas realidades é inserir à Igreja no mundo:

Como um dos objetivos de ação da pastoral da diocese de Maringá, deve-se levar o povo de Deus a uma maior comunhão com Deus e entre si, através

prioridades nesse momento, que se deram na 21ª e 22ª Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro, foi tomada após um trabalho de avaliação da caminhada pastoral da Igreja no Brasil.

⁴⁷ Com a chegada do novo milênio, houve forte urgência de mudar algumas pistas de ação da ação pastoral no Brasil, para desenvolver uma evangelização que atendesse as necessidades históricas do seu tempo. Por isso, as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora* vão assumir as urgências na evangelização destacando principalmente a dimensão missionária, o trabalho pastoral dos leigos e leigas e a formação das pessoas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Essas urgências encontram-se nas Diretrizes dos anos de 2003 a 2006, depois reassumidas pelas diretrizes de 2008 a 2010 e 2011 a 2014. Será nessa formação dos agentes para libertação da sociedade que estará presente a família e a juventude, como eixos transversais da evangelização. Destacando os desafios e a missão vivida pelas famílias e pela juventude, escreve as Diretrizes de 2008 a 2010: “Nas últimas décadas, assistimos a transformações profundas no jeito de ser família e na consciência dos jovens, transformações que afetaram sua compreensão e valorização. Sofremos a imposição de uma mentalidade antívida, com graves consequências pessoais, comunitárias e sociais. A sociedade envelhece rapidamente. Em meio a tantos desafios importa auxiliar, com a luz do Evangelho, as famílias a viverem suas alegrias e dores e, os jovens suas angústias e incertezas, colocando em prática os valores essencialmente cristãos” (CNBB, 2008, nº 131).

⁴⁸ A preocupação em fazer chegar a evangelização a todos os lugares e realidades, principalmente às mais vulneráveis, estiveram presentes como meta da evangelização desde o início da diocese de Maringá. Exemplo disso, é quando no ano de 1957, o bispo diocesano preocupado com os jovens que estavam desvinculados da Igreja diz: “Tivemos em casa, uma reunião com alguns moços não pertencentes a associações religiosas. O nosso intuito é dar-lhes um amparo, especialmente àqueles que vivem longe de suas famílias. Pretendemos fundar uma associação com o nome: Centro Cultural da Juventude Maringaense. Vamos fazer um estatuto e procurar realizar o programa traçado” (DIOCESE DE MARINGÁ, 1957, p. 67). A criação dessa estrutura, ficou somente no desejo do bispo, porém, mostra seu desejo de inserir a realidade juvenil à evangelização.

de sua presença e participação ativa na construção da comunidade humana segundo as exigências da justiça e caridade, dando-se mais uma vez, particular atenção à família enquanto tal e aos jovens. Uma não exclui a outra, mas se conjugam num cruzamento de dados, determinando bem a ação pastoral (DIOCESE DE MARINGÁ, 1995, p. 34).

Com a inserção da família e juventude nas linhas de ação pastoral diocesana, foi possível desde muito cedo desenvolver um trabalho formativo com as lideranças paroquiais comprometidas com a ação evangelizadora. O movimento juvenil, iniciado pelo Padre Antônio de Pádua Almeida⁴⁹, se caracterizou pela sua integração às diretrizes diocesanas e nacionais, a fim, de garantir a pastoral orgânica (ROBLES, 2007, p. 245).

Nos anos oitenta, cresce na Igreja a consciência de que a situação da sociedade é bem diferente daquela do final do Concílio Vaticano II, e a missão evangelizadora se dá numa sociedade pluralista, secularizada e estruturada sobre os valores da modernidade (CNBB, 1999, p. 35). A consciência disso levou a diocese de Maringá assumir em seus planos de pastoral dessa época, o fortalecimento da pastoral familiar e da pastoral da juventude. O VII plano de Pastoral diocesana do ano de 1980, escreve:

Na família a Igreja procura desenvolver a vida cristã naquilo que temos e vivemos de mais simples e comum no dia a dia. A Família é uma Igreja doméstica, uma Igreja em casa, portanto, empenhe-se os vigários e os casais que trabalham na pastoral, para atingir de maneira dinâmica e criativa cada vez mais famílias. Através da pastoral familiar bem formada, deve-se: Organizar os encontros de noivos para preparar bem os jovens para o casamento; aproveitar algumas passagens da vida para expressar a presença da Igreja e levar uma mensagem positiva; e ainda, lutar para que se melhore as estruturas sociais e econômicas que causam aflição e destruição das famílias (DIOCESE DE MARINGÁ, 1980, p. 8).

E o mesmo plano continua com a afirmação da necessidade do fortalecimento dos jovens na Igreja:

“A juventude de nosso povo não é um conjunto à parte da vida, ela participa da mesma situação nas alegrias e tristezas e sofre as dificuldades de nosso tempo. Por isso, devemos: anunciar-lhes o evangelho e as verdades sobre a Igreja e sobre o homem; anunciar-lhes o desenvolvimento integral da pessoa humana; fortalecer a pastoral da juventude, de modo a ser mais integrada e orgânica; e promover grupos de jovens criativos que ultrapassem os limites do próprio grupo” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1980, p. 12).

⁴⁹ Além do Padre Antonio de Pádua Almeida, contribuíram para criação da pastoral da juventude na diocese de Maringá, os padres: Orivaldo Roblles, Pe. Lauria, Pe. Roberto Kuryama, Pe. Vicente Costa, Pe. Edwin Parascandalo, Pe. Francisco Jobard, Pe. Mário Tésio, Pe. José Vieira da Silva, Pe. José Bortolotte. E com a ajuda dos próprios jovens: Vera Rodrigues, Sumie Shima, Maria Auxiliadora de Souza Pedrosa, Vitória Maria Birnadelli, Antônio Mamprin, Pedro Vier, Edson Cantadori Filho, Pedro Fonzar, José Antônio Sapata e Nelson Elias Aiex.

Os anos noventa marcado fortemente pelo crescimento dos centros urbanos através do processo migratório dos homens do campo para as cidades, pela cultura de massa e das mídias, que rapidamente ganham força e, pelo radicalismo das mudanças culturais, a Igreja procurou iluminar sua caminhada pastoral, a partir da valorização da pessoa e da experiência subjetiva, valorizando a diversificação das formas de expressão eclesial.

Nesse período a Diocese de Maringá, que mais uma vez reafirmará a necessidade da evangelização da família e da juventude, apresenta em seus planos de pastoral que “estas realidades são células básicas para a renovação da própria comunidade eclesial e da sociedade” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1993, p. 42) e continua dizendo:

Diante da rapidez e da dramaticidade das transformações no meio urbano, fruto de um processo acelerado de modernização, deve-se priorizar a evangelização da cultura urbana e o acolhimento das realidades como família e juventude, que podem sofrer os abalos da nova cultura e das contradições sociais (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1980, p. 47).

Com a chegada do novo milênio, novos contextos diante de um mundo plural começam a surgir, e cresce o indiferentismo religioso, o secularismo e a sociedade de consumo se torna cada vez mais forte. Diante de uma profunda crise, a evangelização exige mudanças, além de renovação das estruturas pastorais, criação de novas metodologias que correspondam com às exigências de uma nova evangelização.

Diante desse novo contexto, a diocese de Maringá em seu IX Plano de Pastoral de 2003, narra os novos desafios da evangelização e propõem uma ação que promova a dignidade da pessoa, o fortalecimento dos ambientes tradicionais e utilização da criatividade para atrair os jovens para a comunidade eclesial:

Entre os desafios da evangelização, encontramos a globalização. De per si, não é essencialmente má, mas tem gerado mais opressão e temores do que esperanças. Tudo, porém, depende do direcionamento que for dado. Constitui-se desafio ainda, o enfraquecimento das comunidades tradicionais, principalmente a família. É desafio também, o rumo que toma a religião, principalmente sua adulteração na mídia e pela mídia, pela influência do individualismo e da subjetividade na escolha da prática da fé (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2003, p. 9).

E continua apresentando uma proposta para nova evangelização:

Para resgatar apóstolos que sejam agentes comprometidos com o serviço ao Reino, propomos: criar equipes de acolhimento para nossas comunidade serem acolhedoras e fraternas; incentivar a comunhão e participação, oração

e experiência de Deus; Encontrar meios criativos e atrativos para preencher os espaços vazios da juventude; retomar os trabalhos que valorizem a família cristã, através de visitas, com base numa formação de agentes; Dar formação à pastoral da Juventude nas paróquias e assessorias (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2003, p. 9).

Visto que a Família é o valor mais queridos pelos povos (DAP 435), e a juventude mora no coração da Igreja e é fonte de renovação da sociedade (CNBB, 2007, nº 1), a diocese de Maringá, na elaboração de seus últimos planos de pastoral XXIII (2009-2012) e XXIV (2013-2016), os elencaram mais uma vez como prioridade da ação evangelizadora. Isso mostra, que desde sempre, esta Igreja particular sempre olhou com amor para essas realidades, lhes mostrando o caminho que deveriam seguir, para juntos, construir uma sociedade mais justa e fraterna.

3.3.3. Inserção do povo de Deus como fermento na construção do mundo: criação e fortalecimento das CEB's como eixo evangelizador na Diocese de Maringá

O Concílio Vaticano II significou um novo Pentecostes para a vida da Igreja, repensou a missão da Igreja e sua relação com o mundo, ampliando as perspectivas para o trabalho pastoral. Superando a concepção da Igreja como “sociedade perfeita”, fortaleceu a consciência de que a instituição não é formada somente da hierarquia, mas de todo o povo de Deus, ressaltando o trabalho dos leigos e leigas, e sua conjunta responsabilidade na ação pastoral e na missão evangelizadora.

A mudança pastoral mais voltada e atenta às necessidades do mundo e das realidades terrestres permitiu uma pastoral mais engajada e dinâmica, atenta às necessidades dos mais pobres e excluídos, resgatando os aspectos comunitários e carismáticos da realidade eclesial e da coparticipação.

A missão da Igreja não é de uma característica periférica da comunidade eclesial, mas constituiu a sua essência, o sentido de sua presença no mundo. É formada a partir da vida ministerial, onde o povo de Deus – comunidade dos batizados – participam igualmente do ser Igreja, superando a dicotomia entre a hierarquia e o laicato.

A caminhada da Igreja católica no Brasil nas últimas décadas segue de perto as orientações conciliares, sendo caracterizada por um forte espírito missionário que a inseriu nos vários campos da sociedade criando caminhos pastorais para uma

evangelização mais encarnada. Esse passo a Igreja do Brasil o deu com o restante da América Latina, quando da realização das conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007) (BEOZZO, 2005, p. 55).

A necessidade de renovação de toda ação pastoral instituiu um “novo jeito de ser Igreja”, uma Igreja mais próxima à realidade e inserida no contexto do seu tempo. Houve um impulso para confiar maiores responsabilidades aos leigos e leigas e coloca-los como participantes direto de toda ação eclesial.

Nesse contexto de renovação surgem as Comunidades Eclesiais de Base, que criaram espaço de renovação pastoral, da participação ativa dos leigos e leigas e do incentivo à dinâmica comunitária (TEIXEIRA, 1993, p. 12). Tal iniciativa fora assumida como ação prioritária nas conferências episcopais, de modo, a abrir as fronteiras da Igreja para o campo social e despertar para uma nova sensibilidade eclesial. Assim afirma a Conferência de Medellín (1968):

A vivência da comunhão a que foi chamado o cristão, deve encontrá-la na comunidade de base, ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros. Por conseguinte, o esforço pastoral da Igreja, deve estar orientado à transformação dessas comunidades em família de Deus, começando por tornar-se presente nelas, como fermento por meio de um núcleo, que mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade. A comunidade cristã de base é, assim, o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento (Med 208).

As CEB's constituem uma nova identidade a eclesiologia e configuram-se ao compromisso efetivo com os pobres e sua libertação. A Conferência de Puebla (1979) será grande motivadora das comunidades de base, como meio eficaz da evangelização e incentivará a multiplicação dessas comunidades em todas as Igrejas particulares. Diz a conferência:

Está comprovado que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexão sobre a realidade, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromisso com a família, com o trabalho e a comunidade local. Destacamos com alegria, como fato eclesial relevante e caracteristicamente nosso como esperança da Igreja, a multiplicação das pequenas comunidades. Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, procurando sua multiplicação, sobretudo, na periferia e nas zonas rurais, adaptando-se à pastoral das grandes cidades do nosso continente (DP 648).

Como estrutura nova e profética, as CEB's tornaram-se um fenômeno difuso e crescente para evangelização, enculturação do Evangelho e profunda inserção de ser fermento na sociedade. A CNBB, atenta à necessidade da presença pública da Igreja na sociedade brasileira e da urgente renovação pastoral, assume as CEB's como ação prioritária dos planos de pastoral, desde seu Plano de Pastoral de Conjunto (1966) até a última de suas diretrizes gerais da ação evangelizadora de 2015.

O ardor desse renascimento eclesiológico proporcionou um comprometimento maior com a causa da vida e do social, ampliando os horizontes para o diálogo, a libertação e a colegialidade. Nas diretrizes gerais da ação evangelizadora do Brasil, de 2003 a 2006, o episcopado brasileiro, ao reafirmar a eficácia das CEB's no processo evangelizador, escreve:

Deve-se continuar incentivando as comunidades de base, que oferecem aos cristãos uma experiência de convivência, solidariedade, participação ativa e co-responsável, de valorização da pessoa. Trata-se, porém, de compreender bem o que é uma comunidade eclesial. A experiência oferecida deve ir além da comunidade emocional, que satisfaz os sentimentos mas não que chega a uma experiência autêntica da fé e do compromisso. É importante, também, que as pessoas não se fechem no grupo, recusando a solidariedade e a comunhão que devem à Igreja como instituição (CNBB, 2003, nº 140).

Dada a sua natureza de Igreja, a CEB's assegurou à organização eclesial para vida comunitária, e ao mesmo tempo, para descoberta e formação de liderança leigas em função de uma evangelização inculturada, comprometida com o anúncio, o diálogo e a comunhão. São consideradas como lugares de vigorosa evangelização para os fiéis e para sociedade em que se encontra.

Com base nessas orientações, a diocese de Maringá caminhou desde o início dos anos 70 até os tempos atuais, tendo as CEB's como forma de viver a fé, incorporando as novas situações de mundo que foram aparecendo ao longo das décadas (ROBLES, 2007, p. 248). Nos planos de pastoral, elas aparecem quase sempre como prioridades da evangelização, e quando não foram elencadas dentre as prioridades, assumiram o papel transversal para uma evangelização inculturada que correspondesse com a necessidade histórica.

Os anos setenta representaram para Igreja de Maringá um período de grande vigor para implantação das comunidades eclesiais. O Bispo Diocesano implanta a pastoral do bairro, sob a assessoria do Padre Valério Odorizzi, que visava a implantação das CEB's nas paróquias da diocese.

No III plano de pastoral de 1975, encontramos a CEB's como novo modelo de ser Igreja e como método da evangelização, para uma efetiva participação dos fiéis. Assim escreve o plano:

Quanto ao método de pastoral, são as CEB's. quer dizer: a sua dimensão comunitária, sua estrutura favorável a maior participação, suas vantagens sobre uma pastoral só de massa, sua eficácia na evangelização e atingimento realista dos problemas humanos. Enfim, uma série de fatores envolvidos e oferecidos pela pastoral das pequenas comunidades, conduz a tê-las como estrutura prioritária, a ser procurada na pastoral diocesana (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1975, p. 24).

Neste mesmo ano de 1975, após a grande geada, a vitalidade das CEB's na diocese de Maringá sofreu grande impacto, pois, além da transformação do social promovida pelos militares⁵⁰, houve grande esvaziamento das zonas rurais e inchaço nos centros urbanos de Maringá e região. Foi preciso conhecer a nova identidade social e eclesial para reestruturar as comunidades de base.

Será a partir dos anos noventa que serão acolhidos novos aspectos da evangelização frente à modernidade e a um contexto de rápidas e profundas mudanças (CNBB, 1999, p. 39). O XVI plano de pastoral, apresentando mais uma vez as CEB's como prioridades pastorais, reafirma que “são nessas comunidades o lugar onde a verdadeira evangelização acontece” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1995, p. 10), e continua:

Como um jeito novo de ser Igreja, é nas pequenas comunidades que se deve dar testemunho e celebrar comunitariamente sua fé. Nas comunidades, a palavra de Deus é acolhida, estudada e ligada à vida concreta do povo. É celebrada, sobretudo na eucaristia, a ação libertadora de Deus na História, para todas as pessoas. A CEB's ainda, sustenta a fé e encoraja os cristãos na participação em movimentos populares, associações, sindicatos e partidos, contribuindo na construção da sociedade justa e fraterna, segundo os valores do evangelho. Ajudam a concretizar esse caminho das comunidades, a família, o mundo do trabalho e a formação global e permanente dos agentes de pastoral (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1995, p. 10).

⁵⁰ Os anos setenta significaram para o Brasil um período de grandes conflitos e muita repressão e resistência contra os militares. A partir da publicação do Ato Institucional nº 5, em Dezembro de 1968, os meios de organização popular foram violentamente postos para baixo, as lideranças desses grupos foram perseguidas, presas, torturadas ou obrigadas ao exílio. Uma forte onda repressiva marcará o período dos militares no poder. A censura do governo e a repressão generalizada silenciam todos os focos de oposição. Crescia o desenvolvimento econômico de maneira acelerada, favorecendo o enriquecimento dos brasileiros que já dominavam o poder econômico do país, deixando a grande parte da população à margem da sociedade. Porém, todo esse rápido crescimento econômico, acarretou o crescimento da dívida externa, chegando a custar no começo de 1974, cerca de US\$ 12,6 bilhões de dólares (TEIXEIRA, 1996, p. 21). Nesse período repressivo, a Igreja posicionava-se como opositora do regime, e isso, fez com que muitos clérigos e religiosos fossem perseguidos, torturados e mortos. Esses fatores contribuíram na criação das CEB's no Brasil, emergindo como apelo de libertação e transformação social.

Crescendo rapidamente o número de paróquias que formavam as comunidades eclesiais de base, os planos de pastoral afirmam o potencial de seu caráter mistagógico na realização de sua missão de transformação da sociedade, e diz: “Se as CEB’s não manifestarem sinais do Reino, sinais de transformação e libertação, não são realmente CEB’s, por isso, devem dar verdadeiro testemunho de uma vida comunitária” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1997, p. 13).

Com a chegada do novo milênio exige-se uma atualização no modo como estruturar essas comunidades, para atender às necessidades do mundo em transformação. Foi preciso, atualizar os programas de ação, sobretudo nas dimensões da acolhida, da missão e dos meios de comunicação social.

Mesmo com algumas mudanças que foram necessárias implantar para a evangelização no novo milênio, essa perspectiva metodológica das comunidades de base, foi e continuará sendo enriquecedor para ação eclesial. Essa nova eclesiologia que se faz sentir a partir das comunidades de base, deve levar à solidariedade do povo de Deus, para com os mais pobres e excluídos, na busca de construir uma sociedade mais justa e fraterna.

O XXII plano de pastoral de 2009 a 2012 deixa claro que “uma Igreja a serviço da vida deve motivar a esperança e abrir os olhos para libertar os oprimidos, fazendo-os sujeitos de seu próprio desenvolvimento” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2009, p. 86), e o local mais privilegiado para desenvolvimento integral da libertação são comunidades de base, pois nelas, “é possível experimentar a gratuidade dos relacionamentos e o compromisso missionário de libertação total do homem” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2009, p. 86).

Portanto, surgindo como fermento na massa dos pobres, visando à transformação histórica de uma sociedade injusta, as CEB’s, na diocese de Maringá representaram e ainda representam, um modelo consagrado de verdadeira vida de comunidade e sinal de vitalidade pastoral, por isso, se fizeram sentir em todos os planos de ação pastoral. Como testemunho de uma Igreja missionária a serviço da vida, a diocese priorizou a vida comunitária e apontou para um explícito compromisso de conferir às paróquias o caráter de serem comunidades de comunidades (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2013, p. 112).

4. MODELOS ECLESIOLÓGICOS E DE AÇÃO PASTORAL QUE INFLUENCIARAM NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE PASTORAL DA DIOCESE DE MARINGÁ

A rápida e sucessiva transformação sociocultural que se apresenta na sociedade atual vem ocasionando uma série de questionamentos à instituição eclesial, que, de maneira urgente precisa direcionar sua ação ao comprometimento efetivo com a transformação das estruturas injustas que oprimem e excluem os mais pobres e pequenos.

Na real situação que se encontra a sociedade frente a globalização, tecnologias avançadas e o desenvolvimento da pós-modernidade, surge a necessidade da Igreja buscar uma nova linguagem e uma nova estrutura, que responda aos novos desafios da sociedade atual. Estar atento ao contexto em que está inserido é tarefa primordial para uma configuração eclesial contextualizada e histórica.

O Concílio Vaticano II foi um evento importante para esse processo de aproximação com o mundo moderno e de atualização nas estruturas eclesiais, o surgimento de uma nova eclesiologia voltada para os princípios de comunhão e participação, onde, todos os fiéis batizados dispõem da mesma condição fundamental de serem membros da Igreja e participantes de sua ação evangelizadora, permitiu com que transparecesse uma visão supletiva da participação laical.

Nutrida pela participação ativa dos leigos, a Igreja ampliou o seu conceito de Igreja Ministerial, deixando de estar associada apenas ao ministério ordenado, mas aos carismas que cada membro do povo de Deus possui e, pode colocar a serviço. Em seu apostolado, os leigos são convidados a manter uma relação mútua com o mundo e com a Igreja, sendo promotores explícitos da comunhão e da participação ativa da ação evangelizadora.

Uma Igreja servidora e promotora da comunhão é, aquela que prioriza o protagonismo de todos os seus membros, de modo, que sua ação só será eficaz quando dentro desse conceito, todos os fiéis batizados incorporarem de modo efetivo o único corpo eclesial dando testemunho pleno da unidade (LG 8). A Igreja institucional não vive para si mesma, mas para ser sinal profundo do amor de Deus à humanidade, por isso, sua vocação própria é administrar e ordenar as coisas temporais, em vista do Reino definitivo.

Mostraremos nesse capítulo que o processo de planejamento sempre esteve em estreita relação com a eclesiologia, e que, o caráter histórico da ação pastoral que

se configurou ao longo do tempo explicitou os diferentes modelos eclesiológicos que se caracterizaram, principalmente após o concílio Vaticano II.

Veremos como esses modelos de uma Igreja povo de Deus, promotora da unidade, da comunhão e servidora de todos, principalmente dos que mais sofrem, se fizeram sentir nos planos de ação pastoral da diocese de Maringá. Também, como o planejamento pastoral diocesano se alicerçou sobre fundamentos e pressupostos de uma eclesiologia voltada para comunhão e libertação dos seus membros, da humanidade, e dos pobres e excluídos (LG 9).

Desse modo, partindo dessa perspectiva, destacaremos o desenvolvimento de uma nova cultura eclesiológica dentro de uma estrutura de Igreja que, por séculos foi encarada do ponto de vista institucional. Ressaltaremos a importância de uma pastoral que, promova todos os fiéis a serem *Discípulos Missionários* (DAp 1), tanto na Igreja como na sociedade.

Para isso, procuramos apresentar as etapas dessa construção e suas influências para pastoral diocesana, apontando quais foram os resultados sentidos pela Igreja local, após assumir este método de planejamento inspirado na comunhão e participação, e indicaremos que, como Igreja servidora da vida, ainda “tens um longo caminho a percorrer”.

4.1. Modelos eclesiológicos subjacentes à ação pastoral na Diocese de Maringá

A superação do imobilismo eclesiológico fez surgir um “novo jeito de ser Igreja” com uma conotação transformadora e promotora da libertação, acenando para uma Igreja Povo de Deus promotora da comunhão e da vida em comunidade. Os modelos eclesiológicos que surgiram a partir dessa perspectiva pós conciliares, influenciaram nas opções pastorais feitas pela Diocese de Maringá.

A partir dos “novos sinais dos tempos” (GS 4), a Igreja estabeleceu um diálogo com o mundo moderno e assumiu um compromisso de renovação estrutural, investindo nos ministérios e carismas de todo o povo de Deus, incluindo agora os leigos e leigas como agentes diretos de sua ação pastoral. Abriu-se a possibilidade da Igreja ser promotora da comunhão e do serviço entre todos, não fazendo mais distinção de dignidade de filhos de Deus entre ministros ordenados e leigos e leigas.

4.1.1. Igreja Povo de Deus

A Igreja está fundamentalmente organizada a partir de três grandes instâncias, sendo elas, a Hierarquia, os religiosos e religiosas e os leigos e leigas. Cada um deles possuem seu próprio lugar dentro da Igreja e, exercem ministérios diferentes, porém, todos eles fazem parte do Povo de Deus, pois, esta dignidade foi incorporada através do batismo e não da função exercida dentro da Igreja. Todos são membros vivos da Igreja e são chamados a atuarem na difusão do Reino de Deus, através de um projeto histórico de justiça e libertação de todas as pessoas.

Este povo, se torna povo de Deus através do batismo e, na medida em que promovem a fé, a esperança e a caridade, formam um povo em marcha a serviço de todos. A comunidade do povo de Deus, ultrapassa os ditames da hierarquia e segue em direção ao serviço e não ao poder, inaugurando assim, um novo processo de estruturação eclesial (KUZMA, 2009, p. 33).

A comunidade do povo de Deus não é superestrutura, mas os batizados feitos tais por graça e fé, se configurando aos mais pequenos e pobres na luta pela justiça e libertação (BOFF, 1994, p. 29). A Igreja nasce por iniciativa de Deus e por isso, o critério de sua identidade está no serviço, na acolhida e na misericórdia, e não, no poder ou na “divisão de classes”.

A Igreja dos pobres⁵¹, pode realmente oferecer um conteúdo de experiência da salvação a todas as pessoas, por isso, a Igreja povo de Deus deve manifestar o serviço e a promoção da missão evangelizadora, comprometendo-se mais concretamente com uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e verdadeiramente cristã.

Essa compreensão é um desafio para a eclesiologia que se redefiniu a partir do Concílio Vaticano II, tendo que agora, sublinhar o que é comum a todos os cristãos e restaurar a dignidade de batizados, onde todos os membros – hierarquia ou não – são ativos tanto na vida interna como na missão da Igreja (LG 9). Estar ao lado dos mais pequenos e pobres, dos excluídos que não tem voz e nem vez, é promover a missão eclesial em todas as instancias, independente do ministério exercido, pois, são

⁵¹ Essa expressão Igreja dos pobres, foi dita pelo papa João XXIII, num de seus discursos do Concílio Vaticano II a 11 de setembro de 1962, quando disse: “A Igreja deve se apresentar como ela é e deseja ser: uma Igreja de todos, mas, hoje mais do que nunca, como Igreja dos pobres” (JOÃO XXIII, 1962).

esses os destinatários primeiros do Reino anunciado por Jesus. A esse respeito explicitou Almeida:

O grande desafio de uma eclesiologia do povo de Deus é o da promoção do povo pobre na Igreja. É verdade que todos nós constituímos a Igreja, mas é verdade também que os pobres e os pecadores constituem o centro das preocupações evangelizadoras de Jesus e devem sê-lo da Igreja. Na realidade, há uma sintonia teológica entre a concepção da Igreja e a opção preferencial pelos pobres: a Igreja é a comunidade dos que se fazem pobres diante de Deus e dos demais, daqueles que começam o culto confessando seus pecados e sua pobreza espiritual, dos que não tem nem ouro nem prata, mas somente o testemunho e a vida de Jesus de Nazaré” (ALMEIDA, 2012, p. 79).

As Conferências Gerais dos Bispos da América Latina e do Caribe, entenderam a Igreja a partir da prática e realização de uma eclesiologia que parte do contexto sociocultural e espiritual subjacentes as marcas históricas de seu povo e de seu tempo.

“A Igreja não é mais aquela Igreja para o povo ou, Igreja do povo, mas é, a Igreja povo de Deus entre os povos do mundo que têm consciência de serem portadores da missão total da Igreja” (MULLER, 2014, p. 36). Os pobres e os marginalizados, com base num encontro íntimo com o Evangelho, compreendem a si mesmos, na sua dignidade que participam ativamente, na vida da comunidade eclesial e, cumprem assim, a missão da Igreja de Sacramento de salvação para o mundo.

O povo de Deus não se constrói sozinho, mas se realiza na constante referência ao Reino como manifestação visível, concreta e histórica da Graça libertadora. Sua missão se dá através do conjunto ministerial de permanente serviço ao mundo a partir dos diversos carismas e ministérios (CNBB, 1987, nº 87). Num mundo tão marcado pela injustiça, reafirmar que o mundo querido por Deus ultrapasse as barreiras da divisão é, fundamental para firmar seu compromisso com o amor, a fraternidade, a justiça e com a solidariedade.

Promover uma prática de participação, contribuiu para o crescimento da consciência da corresponsabilidade de todos os membros do povo de Deus na missão evangelizadora e, na vivência mais profunda da comunhão dentro da Igreja. Buscar por um planejamento participativo e, por uma pastoral orgânica, suscita novas forças de engajamento pastoral e promove a comunhão e a participação. Entre os membros do povo de Deus, não deve existir divisão, mas comunhão plena de serviço e construção do Reino de Deus (BUENO, 2004, p. 77).

A noção de povo de Deus, ocupa o lugar de uma eclesiologia que por muitos séculos foi pautada pela desigualdade, trata-se agora, de uma Igreja inserida no seu contexto histórico e promotora da dignidade comum dos fiéis, assim, afirmou Congar:

A Igreja se constitui na história humana e está dentro da humanidade e, se estende a diversas categorias de pessoas que estão em atitude diversa uma das outras diante da plenitude de vida presente em Cristo e de que a Igreja por Ele fundada é o sacramento; enfim, se quis mostrar o que é comum a todos os membros do povo de Deus, antes de qualquer distinção de função e de estado particular, considerando-o no plano da dignidade da existência cristã (CONGAR, 1965, p. 25).

A dignidade profética do mesmo povo pela unção do Espírito, se manifesta através dos diversos carismas, por isso, a unidade deste povo, do qual todos os homens e mulheres são chamados a fazer parte, deve ser manifestação plena da unidade entre todos, tendendo para um único fim, o anúncio de Jesus Cristo e a libertação de todas as pessoas.

Através dessa renovação da compreensão eclesiológica a evangelização que tinha como protagonistas os membros da hierarquia e de ordens religiosas, passou para uma corresponsabilidade entre todos os membros do povo de Deus, ampliando assim, os sujeitos eclesiais e fazendo com que a missão de alguns se tornasse missão de todos. A esse respeito falou Suenens:

Se me perguntassem qual o germe de vida mais rico em consequências pastorais que devemos ao Concílio, responderia sem hesitar: a redescoberta do Povo de Deus como um todo, como globalidade, e, conseqüentemente, a co-responsabilidade que daí decorre para cada um dos seus membros. Ao apresentar a Igreja como Povo de Deus, o Concílio se situou, de uma vez, para além da distinção orgânica e funcional da hierarquia e do laicato, no nível comum a todos: o batismo. Essa prioridade batismal atrai, como corolário imediato, a prioridade comunitária. Cada qual deve viver sua responsabilidade pessoal, inserindo-a na de todos os outros fiéis, e em união com eles (SUENENS, 1969, p. 22).

A partir dessa visão eclesial, a ação evangelizadora da Igreja no Brasil elaborou suas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora*, de onde, partindo da realidade concreta do contexto em que está inserindo e, sinalizando para a promoção da participação ativa de todos os membros do povo de Deus. As linhas pastorais assumidas ao longo dos anos, mostram sua preocupação em promover uma Igreja da unidade, da comunhão e da libertação.

Nas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil* de 2003 a 2006 encontramos:

É necessário tomar consciência que a ação pastoral deve dar muito mais valor à pessoa enquanto tal, com suas exigências e expectativas. A ação dos leigos é indispensável para que a Igreja possa ser considerada realmente constituída, viva e operante em todos os seus setores, tornando-se plenamente sinal da presença de Cristo entre os homens. Por isso, é preciso fazer com que todos os fiéis, homens e mulheres, diretamente ou por meio de representantes eleitos, participem quanto possível não só da execução, mas também do planejamento e das decisões relativas à vida eclesial e à ação pastoral, bem como da avaliação (CNBB, 2003, N° 104).

Toda ação pastoral da Igreja no Brasil se deram, a partir, do fortalecimento das ações pastorais de conjunto e de dar visibilidade à unidade eclesial institucionalizada nas diversas realidades. Partindo do método indutivo, foi possível conceber o homem e o mundo em sua relação com Deus. Os conceitos que caracterizam a Igreja, foram destacados, a partir, de uma eclesiologia que supera a hierarquia piramidal e se amplia para uma eclesiologia trinitária (ALMEIDA, 2012, p. 90).

Desse modo, a evangelização tornou-se uma construção dos sujeitos em relação e, o processo de planejamento evidenciou a participação comum dos fiéis. Numa Igreja povo de Deus, os carismas e ministérios encontram um sentido mais amplo, e o processo de evangelização se tornou mais eficaz e mais acessível às diversas realidades.

Na Diocese de Maringá, essa compreensão eclesial esteve presente desde os tempos de sua instalação canônica, e com o passar dos anos, esse conceito foi ampliado, abrindo assim, maior possibilidade de inserção de todos os membros do povo de Deus no seio eclesial. Dom Jaime escreveu aos seus diocesanos, em 1979, por ocasião da conclusão da conferência episcopal de Puebla:

A Conferência de Puebla, retratou a força do Evangelho como libertação total do homem consciente, mostrando que a missão da Igreja, não se resume em exortar aos diversos grupos sociais e às categorias profissionais a construir uma sociedade nova para o povo, mas de construir uma sociedade com o povo. Uma responsabilidade comum frente a um desafio que exige a participação de todos. Pois, todos os fiéis batizados são membros do único povo de Deus, e devem exercer o múnus do serviço. A evangelização nesses últimos tempos, passa não somente pelo valoroso esforço do clero, mas também, dos leigos que muito podem contribuir em serem anunciadores diretos do Reino de Deus. A igualdade e fraternidade anunciada pelo Cristo, deve ser um exímio modelo de seguimento ainda em nossos dias (COELHO, 1980).

As opções pastorais feitas ao longo dos anos evidenciaram a sintonia existente entre as necessidades históricas e, o fortalecimento da comunhão entre os membros da hierarquia, dos religiosos e religiosas e dos leigos e leigas. As assembleias diocesanas que definiram os rumos pastorais desde antes da elaboração do primeiro

plano de pastoral, mostraram que, todos os membros do povo de Deus podem contribuir ativamente para o fortalecimento da Igreja.

No ano de 1998, o segundo Bispo diocesano Dom Murilo Krieger escreveu à comunidade de fiéis – clérigos, religiosos e religiosas e leigos e leigas – sobre a vocação do laicato e, destacou a igual dignidade que todos os membros do povo de Deus possuem através do Batismo:

Espero que nossos leigos e leigas vivam, com entusiasmo, seu batismo. Por serem batizados, são discípulos de Jesus, são seus seguidores, e possuem a mesma dignidade que os membros da hierarquia, em nada diferem, a não ser no exercício de um ministério específico. É o próprio Jesus que os chama a um estilo de vida especial. Ele é que os consagra e os envia para serem suas testemunhas nos lugares e situações em que vivem. Levando no coração o Evangelho, que é uma alegre notícia, farão nascer a esperança no coração de muitos (KRIEGER, 1998).

Os fiéis leigos e leigas, sempre foram chamados a participar da ação pastoral da Igreja que está em Maringá, e a desempenharem sua missão com responsabilidade pessoal dando testemunho de Cristo e seus valores nos diversos âmbitos da vida (DAp 213). Sendo todos os membros do povo de Deus incorporados a Cristo pelo batismo, devem trabalhar para a transformação das realidades e não pelas vias de disputa de poder.

Desse modo, uma Igreja povo de Deus é uma Igreja em que todos os fiéis batizados assumem uma atitude permanente de conversão pastoral, e diante das transformações do mundo e das exigências dos contextos históricos fazem da Igreja uma casa e escola da comunhão e participação, e promove a libertação integral das pessoas.

4.1.2. Igreja Ministerial

O Concílio Vaticano II redescobriu o sentido do serviço na Igreja e ampliou os horizontes oportunizando que, todos os fiéis batizados que formam a grande comunidade do povo de Deus, pudessem participar ativamente da missão da Igreja. A dicotomia piramidal foi deixada de lado para entrar em cena uma eclesiologia horizontal, onde o anúncio do Evangelho se tornou mais importante que uma função ministerial exercida.

Todos os fiéis pelo batismo são incorporados a Cristo como sacerdote, profeta e rei (LG 31), e o serviço eclesial se torna mais amplo, a partir, desse modelo de

eclesiologia. Os leigos e leigas, são vistos como agentes diretos da evangelização, e a Igreja antes vista como a cristalização da estabilidade e da ordem, passa pela consolidação do substrato comum a todos os fiéis, o batismo (LEMAIRE, 1942, p. 93).

Com igual dignidade, os leigos e leigas assumem sua missão que vai além, de serem meros espectadores e sem qualquer direito na Igreja, para assumirem um papel preponderante, “cujo fundamento deve ser melhor examinado nas circunstâncias particulares do mundo em que vivemos” (LG 30).

A Igreja através de sua diversidade de carismas e ministérios deve ser uma comunidade organizada e estruturada. Essa necessidade de estruturação eclesial, não tira seu caráter próprio de ser o “Corpo místico de Cristo”, pois, a origem da Igreja e dos carismas e ministérios se dá por iniciativa divina.

A importância dos ministérios na Igreja se dá, justamente, pelo seu caráter divino, diferentemente das funções exercidas na sociedade humana, onde há uma simples delegação de poder. Os ministérios eclesiais, sejam eles conferidos pela ordem ou não, exercem uma autoridade delegada por Cristo e exercida em Seu nome. Toda atitude ministerial deve ser de serviço para que a proclamação da Palavra de Deus esteja em plena conformidade com o Evangelho de Cristo.

Dada as profundas transformações da sociedade e da civilização no começo do século XX, urgiu a necessidade de que a reforma eclesial acontecesse de modo imediato, e o ministério da Igreja fosse além do exercido pela hierarquia. Agora, entende-se que “na companhia de todos os que se regeneram na fonte do batismo, a hierarquia não está acima dos outros membros do povo de Deus, são irmãos entre irmãos, como membros de um só e mesmo corpo de Cristo” (PO 9).

Os leigos e leigas devem agir no mundo temporal em prol do Reino de Deus, pois, a Igreja não é uma instituição fora da sociedade, separada, como se pensou outrora, mas uma instituição que se fundamenta em Cristo, formada pelo povo de Deus. Enquanto povo de Deus, a Igreja se entende como comunhão dos crentes chamada pela indispensável liberdade do amor de Deus para o serviço da humanidade (KELLER, 1977, p. 86).

Por isso, todos os membros formam o único Corpo de Cristo, assim explicita a constituição dogmática *Lumen Gentium*:

Unidos no Povo de Deus, e constituídos no corpo único de Cristo sob uma só cabeça, os leigos, sejam quais forem, todos são chamados a concorrer como membros vivos, com todas as forças que receberam da bondade do Criador

e por graça do Redentor, para crescimento da Igreja e sua contínua santificação” (LG 33).

Por isso, a concepção de ministérios torna-se mais ampla no seio eclesial, pois, devem ser interpretados como dons do Espírito para o bem de toda a comunidade cristã e, da promoção da comunhão eclesial. Atenta às indicações do Espírito e, em função de suas necessidades internas e dos desafios do mundo, a Igreja através dos carismas e ministérios vai se estruturando e organizando.

Os carismas e ministérios devem assumir a forma de serviço à comunidade, visando a transformação do mundo e a libertação integral das pessoas. A Igreja no Brasil desde o Concílio Vaticano II fez florescer novos ministérios a serviço da comunidade eclesial e, explicitou uma eclesiologia que põem em relação o apostolado leigo e dos ministros ordenados:

Ministério é, antes de tudo, um carisma, ou seja, um dom do Alto, do Pai, pelo Filho, no Espírito, que torna seu portador apto a desempenhar determinadas atividades, serviços e ministérios em ordem à salvação. Numa perspectiva trinitária, é preciso ressaltar a unidade na variedade e a variedade na unidade. Ao se falar em carismas, não se deveria privilegiar os mais extraordinários e espetaculares, mas os que sustentam a fé e ajudam-na a encarnar-se. Todos os carismas e ministérios de que a Igreja é dotada pelo Espírito para cumprir a sua missão se complementam, cooperam uns com os outros e se integram, como os membros de um corpo, no respeito ao princípio de subsidiariedade (CNBB, 1999, nº 84).

A valorização de ministérios que podem ser confiados aos leigos e leigas na Igreja, além de conter um grande significado para o novo modo de compreender a eclesiologia, fortalece a comunidade cristã, recuperando todo o dinamismo presente na Igreja primitiva que ao longo dos anos fora esquecido⁵² (CNBB, 1999, nº 89).

⁵² Dentre a diversidade de carismas e ministérios existentes na Igreja, existe também a necessidade do diálogo e da promoção da unidade. Este foi um dos apelos do Vaticano II, com o desejo de “promover e restaurar a unidade entre todos os cristãos” (UNITATIS REDINTEGRATIO, nº 1). Nesse sentido, o movimento ecumênico deve ser valorizado e destacado com importância para o exercício de uma Igreja ministerial. Entre os principais pontos de divergência entre as diversas Igrejas, está justamente o reconhecimento dos ministérios (UNITATIS REDINTEGRATIO, nº 22). Porém, desde o final do Concílio, há um clima de maior fraternidade e de colaboração entre os ministros das diversas Igrejas. Deste diálogo ecumênico sobre os ministérios houveram publicações de textos e documentos muito importante para o fortalecimento da unidade. A *Declaração comum sobre a doutrina do ministério*, elaborada pela comissão internacional anglicano-católica romana de 1973, e o documento, *para uma reconciliação dos ministérios. Elementos comuns entre católicos e protestantes*, publicado no mesmo ano, são exemplos de um avanço grande no reconhecimento da unidade entre as Igrejas e o exercício dos ministérios. Buscou-se por um reconhecimento mútuo dos ministérios, mesmo sabendo dos grandes obstáculos que existem ao redor dessa temática. Os textos insistem prioritariamente na conversão eclesial, pois, a evangelização e o anúncio do Reino, estão acima da doutrina e dos pontos divergentes.

Na missão de todos os cristãos que é assumida pelo batismo, está a diversidade de dons e carismas, que devem ser usados de maneira conjunta para edificação da Igreja. A proposta é que, as forças que estão na Igreja, sejam somadas e, o processo evangelizador se torne mais eficaz e mais presente na vida das pessoas.

Num mundo secularizado e com tantas divisões culturais, a missão da Igreja precisa ser ampliada devendo agir em muitas direções. Daí a importância da diversidade dos carismas e ministérios que deve valorizar todos os membros da comunidade para que haja um verdadeiro projeto evangelizador. Sendo toda Igreja missionária, é fundamental a valorização dos diversos ministérios compostos também pelos leigos e leigas, somente assim, poderá haver um verdadeiro compromisso e dedicação ao serviço do Reino de Deus (SEGUNDO, 2000, p. 362).

Na teologia pastoral os ministérios não se limitam somente a determinadas áreas de missão da Igreja, mas desenvolvem-se a partir das “funções” profética, sacerdotal e real. Os agentes em diversas instâncias de serviço devem ser considerados ministros, pois, o seu ministério não está simplesmente para responder a uma atividade permanente específica, mas sua atuação se dá em nome da Igreja e para edificação da vida humana (CNBB, 1999, nº 90).

A Igreja no Brasil, ao assumir esse compromisso de uma Igreja missionária e ministerial, pretendeu em sua ação evangelizadora propagar de modo mais amplo o Evangelho e fazer chegar a lugares e a grupos que por vezes são mais difíceis. Assim apontou as *Diretrizes para Evangelização da Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas*:

Partimos da concepção de que toda a Igreja é missionária e ministerial e que a base sobre a qual se fundamentam todos os ministérios é a comunidade evangelizadora. Sob o impulso do Espírito Santo, protagonista da missão, a comunidade, enriquecida pela variedade de carismas que o mesmo Espírito confere a todos os cristãos, forma seus ministros e lhes confia a missão. Esta missão tem a finalidade de, em nome do Espírito, anunciar a Boa Nova de Jesus através do serviço e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres, do diálogo com as culturas e outras religiões, do anúncio do Evangelho e da vivência e testemunho da comunhão eclesial (CNBB, 1999, nº 113).

As diretrizes pretenderam destacar o serviço, o diálogo e o testemunho de comunhão existente entre todos os membros do povo de Deus. O evangelizador se põe a serviço do dinamismo da libertação integral, da humanização e da inserção social das pessoas, fazendo com que o seu serviço evidencie as verdades do Evangelho.

Toda essa concepção caracteriza a nova experiência eclesial que deve operar nas bases da Igreja. São elas que convergem para um sentido revelador do espírito novo, de uma maior fidelidade às origens da libertação do Evangelho, semeando sempre a esperança da justiça e da fraternidade.

A Diocese de Maringá, nascida às vésperas do Concílio Vaticano II e formada a partir dos ensinamentos conciliares, propôs desde o início uma caminhada comum entre os clérigos e os leigos e leigas. Não foram colocadas barreiras entre as funções ministeriais exercidas. Em seus planos de pastoral encontramos uma Igreja sempre comprometida com a causa dos mais pequenos e pobres, onde é possível ser cristãos sem ser conservador, e ser comprometido com o destino da sociedade.

Esse modo de pensar a Igreja foi o plano de fundo da elaboração dos planos de pastoral e da caminhada pastoral diocesana. A criação dos conselhos, as assembleias diocesanas, a formação da liderança com estudos sérios ligados a universidade, investimentos em pós-graduação na área da teologia, aberto para os que desejassem, especialização na área teológica financiado pelas paróquias, foi sempre um diferencial no modo de construir sua missão pastoral.

Através das prioridades eleitas e da organização diocesana em seu processo de planejamento ao longo dos anos, foi possível perceber o quanto a caminhada pastoral esteve ligada diretamente com espírito de unidade e fraternidade. Encontramos, por exemplo, no *XVI plano de ação pastoral*, uma orientação para valorização dos carismas e ministérios na Igreja que está em Maringá:

O povo de Deus, pequeno rebanho frente à massa da humanidade, é sinal visível e germe do Reino de Deus. Todos os batizados são chamados a exercer uma função de serviço através, do tríplice múnus batismal – Sacerdote – Profeta – Rei – devendo atuar à maneira de fermento na própria massa que não será alterada, mas garantida no seu sabor verdadeiro. Para os outros povos, esse pequeno rebanho, através do ministério ao qual foram chamados, devem ser sinal e instrumento não apenas de uma mensagem religiosa, mas uma animação salvífica que lhes garante a qualidade e crescimento de seus autênticos valores. A promoção da justiça e a participação na transformação do mundo, aparecem claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, devendo, a evangelização ser encarada como libertação integral do homem. Todos os servidores devem, em seus ministérios, ser sinal e instrumento de serviço e união salvífica dos homens (DIOCESE DE MARINGÁ, 1993, p. 29).

Por detrás das escolhas pastorais, estiveram sempre, os aspectos essenciais do serviço, do diálogo, do anúncio e do testemunho de comunhão, fundamentando-se no caráter prático do anúncio do Evangelho no contexto em que está inserido e, na capacidade de anunciar de forma eficaz a boa nova do Evangelho.

Desse modo, a promoção da comunhão entre o exercício dos ministérios exprimiui a profunda unidade, e a participação ativa de todos os membros do povo de Deus na vida da Igreja, ressaltando sua corresponsabilidade na missão. Através de uma Igreja ministerial todos se tornam aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios, para assim, contribuírem com a renovação eclesial (ROBLES, 2007, p. 235).

Uma Igreja servidora e ministerial é profundamente profética, transformadora e promotora da comunhão eclesial, pois, destaca a igual dignidade que todos gozam na Igreja. Inaugura-se assim, um novo tempo à eclesiologia, sem tantos doutrinamentos vindos de cima, mas, a partir da concretude da vida das pessoas.

4.1.3. Igreja *Diaconia* e *Koinonia*

A Igreja vive na plena comunhão que a Santíssima Trindade estabelece no curso da história, e sua presença publica se dá em relação a história humana de acolhida do dom de Deus. Por isso, a Igreja pode ser considerada sacramento da comunhão do Deus trino, pois se faz presente como povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito.

O Concílio Vaticano II firmou a compreensão da Igreja como sacramento universal da salvação, sacramento da unidade e sacramento da íntima relação com Deus (LG 59). E para que todos pudessem participar da íntima comunhão com Deus, Ele aproximou-se da comunidade humana por meio da encarnação do Filho e das mediações do Espírito, a fim de levar todos à santificação.

A Igreja é o espaço privilegiado para se viver e promover a comunhão, lugar onde Deus encontra-se com o seu povo para instruí-los e santifica-los, através da Palavra e da Eucaristia. Essa vivência da comunhão é a base da Igreja e a centralidade do Evangelho, por isso, é muito importante para a comunidade cristã.

Dois aspectos se destacam nesse cenário eclesial que fortalece a comunidade e amplia os horizontes da eclesiologia, a dimensão da *Diakonia* e a dimensão da *Koinonia*. Elas estão para o serviço da caridade, e perpassam a vida pessoal e comunitária da Igreja e da dimensão social. Ambas se complementam e dão suporte uma a outra. Enquanto a primeira amplia o horizonte do serviço *ad intra* e *ad extra*, a segunda é o suporte do serviço enquanto testemunho da comunidade eclesial (BRIGHENTI, 2006, p. 129).

A *diakonía*, palavra grega que se refere ao serviço do criado, do escravo e do indigno é apresentado por Jesus como o modelo de serviço a ser seguido, de modo, que aquele considerado indigno, torna-se digno pela força do seu trabalho e por aquilo que ele é de fato. Esse modo de compreensão do serviço foi um escanda-lo em seu tempo, pois, o menor deveria ser sempre menor e não ter possibilidade de crescer ou se desenvolver. Jesus mesmo diz “o primeiro é aquele que serve” (Lc 22, 26), pois, “Eu não vim para ser servido mas para servir” (Mt 20, 28).

Desse modo, o termo *diakonía* se relaciona ao serviço daquele que se faz menor, e serve por amor ao Reino e aos irmãos. Um serviço que parte da humildade e da sinceridade, que busca os meios de justiça e libertação das pessoas, que é parte integrante do cristianismo, um serviço como essência e não como trabalho.

O serviço, é próprio da essência da Igreja, pois, como instituição ela é “serva da humanidade, para anunciar a Cristo e instaurar o reino de Deus” (LG 8). Daí vem a importância da compreensão eclesiológica de uma Igreja que faça crescer o Cristo por ela anunciada e, fazendo-se última entre os últimos e transparecendo o reino a todas as pessoas, especialmente aos mais pobres e necessitados.

Essa dimensão é tão intrínseca à instituição que, ela se reveste de um caráter sacramental, e se torna um instrumento do serviço de Jesus Cristo no mundo. Assim, apresentou Brighenti:

Na perspectiva cristã, o serviço é muito mais que uma boa ação. Ele está revestido de um caráter sacramental. É uma ação permeada pela graça, insere-se no horizonte da fé, que opera pela caridade. Os milagres atribuídos a Jesus pelos evangelhos têm esse caráter sacramental e simbólico, relatos dos quais se reivindica o serviço na Igreja. Eles revelam o caráter do messias servidor, pois, o serviço do Mestre tem, nos pobres, uma referência especial. Na Igreja, enquanto instituição que é o grande sacramento da presença e ação de Jesus no mundo, o serviço se reveste do mesmo caráter sacramental. A ação evangelizadora quer ser expressão da continuidade dos sinais de Jesus” (BRIGHENTI, 2007, p. 133).

Através dessa compreensão abre-se na Igreja o caminho para a pastoral social que ultrapassa o serviço da ação social, mas agora, pretende resgatar a inteireza da pessoa, em tudo aquilo que possa promover sua dignidade. Uma eclesiologia com os pés no chão, calcada na realidade do seu contexto e promotora da libertação, evidencia um serviço mais próximo ao realizado por Jesus, e assim, se mostra como *diakonía*.

No contexto latino americano, será evidenciado através das conferencias episcopais a “opção preferencial pelos pobres”, pela libertação e, pela justiça social.

A consciência e as práticas a partir dessa perspectiva, enriqueceram a Igreja e a ação evangelizadora se tornou uma promotora do serviço à humanidade.

O sujeito privilegiado na *diakonía* são os mais pobres e necessitados, como opção feita pelo próprio Senhor e por isso, deve ser, assumido pela instituição como caráter privilegiado e como sacramento para humanidade. O documento de Puebla apresenta:

Para que nossa doutrina social seja acreditável e aceita por todos, deve responder de maneira eficaz aos desafios e aos problemas graves que surgem à nossa realidade. Homens diminuídos por carências de todas as espécies reclamam ações urgentes em nosso esforço promocional. Não podemos propor eficazmente esta doutrina sem sermos nós mesmos interpelados por ela em nosso comportamento pessoal e institucional. Ela exige de nós coerência, criatividade, audácia e entrega total. Nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento de Cristo. Nossa reflexão sobre a projeção da Igreja no mundo, como sacramento de comunhão e salvação é parte de nossa reflexão teológica, porque a evangelização não seria completa se não levasse em conta a interpelação recíproca que ao longo dos tempos se estabelece entre o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social do homem” (DP 476).

A dimensão da *Koinoía* também está para o serviço da caridade, e da comunhão, tendo como fonte a Trindade. A ação pastoral da Igreja deve ser concebida sob essa perspectiva principalmente porque, o mistério de Deus é revelar-se amor que se manifesta a todos, e os congrega em uma grande família. A comunhão eclesial não tem valor por si mesma, mas quando se dá à serviço do mundo, em especial os mais pobres (BINGEMER, 2018, P. 38).

Koinonía não se trata de um neologismo do cristianismo, mas de uma ação concreta da própria Igreja. No mundo grego ela era utilizada para designar relações interpessoais, harmonia do mundo e também comunhão com Deus. O Concílio Vaticano II fará o resgate da origem dessa expressão para apresentar a Igreja como que o sacramento, isto é, sinal e instrumento de comunhão entre Deus e os seres humanos e da comunhão dos homens entre si (ALMEIDA, 2012, p. 94). Assim, expressou o Concílio:

O novo Israel, que caminha no tempo presente e se dirige para a futura e perene cidade, se chama também Igreja de Cristo, pois que Ele a adquiriu com seu próprio sangue, encheu-a com o seu Espírito e dotou-a dos meios convenientes para a unidade visível e social. Aos que se voltam sem fé para Cristo, autor de salvação e princípio de unidade e de paz, Deus chamou-os e constituiu-os em Igreja, a fim de que ela seja para todos e cada um sacramento visível desta unidade salutar. Destinada a estender-se a todas as regiões, ela entra na história dos homens, ao mesmo tempo que transcende os tempos e as fronteiras dos povos (LG 9).

Como mistério que reflete o próprio Deus na pessoa de Cristo, a Igreja tem como missão a unidade, e por isso, deve atuar de tal modo que essa unidade se realize entre a comunidade humana. A comunhão além de dom, é compromisso, por isso, a acolhida dos mais pobres e a promoção da dignidade e igualdade de todos é uma de suas grandes riquezas. A comunhão de fé, a comunhão fraterna, a comunhão intereclesial e a comunhão com toda a humanidade, mostra a autenticidade da comunhão eclesial.

Como expressão do testemunho da vivência da caridade entre irmãos, a *koinonia*, expressa o ideal da vida da comunidade e assume a comunhão de diferenças e diversidades em torno da mesma fé. O contexto latino americano, assumiu também a dimensão da comunhão como fundamento da ação pastoral da Igreja, e apresentou:

A evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária. Qualquer outra comunhão, embora não constitua o destino último do homem, é, animada pela graça, primícias dela. A evangelização leva-nos a participar dos gemidos do Espírito, que quer libertar a criação inteira. O espírito que nos move para esta libertação abre-nos o caminho para a unidade de todos os homens entre si e de todos os homens com Deus, até que em todos Deus seja tudo (DP 218-219).

A ação evangelizadora da Igreja que está em Maringá em sua elaboração pastoral, adotou como modelo eclesiológico, a dimensão da *diakonía* e a *koinonía*, isso porque, a dimensão da caridade e do comprometimento com a realidade englobam esses dois aspectos da Igreja. Ao longo dos tempos, é possível encontrar nos planos de pastoral, marcas de uma Igreja servidora, que buscou pela difusão da fé e da promoção das pessoas. Perpassando pelos aspectos pessoais, comunitário e social da fé cristã, anunciou com muita eficácia o Reino de Deus.

Essa compreensão, se dá, quando olhamos para as prioridades de trabalho que foram assumidas ao longo dos anos, em todas elas, seja de modo direto ou transversal encontramos esses elementos do serviço e da comunhão, em vista da libertação das pessoas e da promoção dos mais pobres e pequenos.

Do primeiro ao XVI plano de pastoral diocesano, encontramos as seis linhas de ação assumidas pela CNBB - elencadas no capítulo anterior – como opção direta dos rumos pastorais da diocese, fazendo-se sentir principalmente a promoção da *unidade* entre as paróquias, entre o clero e os leigos e leigas, e incentivando a partilha para o fortalecimento das instancias sociais de responsabilidade diocesana.

Outra linha que ganhou destaque ao longo desses anos nos planos de pastoral foi, a *inserção dos fiéis na construção do mundo*, de tal modo que o apelo era construir uma pastoral que estivesse em sintonia com a realidade e fosse promotora da transformação social. Essa prioridade também esteve diretamente, desse modo, até, o XVI plano de pastoral diocesano. A partir do XVII já a encontramos com outra linguagem, e mais radical no serviço ao mundo, com o nome de *transformação social*.

O que se pretendeu foi promover uma Igreja mais profética e dinâmica, em que os princípios de serviço e comunhão tornem-se sinal da presença de Deus no mundo. Assim, a promoção da comunhão seria um caminho para se promover ações concretas que possam transformar a sociedade (BINGEMER, 2018, p. 47). Assim encontramos escrito no *projeto de evangelização da arquidiocese de Maringá, para o novo milênio*, no ano de 1997:

A Igreja deve buscar como conteúdo próprio a comunhão profunda entre os seus membros e, ser 'sinal da presença de Deus no mundo', donde lhe vem a denominação de exigência do testemunho. Esta comunhão refere-se ao amor interior à comunidade, o amor ágape, amor *koinonia*. Este amor se torna sinal e testemunho, respondendo ao imperativo do Senhor, 'para que sejam perfeitos na unidade e o mundo creia que me enviaste'. Este amor-sinal não se reduz a mera cortesia ou sentimento afetuoso na comunidade. Ele vai além, exige eficácia. Esta exigência, exige a mais ampla participação de todos os membros da Igreja para que a *koinonia* seja real, eficaz e testemunhe ao mundo o direito elementar de todo cristão: a livre e consciente contribuição na edificação do reino e transformação da sociedade (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 1997, p. 10).

Desse modo, vemos uma evangelização promotora da comunhão e da dignidade humana, onde fazer brotar a comunhão fraterna, a solidariedade e o serviço aos mais pobres, se tornou um apelo à pastoral diocesana. Com a criação, por exemplo, das comunidades eclesiais de base, que desde o início esteve como prioridade diocesana, permitiu com que as pessoas mais simples saíssem do anonimato eclesial e, desenvolvesse um caminho de ação pastoral coerente e com o respaldo da hierarquia.

Assentada sobre o eixo da palavra, do serviço e da comunhão, a *diakonia* e a *koinonia*, estiveram por detrás de uma ação evangelizadora que tem como ponto de partida a libertação e a promoção humana, no qual, buscou ao longo do caminho pastoral diocesano o fortalecimento de uma evangelização eficaz pautada sobre a verdade de Jesus Cristo e da Igreja.

4.2. Modelos pastorais assumidos pela Igreja diocesana em seus planos de pastoral orgânica

A Igreja como peregrina nesse mundo, tem o desafio de responder pastoralmente ao seu contexto e ser uma presença de vida, consolo, justiça e paz à comunidade humana. Sua missão é evangelizar e ser sinal e instrumento de comunhão, num horizonte contemporâneo marcado por traços profundos de individualismo.

Como casa da palavra, do pão e da caridade, a Igreja precisou adotar modelos pastorais, que fossem capazes de responder as necessidades do mundo e manifestassem o divino através do humano. Subjacente a cada modelo pastoral, está um modelo eclesiológico, que, foi sendo configurado através das mudanças de época. Para o contexto diocesano da ação pastoral, os modelos assumidos para evangelização da comunidade eclesial, que, está inserida numa sociedade em rápidas e profundas mudanças, foram: a valorização do laicato, a pastoral de conjunto e de comunhão e participação. Destacaremos, o quanto esses modelos foram importantes para a ação pastoral diocesana e de que modo eles aparecem assumidos no planejamento pastoral.

4.2.1. Pastoral de Conjunto – Igreja como povo de Deus

A ação evangelizadora da Igreja deve considerar a integridade da comunidade humana e incidir sobre todas as dimensões da vida concreta, tendo como conteúdo de sua mensagem a libertação dos homens e mulheres em tudo aquilo que os oprime. Sua ação concreta, além de anunciar ao mundo a verdade de Jesus Cristo, o mistério da encarnação, é fazer com a realidade seja transformada.

Será ensinamento do concílio Vaticano II que “a Igreja é em Cristo como que o sacramento, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano” (LG 1), por isso, ela é inseparável de Cristo, seu fundador. Ela está no mundo como sinal “ao mesmo tempo opaco e luminoso de uma nova presença de Jesus, sacramento de sua partida e de sua permanência” (EN 15).

Nesta comunidade de fiéis, encontramos a continua e prolongada missão evangelizadora de Jesus, por isso, ela nunca deve ser fechada em si mesma, em sua hierarquia ou em uma missão que não seja a promoção da comunidade humana.

Enviada ao mundo como Cristo, ela deverá estar a serviço dos homens e mulheres, como instrumento da construção do Reino de Deus (CNBB, 1987, nº 37).

Sendo ela a comunidade de fé, esperança e caridade dos seguidores de Jesus, constitui a comunidade do Povo de Deus, no qual, são chamados para o serviço do Reino. Deve sempre estar voltada à solidariedade e ao comprometimento efetivo na luta pela libertação de todos os que mais sofrem, animando-os continuamente em sua esperança. Não há distinção entre os homens e mulheres, por mais que pareça existir, pois, todos possuem uma nobreza inviolável que deve ser respeitada e que é incompatível com a discriminação e marginalização (DP 309).

Dado que a tarefa da Igreja consiste em continuar a missão de Cristo, através, do envolvimento e das vicissitudes da história, é necessário prestar atenção aos sinais do Reino que se manifestam ao mundo. Esta questão foi assumida como um dos eixos do Concílio Vaticano II, colocando a Igreja sem hesitação diante do mundo moderno que havia surgido nos últimos séculos. A *Gaudium et spes* afirma:

Incube à Igreja, em todas as épocas, perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-lo à luz do evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, respostas às eternas perguntas do ser humano a respeito do sentido da vida presente e futura e as relações de ambas (GS 4).

A partir desse horizonte, a nova compreensão eclesiológica rompe com o modelo da cristandade, teocêntrico, supera o eclesiocentrismo e se abre para a implantação da Igreja como encarnação do Evangelho (MULLER, 2014, p. 141). O concílio situou a Igreja dentro do mundo, no seio da sociedade, para ser servidora e, compreendeu que a proclamação da Boa Nova, destinada a todas as pessoas, tem como prioridade os pobres e oprimidos, rejeitando a situação de injustiça na qual eles vivem, por ser, exatamente contrário ao desígnio de Deus amor.

Nesta nova compreensão de Igreja, a Igreja se torna povo de Deus, onde todos os fiéis são chamados ao serviço e a proclamação do Reino. A vida ministerial tornou-se mais ampla a partir desse entendimento, agora, valorizando a capacidade e os carismas de cada um a Igreja foi fortalecida com o dinamismo e a criatividade, chegando a lugares que até então não eram possíveis (LEMAIRE, 1977, p. 45).

A ação pastoral tem através desse modelo a compreensão de Igreja, o seu ponto de partida a realidade concreta das pessoas, e, se configura através das exigências e necessidades da evangelização. Compreende-se agora, que a Igreja

está situada no mundo, e que ela pode dar uma contribuição favorável a este mundo, não só na dimensão da fé, mas também na dimensão social.

Estruturas ultrapassadas que não reconhece a eficácia da ciência, por exemplo, perdem o seu valor, pois, esse diálogo faz parte do mundo moderno e é importante para que se alcance uma eficácia na evangelização. Os elementos que se destacam nesse momento, são o diálogo e o serviço. Em uma sociedade secularizada, emancipada em que a ciência está presente, não existe outro modo de promover um caminho pastoral que seja eficiente e compreensível pela sociedade moderna (BRIGHENTI, 2006, p. 34).

Nesse novo contexto, a ação pastoral deve estar voltada para a participação coletiva e valorização dos leigos e leigas, através da criação de organismos globais da ação pastoral, como as assembleias e os conselhos. Todos os batizados fazem parte dessa Igreja povo de Deus, leigos e leigas, religiosos e religiosas e os clérigos, por isso, devem trabalhar em comum unidade tendo como princípio o serviço ao Reino.

No contexto latino-americano esse modelo de Igreja por diversas vezes, foi apresentado através dos documentos das conferências episcopais. O documento de Puebla apresenta:

A conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral, que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma ação que valorize a comunhão dos fiéis e uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação (DP 1134).

Este impulso renovador da vida e da prática eclesial, promove a ligação entre a fé e a vida, gerando uma prática libertadora de um novo jeito de exercer o poder na Igreja. As decisões, são convidadas a serem discutidas, e a caminhada pastoral se faz com a ajuda e a participação ativa de toda a comunidade do povo de Deus.

Diante desse cenário, o laicato é convocado a assumir um papel de protagonista, impregnando como fermento na massa o Evangelho em todas as realidades nos quais estão inseridos. Para tanto, exige levar a diante o projeto de renovação da Igreja, fazendo com que, suas estruturas respondam às exigências do mundo de hoje.

A Igreja não pode ficar voltada sobre si mesma, mas deve olhar como horizonte o Reino de Deus, voltando-se para o mundo em atitude de serviço, e envolvendo todos os seus membros a partir de seus dons e carismas. Procurar, portanto, aproximar-se da realidade do mundo em atitude de compreensão e serviço, promove o crescimento crítico e uma evangelização mais efetiva frente as contrariedades da modernidade.

A ação pastoral da Igreja no Brasil vem sendo pautada por uma profunda abertura às exigências do nosso povo, promovendo uma significativa caridade apostólica e abraçando uma atitude missionária, rompendo com o medo e o comodismo, anunciando assim, explicitamente Jesus Cristo e seu Reino. Assim encontramos nas *Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil* de 2003:

Participar da construção de uma sociedade justa e fraterna constituiu um dos objetivos da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, que reassumimos como compromisso desde sempre assumido. A amplitude dos desafios a enfrentar nos impõem assumir três ações concretas: iniciativas e práticas solidárias; reivindicação de políticas públicas e participação política e reflexões prospectivas (CNBB, 2003, nº 156).

Em decorrência desta necessidade assumida pela Igreja de uma participação comum dos fiéis e a promoção da dignidade das pessoas, a diocese de Maringá assumiu esse compromisso em seus planos de pastoral, sendo este modo que respaldou a construção de seu planejamento pastoral.

Desde o início, esta Igreja de comunhão dos fiéis foi quista por Dom Jaime Luiz Coelho e depois, reassumida por seus sucessores. Na década de noventa, explicita-se de forma direta, que, esta Igreja, povo de Deus, respaldou e continua a orientar os planos de pastoral. Assim encontramos escrito no *XVI plano de pastoral*:

A Igreja povo de Deus peregrino na história, tem a missão de ser luz, sal e fermento no mundo. Estando presente na sociedade, a Igreja como um todo, tanto os fiéis individualmente como grupos, instituições e organizações eclesiais, vivem em profunda relação com esta mesma sociedade. Crescendo na fé, o povo de Deus vai tomando consciência cada vez mais clara de sua dimensão profética, que anuncia o Senhor e seu Reino, e denuncia tudo quanto rebaixa o homem, imagem e semelhança de Deus. Vai tomando consciência, igualmente, da missão que lhe cabe de contribuir para a transformação da sociedade. Este é o compromisso por nós assumido desde os primórdios dessa arquidiocese, e que reafirmamos como caminho de construção da Igreja rumo ao Reino definitivo. Os pastores que exercem função importante na evangelização, somam-se ao serviço de todos os outros fiéis, e unidos formam a grande comunidade do povo de Deus (DIOCESE DE MARINGÁ, 1993, p. 39).

Apesar de muitos obstáculos, a Igreja de Maringá, caminhou desde o início dos anos 70 até os tempos atuais, pela senda de uma Igreja povo de Deus, incorporando

as novas situações que a realidade ia suscitando. Na assembleia diocesana de 1992, essa foi o plano de fundo para a continuidade da ação pastoral diocesana.

A primeira e a principal forma de realizar a Igreja em Maringá foram as comunidades eclesiais de base, que, desde os primeiros tempos estão na base da ação pastoral. Nos anos noventa ainda, será assumida como prioridade a evangelização a cultura urbana e, a educação, exatamente para mostrar que a Igreja está inserida no mundo, e conta com a ajuda de todos para o anúncio do evangelho (ROBLES, 2007, p. 248).

Para que a ação fosse sempre concreta, analisar a realidade tornou-se tarefa primeira na elaboração dos planos de pastoral. Por vezes, essa análise aparece timidamente, mas em todos os planos, é possível visualizar que fora realizado. Este modo de análise, permitiu com que, as linhas ou prioridades pastorais estivessem em conformidade com a realidade histórica.

Essa promoção de uma Igreja povo de Deus, se fez sentir em todos os tempos da pastoral diocesana. A cada década crescia a consciência da necessidade da presença dos leigos e leigas na evangelização, e era reafirmada sua ação pastoral. Como atuantes pelo batismo, eles são dotados de direitos e o deveres no exercício da missão de evangelizar.

4.2.2. Pastoral de comunhão e participação: a passagem de uma Igreja clerical para uma Igreja sinodal

Por expressa vontade de João XXIII, o concílio vaticano II constituiu-se no primeiro concílio de natureza pastoral, ecumênica e em diálogo com o mundo. Abriu a possibilidade de voltar-se a novos caminhos trazendo inovações na maneira de pensar e agir da Igreja. O desejo renovador, possibilitou compreender que a instituição está inserida no mundo e não fora ou alheia a ele, e por isso, o princípio básico para se relacionar com ele seria a comunhão.

A Igreja viveu anos sob a exuberância dos movimentos iniciados pelo papa Pio XII, e por isso, houveram muitas resistências para aceitar e colocar em prática a novidade apresentada pelo Vaticano II de abrir novos caminhos. Entendendo a Igreja como a comunidade do Povo de Deus, o concílio promove uma abertura para as discussões sociológicas do povo, de igualdade entre todos e, de ecos libertadores, assumindo a dimensão eclesiológica da comunhão (BRIGHENTI, 2006, p. 39).

Através dessa nova concepção de Povo de Deus, a ideia de privilegio, de autoridade superior, de dignidade que se distancia dos leigos e leigas por parte dos ministros ordenados, deixou de existir, pois, entende-se que todos são dotados de dons e carismas e que, pelo batismo, todos participam do tríplice múnus de Cristo.

A visão clericalista e de um triunfalismo institucional são duramente questionadas, pois, o que está em evidencia é o protagonismo dos leigos e leigas, e o serviço de todos os fiéis para a construção do Reino. A atuação ativa de todos, não somente da hierarquia, abriu-se para uma gama de transformações na prática da Igreja, principalmente no diálogo, partilha e da consciência da unidade entre todos os cristãos (LIBANIO, 2015, p. 336).

O concílio começou a pensar a teologia numa perspectiva pastoral, promovendo assim, um modelo pastoral de comunhão e participação. A atenção se volta para o dinamismo sociotransformador e libertador, por isso, este é um modelo pastoral muito particular da América Latina (BRIGHENTI, 2006, p. 37). Será neste continente que encontraremos a teologia da libertação, em contínuo processo de elaboração, reflexão e ação, das situações de pobreza, opressão e vulnerabilidade social das pessoas.

As conferencias de *Medellín* e *Puebla*, avançaram as reflexões da opção preferencial pelos pobres e propuseram ações concretas, tais como:

Comprometidos com os pobres, condenamos como antievangélica a pobreza que afeta numerosíssimos setores em nosso continente; envidamos esforços para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza; reconhecemos a solidariedade de outras Igrejas, unimos os nossos esforços aos dos homens de boa vontade para desarraigar a pobreza e criar um mundo mais justo e fraterno; queremos ainda, manter vivo novos horizontes à esperança” (DP 1159 - 1165).

A Igreja dos pobres manifesta claramente a condição de povo de Deus e, o coloca em sintonia com o novo modo de compreender a eclesiologia, inserindo numa Igreja participativa, superando os aspectos rígidos e conservadores da instituição. Nesta perspectiva, além de assumir a causa do pobre, a Igreja assume seu lugar social e dá possibilidade de promover a libertação das pessoas.

A vida em comunidade será o modelo a ser seguido nesta perspectiva pastoral, por isso, ganha-se destaque as comunidades eclesiais de base, os círculos bíblicos e os grupos de reflexão. Trata-se de uma comunidade ministerial que está a serviço da humanidade, promovendo a esperança e impulsionando o anuncio do Evangelho. A esse respeito, destaca Agenor Brighenti:

A Igreja na América Latina fará da missão no mundo um compromisso de transformação da sociedade atual em uma nova sociedade, uma ação não meramente religiosa, mas em parceria com todos os corpos intermediários e organismos que militam na perspectiva de um mundo solidário” (BRIGHENTI, 2006, p. 39).

Desse modo, a transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II, colocou a Igreja do continente para repensar o seu lugar no tecido social e redimensionar o alcance de seu testemunho e de sua ação pastoral (GÓEZ, 2010, p. 147).

Tal dimensão da comunhão e da participação, deve ser bastante sentida no diálogo entre o laicato e os ministros ordenados, pois, pelo batismo todos ocupam um lugar na vida pastoral da Igreja e devem edificar a comunidade eclesial através do anúncio e do testemunho (ULLOA, 2018, p. 310).

A Igreja no Brasil assumiu este princípio em suas *Diretrizes Gerais da ação Evangelizadora*, e as orientações pastorais foram sempre pautadas pela vivência da comunhão e participação. Em todas as diretrizes desde o *plano de pastoral de conjunto* (1966-1970), até as mais recentes, encontramos essa dimensão como plano de fundo do planejamento pastoral.

As seis linhas de ação – unidade visível, ação missionária, ação catequética, ação litúrgica, ação ecumênica e construção de um mundo novo⁵³ – que perpassaram décadas como indicativos de ação na Igreja do Brasil, tinham como plano de fundo o primeiro objetivo do *Plano de Pastoral de Conjunto* (1966-1970): “Levar todos os homens à comunhão de vida com o Pai e entre si, por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”.

Esse objetivo que dará respaldo para as linhas de ação, mostra que a Igreja nasce da comunhão da Trindade, pois, se faz presente como povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito. “A Igreja é, deste ponto de vista, a presença pública da acolhida humana do Dom de Deus, podendo ser considerada como sacramento da comunhão do Deus trinitário” (FUENTE, 2007, p. 80).

⁵³ As seis linhas de ação pastoral, foram assumidas desde o *Plano de Pastoral de Conjunto* (1966 - 1970) e reassumidas de forma direta pelas *Diretrizes Gerais da Evangelizadora da Igreja no Brasil*, nasceram dos documentos conciliares com a missão de fazer a evangelização chegar de forma mais efetiva às pessoas e ao mundo: Linha 1 (Unidade Visível) – *Lumen Gentium*; Linha 2 (Ação Missionária) – *Ad Gentes*; Linha 3 (Ação Catequética) – *Dei Verbum*; Linha 4 (Ação Litúrgica) *Sacrosanctum Concilium* – Linha 5 (Ação Ecumênica) – *Unitatis Redintegratio*; Linha 6 (Construção de um mundo novo) – *Gaudium et Spes*.

Dada a multiplicidade dos seres, a complexidade da vida espiritual do homem, a pluralidade das situações, foi preciso oferecer um caminho de unidade e comunhão, diante de uma realidade fragmentada e dispersa. Por isso, a unidade e a promoção da comunhão é um elemento tão importante para vida pastoral da Igreja.

A Diocese de Maringá, tão logo assumiu a comunhão e a participação como seu grande modelo de pastoral, de modo que, já no pós-concílio, era celebrada as primeiras assembleias diocesanas (1971) e elaborados os primeiros planos de pastoral (1973).

Numa atitude profética de impulsionar a “esperança de uma nova terra” (GS 39), os planos de pastoral diocesanos sempre tiveram como base de sua elaboração o princípio eclesiológico latino americano, da comunhão e participação. Todos os planos de pastoral foram elaborados a partir de uma assembleia diocesana, contando com a participação ativa dos leigos e leigas e dos religiosos e das religiosas. As prioridades e objetivos elencados, sempre tiveram em sintonia com a realidade de cada tempo.

Assim encontramos no XXIII plano de pastoral, ultimo publicado e assumido coletivamente pela diocese:

A Igreja precisa o tempo todo se voltar para Cristo e reconhece-lo através de uma atitude orante, contemplativa, fraterna e servidora. Sua ação evangelizadora só será fecunda se ela tiver uma verdadeira paixão por Cristo, se for fascinada e se seu coração arder por Ele. Sem partir de Cristo, sinal de unidade para humanidade, a Igreja não edifica e não faz chegar ao Reino de Deus. Quem se encontra com Cristo passa a ter atitudes de alteridade, gratuidade e comunhão. Assim, o discípulo missionário contempla a realidade discernindo nela a presença do reino de Deus e trabalhando para que ele cresce e promova cada vez mais a unidade. Este não trabalha isoladamente, mas tem um profundo vínculo com a comunidade no qual serve (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2013, p. 100).

E apresenta também o compromisso que a diocese sempre teve em promover a unidade, a comunhão e a participação de todos os fiéis no seu serviço pastoral:

Sempre em nossa arquidiocese encontramos um ardor missionário no serviço pastoral e uma significativa participação de tantos leigos e leigas, dos presbíteros e também dos religiosos e religiosas, que se debruçaram com a mente e o coração na perspectiva de olhar as grandes metas da evangelização. Não fomos chamados só para fazer coisas, mas para ser um sinal daquilo que acreditamos. Sinal de unidade sempre foram os planos de pastoral diocesano, promovendo um caminho de discipulado real e comprometido (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2013, p. 13).

Pelo tempo que lhe consagrou e pela visão teológico-pastoral demonstrada, a Diocese de Maringá, sempre esteve em íntima comunhão com as linhas da CNBB, assumindo uma caminhada evangelizadora com forte senso de unidade.

Por essa pequena amostra, é lícito precisar o rumo evangelizador tomado pela Igreja de Maringá, seus projetos e serviços, foram sempre assumidos de forma conjunta, acreditando que “na unidade e na ajuda mútua se encontra a fórmula de superação dos obstáculos interpostos por situações novas” (ROBLES, 2007, p. 267).

Um caminho marcado pela evangelização de pessoas concretas e situadas no mundo real, com um forte ardor para a inserção tanto do clero como dos leigos e leigas e religiosos e religiosas, nos desafios concretos da comunidade em vista do bem-estar e da convivência harmônica entre as pessoas.

Por toda a extensão diocesana, desde os primórdios, faz-se ouvir a voz de uma Igreja comunhão e participação, e em defesa dos mais pobres e menos favorecidos, lutando por libertação e vida digna para todos. Houve sempre um grandioso comprometimento com a evangelização e com o real desejo, de ser, uma Igreja servidora, a “serviço da vida”.

Assim, no caminho aberto pelo Vaticano II, por *Medellín* e *Puebla* e pela Igreja no Brasil, a diocese de Maringá, sempre se preocupou com a inserção da fé na vida prática das pessoas, comprometendo-se muito logo com as situações e os reclamos vividos pelo povo. Através de seu planejamento pastoral, dos planos de pastoral diocesano e da participação ativa de todos os fiéis, tornou-se uma diocese que sempre buscou “um novo jeito de ser Igreja”, e se dispôs a caminhar em busca de uma sociedade justa e fraterna.

4.3. Dimensão Comunitária e Participativa como fruto dos Planos Diocesanos

Diante de uma pastoral inculturada na realidade que, a partir do Vaticano II trazem muitas mudanças paradigmáticas no organizar e agir da Igreja, dois elementos tomam relevância: o “poder” participativo na vida diocesana e a abertura ao campo social, promovendo esperança e apontando para um futuro transformador.

Buscando apontar o apelo evangélico de anunciar em primeiro lugar o Reino de Deus, a Diocese de Maringá assume para si os desafios e sinais do Reino presentes em seu contexto, de tal modo, que, sendo a comunidade eclesial o efeito de um estilo de vida, deve manifesta diante da realidade a Boa Nova.

Todo caminho de participação no planejamento pastoral, será visto, a partir dessa experiência da comunhão e participação. Sendo anunciadora da esperança, veremos também, que existe um longo caminho pastoral pela frente, e que os desafios de hoje, que são diferentes dos já enfrentados no passado, precisam ser encarados e superados, para continuar sendo uma Igreja servidora da Vida.

4.3.1. O “poder” participativo na vida diocesana

O concílio Vaticano II representou uma importante etapa no processo de atualização de diálogo com o mundo moderno. Os textos conciliares apresentam essa preocupação da valorização da cultura e de uma pastoral que esteja voltada para os anseios da humanidade, estando sempre com os pés calcados no chão.

A eclesiologia presente na *Lumen Gentium*, desenvolve o conceito de que, todos os batizados possuem a mesma condição fundamental de membros do Igreja e, por isso, participantes ativos em sua missão evangelizadora. Essa nova exigência garantia a Igreja a sua renovação e salvaguardava a continuidade (MIRANDA, 2009, p. 37).

O movimento leigo atuante dentro da Igreja e nos diversos lugares em vista da transformação do mundo, tornou-se um grande impulso para renovação da Igreja e para o desenvolvimento da eclesiologia. Além de assumirem tarefas nos mais diversos campos da sociedade, assumem um ardor missionário e de serviço à Igreja, manifestando sua crescente maturidade no serviço eclesial e sociocultural (ALMEIDA, 2005, p. 37).

A Diocese de Maringá muito confiante que os rumos da Igreja estariam no *aggiornamento* conciliar, buscou sempre ser coerente com as propostas de renovação. De imediato ao pós-concílio, foram trazidas a Maringá as propostas de renovação à liturgia, a participação efetiva dos leigos nos meios eclesiais, busca de decisões tomadas no coletivo através das assembleias diocesanas e a implantação de uma Igreja comunhão e participação (ROBLES, 2007, p. 236).

Em menos de um ano da promulgação da constituição *Sacrosanctum Concilium*, o primeiro bispo diocesano realizava um encontro de liturgia para aplicar as alterações propostas pelo Vaticano II, e assim, mostrava com afinco sua fidelidade magisterial à Igreja. As articulações pastorais, viabilizavam a renovação eclesial, com

o desejo de promover, a participação de todos os fiéis batizados e não somente da hierarquia.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, encontramos explicitado no VI plano de pastoral a ação conjunta, na qual está estruturada a pastoral diocesana:

O Reino de Deus nasce, cresce e funciona pela força de sua graça, mas também com nossa colaboração. E não é suficiente que cada um faça alguma coisa. É necessário que trabalhemos juntos e em conjunto. É por isso que a diocese tem planos de ação conjunta e organizada. Planos que orientam a vivência e o trabalho dos cristãos. Chamam-se Planos Orgânicos de Ação. Deus quer salvar seus filhos reunidos entre si, formando um povo. Este povo vive neste mundo, misturado com outras pessoas e realidades da vida. Como Luz e a força do Espírito Santo, representa a graça no mundo. Leva a sério sua vida; crê em Cristo e no seu Evangelho; reza; tem firme esperança de transformar o mundo num reino mais humano, mais justo e mais fraterno, libertando-o de todo mal. Este povo é a Igreja formada de toda comunidade dos fiéis (DIOCESE DE MARINGÁ, 1979, p. 3).

Trata-se de uma corresponsabilidade entre todos os fiéis, de uma Igreja em serviço de comunhão e libertação. Os leigos e leigas são reconhecidos em sua dignidade, condição cristã comum a todos os batizados. O que os distingue dos demais fiéis é, sua não pertença ao clero, e isso, não o torna um membro inferior no seio da Igreja. Por isso, esta novidade eclesiológica trouxe para o centro os carismas e ministérios (MIRANDA, 2009, p. 42).

Os leigos e leigas são incorporados a Cristo, e compõem a comunidade do povo de Deus, participando na tríplice função de Cristo e, conseqüentemente, na participação da missão comum a todo o povo cristão, tanto na Igreja como no mundo (CNBB, 1999, p. 81).

Por isso, as instancias de participação na vida diocesana sempre foram muito importantes e, estiveram presente em todo planejamento pastoral. As ações pastorais nunca foram definidas somente pelos padres ou do simples desejo dos Bispos, sempre foram levadas para discussão entre os membros da comunidade. Esta opção pastoral, assumida pela diocese desde os seus primórdios, permitiu consolidar uma pastoral mais comprometida com a realidade concreta das pessoas e, na valorização dos carismas e ministérios.

A partir dessa nova mentalidade eclesial, a Igreja apareceu como sujeito coletivo, com a finalidade de anunciar o Evangelho e, ser sinal sacramental na história, colocando os cristãos como sujeitos eclesiais ativos (MIRANDA, 2013, p. 35). Essa percepção, que sempre se fez sentir no caminho pastoral percorrido pela Diocese,

esteve sempre em sintonia com o apelo de participação comum dos fiéis na constituição do *sensus fidelium* (LG 12), quista pelo Concílio Vaticano II.

Os órgãos colegiados, possibilitaram a presença e a participação dos leigos e leigas nas instancias de decisão diocesana, região pastoral e nas paróquias. As assembleias diocesanas celebradas desde 1971, ainda hoje, são fervorosas e os caminhos pastorais são tomados em conjunto com todos os fiéis que compõem o povo de Deus.

O documento de Aparecida, trouxe esse apelo muito forte nesses últimos tempos, apontando para participação ativa não somente da hierarquia, mas, de todos os fiéis. Assim afirma o documento:

O projeto pastoral da Diocese, caminho de pastoral orgânica, deve ser resposta consciente e eficaz para atender às exigências do mundo de hoje com indicações programáticas concretas, objetivos e métodos de trabalho, formação e valorização dos agentes e a procura dos meios necessários que permitam que o anuncio de Cristo chegue às pessoas, modele as comunidades e incida profundamente na sociedade e na cultura mediante o testemunho evangélico. Os leigos devem participar do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução. Esse projeto diocesano exige acompanhamento constante por parte do bispo, dos sacerdotes e dos agentes pastorais, com atitude flexível que lhes permita manter-se atentos às exigências da realidade sempre mutável (DAp 371).

Apesar das dificuldades encontradas ao longo desses anos de evangelização, esta presença ativa e atuante dos leigos e leigas, tem se tornado um apelo da Igreja universal. Resignificar a sua presença e coloca-los na centralidade da ação pastoral, permitiu com que a Igreja se tornasse mais dinâmica. O Papa Francisco, tem anunciado esse “novo jeito de ser Igreja” e apontado como uma exigência pastoral desses últimos tempos. Assim escreve o Papa:

Em virtude do Batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário. Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações. A nova evangelização deve implicar um novo protagonismo de cada um dos batizados. Esta convicção transforma-se num apelo dirigido a cada cristão para que ninguém renuncie a seu compromisso de evangelização, porque, se uma pessoa experimentou verdadeiramente o amor de Deus que salva, não precisa muito tempo de preparação para sair a anuncia-lo, não pode esperar que lhe deem muitas lições ou longas instruções (EG 120).

Essa promoção da vida comunitária da Igreja e sua unidade visível, pretendeu promover um incentivo aos organismos de participação e articulação do povo de Deus.

Essa linha assumida pela Igreja no Brasil e que esteve presente de forma explícita nos planos de pastoral da arquidiocese de Maringá, até meados dos anos 2000, empregou um esforço de organização e o emprego dos meios adequados para implantar comunidades humanas revestidas de verdadeira eficácia e presença visível da vida eclesial (DIOCESE DE MARINGÁ, 1977, p. 33).

Buscando atingir uma unidade diocesana da Igreja, desde os primórdios, as estratégias para elaboração do planejamento pastoral sempre se deram, a partir, do “diálogo e da participação entre os membros da Igreja em todos os níveis e em todas as estruturas” (CNBB, 1975, p. 42). Assim as assembleias diocesanas e os conselhos de pastoral se tornaram um poderoso e legítimo instrumento de expressão do povo de Deus. Encontramos como apelo dos anos 70, essas iniciativas indicadas nos planos de pastoral orgânica:

Tantas maravilhas que se apregoam sobre o leigo enquanto Igreja, sobre a participação de todos, sobre assumir responsabilidades, tudo isso, pode se tornar realidade através de nossas assembleias diocesanas e dos conselhos representativos. É necessário que para as assembleias diocesanas encontrem um resultado eficaz, sejam elas preparadas por um processo de reflexão nas bases e esta reflexão venha caminhando até o centro da coordenação de pastoral. Assim, teremos cada vez mais uma Igreja dinâmica e fortalecida na corresponsabilidade em todos os níveis (DIOCESE DE MARINGÁ, 1977, p. 36).

Essa perspectiva visou sempre a construção de uma nova sociedade, passando pelos princípios de comunhão e participação. Essa compreensão eclesial está presente em todos os planos de pastoral da Diocese, destacando, a importância de uma pastoral coletiva. No XXIII plano de pastoral, último elaborado, evidenciou-se mais uma vez a força de uma Igreja que trabalha em comunhão. Apresenta o plano:

Hoje mais do que nunca, a evangelização pode ser realizada sem a participação dos leigos, e sem a construção de uma pastoral coletiva. A participação ativa, criativa e responsável deve estar presente não só na execução, mas na elaboração do planejamento da Ação Evangelizadora. Os leigos, não podem ser considerados meros ajudantes da pastoral, mas titulares no seu âmbito; não são delegados do padre, mas derivam o dever e o direito do apostolado de sua missão de Cristo Cabeça. Sua missão se realiza no mundo, de tal modo que, com seu testemunho e sua atividade para a transformação das realidades e para criação de estruturas justas, segundo critérios do evangelho. Porém, exercem legitimamente outros serviços e colaboração no interior da comunidade (DIOCESE DE MARINGÁ, 2013, p. 98).

Assim, a vida pastoral implantada na diocese de Maringá, garantiu maior participação de todos os membros do povo de Deus na vida diocesana. Promoveu

com afinco, a constante participação dos leigos e leigas em todas as etapas do processo de planejamento pastoral, e nos vários níveis de Igreja, seja comunidades, paróquias ou diocesano.

4.3.2. “Ainda há um longo caminho a percorrer”

As rápidas transformações ocorridas no mundo nesses últimos tempos, ocasionou uma série de crises em diversas instituições da sociedade. O mundo ficou marcado pelo materialismo, capitalismo, liberalismo, secularismo e permissivismo, trazendo com eles novas ideologias e nova compreensão de homem. A crescente industrialização, com os seus inúmeros problemas de mão-de-obra e desemprego, colocou as pessoas numa profunda crise, onde o acúmulo do capital tornou-se sinal de dignidade.

A mudança eclesiológica se fez muito necessária neste contexto secularizado, e a promoção das pessoas à dignidade de membros ativos da vida eclesial pelo batismo, tornou-se um sinal de esperança a um mundo regado de desesperança. A Igreja do Vaticano II, abençoou as iniciativas em prol à esperança da humanidade, e se inseriu no mundo como sinal profético de libertação e promoção da dignidade.

A proposta da Igreja tornou-se uma proposta libertadora em benefícios dos homens e mulheres deste mundo, ultrapassando as barreiras *ad intra* e promovendo uma ação missionária que vai ao encontro das pessoas. O objetivo da ação eclesial passou a ser, a participação de todos, cada um no exercício de um serviço que leve efetivamente o homem numa a uma sociedade nova (BRIGHENTI, 2011, p. 30).

Na realidade social, os necessitados são os pobres, vitimados pela exploração e opressão econômica e marginalizados pela opressão política (BOFF, 1994, p. 49). A transformação social rumo a uma sociedade de irmãos, depende inteiramente de que esses pobres se tornem sujeitos da ação transformadora, assumindo a responsabilidade da condução de suas próprias lutas.

A proposta transformadora da Igreja passa, portanto, necessariamente, pela luta dos pobres, assumindo sua causa e permitindo com que eles participem da sociedade e da vida eclesial. Assim afirma Medellín:

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles. Isto há de se

concretizar na denúncia da injustiça e da opressão, na luta contra a intolerável situação suportada frequentemente pelo pobre, na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por essa situação, para fazê-los compreender suas obrigações. Expressamos nosso desejo de estar sempre bem perto dos que trabalham no abnegado apostolado dos pobres, para que sintam nossos estímulos e saibam que não ouviremos vozes interessadas em denegrir seu trabalho (Med 199).

Essa nova perspectiva permitiu elaborar uma nova pedagogia da vida eclesial, todos se tornaram sujeitos de uma participação efetiva, onde, as funções e responsabilidades se diferenciam segundo os talentos e carismas de cada um. Criou-se um ambiente de uma pedagogia solidária, avançando assim no serviço e na corresponsabilidade que todos possuem dentro da sociedade e também da vida eclesial.

Tendo assumido o planejamento participativo como estratégia para uma evangelização que, fosse capaz de corresponder com as demandas sociais de um mundo que vive uma “mudança de época”, a diocese de Maringá, teve sempre como princípio a construção da unidade orgânica e o incentivo em criar estruturas sempre mais participativas.

Foi através da pastoral de conjunto que nasceram os planos de pastoral, alicerçados em metodologias bem próximas a realidade concreta, sem perder de vista a dimensão diocesana da pastoral, alargam-se os horizontes de atuação. Sempre houve uma valorização das comunidades eclesiais e a promoção dos ministérios exercidos como serviço à comunidade (ROBLES, 2007, p. 209).

Até pouco tempo, as mudanças aconteciam de forma lenta e com um avanço cuidadoso, porém, hoje as mudanças são vertiginosas. Contudo, exige-se uma constante transformação na vida eclesial. Nesse sentido, a ação pastoral deverá ser criativa, ousada e dinâmica (DAp 379).

Nesses vindouros anos percorridos pela diocese de Maringá, buscou-se uma incansável conversão pastoral que dialogasse com o mundo. A conversão e a revisão das estruturas não foram assumidas para “modernizar” a Igreja, mas para buscar maior fidelidade ao que Jesus quis para sal comunidade. Tornou-se uma exigência da missão a renovação dos costumes, estilos, horários e linguagem. Somente assim, toda a estrutura eclesial aponta para uma efetiva evangelização capaz de transformar o mundo (CNBB, 2014, nº 59).

Continuar esse caminho de discípulo missionário anunciado pela Conferência de Aparecida (2007), e tão desejado pelo Papa Francisco, é além de estreitar os

vínculos efetivos e afetivos com a comunidade, é descobrir o fascínio pelo Senhor. Por isso, é preciso nesses tempos, lançar um olhar não somente sobre os que estão em nosso redil, mas termos a coragem e a audácia de ir ao encontro dos muitos e muitas, que estão perdidos e sem rumo na vida.

O evangelho deve ser sempre a força que impulsiona os discípulos missionários de Cristo à vivência de uma fé que não tem medo, e que não se restringe ao interno da Igreja. Deve haver sempre a necessidade de levar a boa nova a todos os lugares e todas as pessoas de boa vontade. Em sua encíclica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco chama esse movimento de Igreja em Saída:

A Igreja em saída é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, pôr à parte a ansiedade para olhar nossos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caída à beira do caminho. Às vezes, é como pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando este voltar, poder entrar sem dificuldades (EG 46).

Sair de toda comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho (EG 20), é continuar o exercício de ir ao encontro daqueles que são carne de Cristo, tocar e assumir os seus problemas. Esse é o longo caminho que a Igreja deve continuar percorrendo. Uma eclesiologia da missionariedade, em que, sem medo, toma a iniciativa de ir ao encontro dos fiéis com bons planejamentos de ação pastoral.

“Deixar-se envolver pelos mais sofridos que caminham neste mundo, e acompanhar o seu processo de libertação, fazendo frutificar a ação de Deus na concretude da vida das pessoas” (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2013, p. 12), foi o compromisso assumido para ação pastoral no território diocesano. Para isso, será preciso ir ao encontro das pessoas, ser ousados e tomar iniciativas que promovam a dignidade e a libertação (EG 24).

Portanto, a Igreja de Maringá que desde os primórdios se colocou a serviço da vida, continua com renovado desejo de fazer cumprir uma eclesiologia do povo de Deus, estando em um permanente estado de conversão de suas estruturas, de seus organismos de participação, sendo ousada e dinâmica. Por isso, continuará sendo necessário um pensar diferente, acolhendo as realidades humanas que existem no mundo.

Será preciso continuar entendendo, que a evangelização missionária tem um caráter de urgência e que suas ações devem estar voltadas para as necessidades concretas das pessoas. Uma Igreja simples, próxima do seu povo, descentralizada e voltada para o diálogo, de tal modo, que consiga sair de si e assumir um espírito missionário. Uma eclesiologia pluriforme, encarnada na diversidade das culturas e das necessidades sociais, que rompendo com o minimalismo, é continuamente chamada a exercitar a criatividade e arriscar-se pelos pobres e excluídos, estando assim, em comunhão com a lógica evangélica, do qual ela é depositária.

5. CONCLUSÃO

Sabemos o quanto é importante a elaboração de um processo de planejamento pastoral para ação evangelizadora de uma diocese. Ter bem definido os rumos, as diretrizes, e apontar caminhos seguros de onde se deseja chegar, torna a evangelização mais eficaz, e mais próxima da realidade. A melhor maneira para fazer isso, é através da participação coletiva, na qual, convoca-se todos os fiéis para sua missão, e cada qual, à sua maneira, contribuirá para a evangelização e a transformação do mundo.

A Arquidiocese de Maringá buscou ao longo desses pouco mais de sessenta anos de instalação canônica, ser uma Igreja sinal de Deus para todos os homens e mulheres de boa vontade, produzindo em seu interior uma condição comum entre todos os fieis. Como base dessa condição comum, se fundamentou no mistério trinitário, onde as três pessoas divinas se unem, e proporcionam um amor mútuo e relações transformadoras.

Através de um “novo jeito de ser Igreja”, assumiu um compromisso de ser instrumento de mudança e libertação para as pessoas, principalmente aos que mais sofrem, sendo fermento na massa e promotora da esperança. Seguindo o exemplo latino-americano e caribenho, assumiu sua condição de Igreja servidora e promotora da vida, levando à sua “porção do povo de Deus” vestígios de uma nova vida.

O caminho pastoral priorizou a unidade visível e a inserção no mundo, em vista, da transformação social. Através das prioridades e projetos assumidos, as vítimas da história não foram esquecidas e, os pobres estiveram presentes, inspirando e movendo a ação pastoral. As comunidades eclesiais de base, constituíram motivos de alegrias e esperanças, sendo verdadeiros focos de evangelização e motores de libertação (PUEBLA, nº 96).

O seu modelo de organização comunitária, mostrou o rosto de uma Igreja em que todos são irmãos, mergulhados no Cristo e ungidos pelo Espírito. Concretamente foi este modelo que fez a história pastoral da Arquidiocese de Maringá, onde foi possível criar um lugar privilegiado de evangelização, encontro, de alegria, de conforto, de acolhida, de engajamento, de expressão da comunhão e participação eclesial.

Buscando ser uma Igreja discípula missionária, esta Igreja particular, através de seu processo de planejamento participativo, animou e convidou a todos para se

deixarem se envolver pelo amor de Deus revelado em Jesus Cristo. Insistiu que todos os fiéis, através de seus carismas e ministérios, anunciassem o evangelho de forma licita, por meio de palavras e ações. Uma Igreja que sempre se mostrou comprometida com os pobres, os marginalizados e os pequenos.

Ter optado por um processo de planejamento participativo, privilegiou o processo de participação comum dos fiéis, colocando-os como sujeitos diretos da ação. Esse caminho adotado pela pastoral diocesana possibilitou uma socialização entre todos os fiéis, crescendo assim, a fraternidade, a comunhão e a interação entre todos os agentes responsáveis pela evangelização.

Estando em sintonia com o mundo e as necessidades das pessoas, o planejamento foi sempre compreendido como um processo dinâmico, condizente com o mistério da salvação, e com os apelos de uma igreja missionária. Os sujeitos da ação pastoral foram sempre, toda a comunidade eclesial e as decisões tomadas se deram em conjunto com todos os interessados na ação e nos resultados, num espírito de corresponsabilidade.

Na Igreja não há membros passivos, alguns comandando e outros comandados. Cada qual, dentro do corpo de Cristo, exerce alguma função. Daí cada cristão é convidado a diante de suas habilidades, exercer o carisma que lhe é próprio na construção da comunidade. A criação dos conselhos de pastoral e as assembleias diocesanas, tornaram-se grande expressão dessa participação ativa de todos os fiéis.

Sem dúvidas, o caminho percorrido através desse processo de planejamento pastoral, procurou atingir todos os níveis e manifestações da vida da Igreja diocesana, e fez despertar para um processo permanente, contínuo e participado de conversão e atualização, atendendo as demandas apresentadas por uma sociedade que vive uma “mudança de época”. Julgamos, que esta Igreja particular, enquanto sacramento de Cristo e anunciadora do mistério da salvação, tornou-se, através de suas opções pastorais, mais apta na realização deste mesmo mistério.

O povo de Deus, neste esforço constante de peregrinação, pode assumir, cada vez mais, suas responsabilidades, para que todos os homens pudessem chegar à comunhão de vida com o Pai, e entre si, em Jesus Cristo pelo Espírito Santo. A vivência desse apelo, vai de encontro à Igreja proposta pelo Papa Francisco, de ser uma Igreja Samaritana, e testemunha fiel da comunhão entre as pessoas. Uma Igreja que precisa cada vez mais, ter a capacidade de curar as feridas e de aquecer os corações dos fiéis, buscando pela proximidade.

Uma Igreja em saída, que sai de si mesmo e, vai ao encontro dos que mais precisam. Afirma o papa: “precisamos de uma Igreja com as portas abertas, que vá em direção dos outros para chegar às periferias humanas, que tenha uma real inserção no povo de Deus e nas necessidades concretas da história” (EVANGELII GAUDIUM, 2013, nº 46). Uma Igreja com forte ardor missionário, que deve chegar a todos sem exceção, e por isso, a necessidade de uma pastoral mais expansiva e aberta, em que todos os agentes de pastoral sejam imbuídos pela atitude de saída.

Na superação do clericalismo, em vista de uma Igreja toda ministerial, apontada pelo Vaticano II, assumida pelas Conferencias Episcopais Latino Americana e Caribenha, e mais recentemente aludida pelo Papa Francisco, é que a Arquidiocese de Maringá buscou ampliar o exercício da corresponsabilidade de todos os batizados na Igreja, afirmando a importância dos conselhos, diocesanos e paroquiais. Acreditou ao longo desses anos, que o bom funcionamento dos conselhos é determinante e um real espaço para a participação laical na consulta, organização e planejamento pastoral.

Ressaltamos assim, que os caminhos trilhados pela pastoral diocesana ao longo do tempo, promoveu a unidade, a organicidade e a síntese de uma Igreja em renovação. Descobrimos, o dinamismo pujante e a seiva renovada que perpassou grande parte das instancias diocesanas. Não se trata, porém, de uma contestação passiva, mas uma verificação que faz frutificar ainda mais, as atitudes de comunhão, compromisso, corresponsabilidade gerados no interior da Igreja e irradiados ao mundo.

A experiência dos planos de pastoral, assumidos através de uma pastoral orgânica e de conjunto, procurou os caminhos que melhor realizassem a ação concreta do anúncio do Evangelho e da transformação social. Não se limitou a uma experiência fechada, mas a uma vivência do diálogo e fidelidade a Cristo.

Sabemos que este espírito renovador da pastoral não está acabado, pois, a pastoral se renova a cada tempo, e que ainda necessita de empenho por parte de todos. Por isso, ainda há um longo caminho a percorrer, devendo ouvir sempre a voz do Senhor e estar atento ao seu chamado de ser discípulo e missionário de Jesus Cristo, a fim, de que os frutos dessa Igreja servidora, continue a confirmar na prática aquilo que já conhecemos na fé.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. Fontes Editadas

DIOCESE DE MARINGÁ. *I Plano de pastoral orgânica da diocese de Maringá*. Maringá. 1973.

_____. *II Plano de pastoral orgânica da diocese de Maringá*. Maringá. 1974.

_____. *III Plano de pastoral orgânica da diocese de Maringá*. Maringá. 1975.

_____. *IV Plano de pastoral orgânica da diocese de Maringá*. Maringá. 1976.

_____. *V Plano de pastoral orgânica da diocese de Maringá*. Maringá. 1977.

_____. *VI Plano de pastoral orgânica da diocese de Maringá*. Maringá. 1978-79.

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. *VII Plano orgânico da arquidiocese de Maringá: Na década de Puebla*. 1980-1981.

_____. *VIII Plano orgânico da arquidiocese de Maringá: ano jubilar 1956-1981*. Maringá. 1981.

_____. *IX Plano de Pastoral Orgânica: Caminhada de 25 anos. 1957-1982*. Maringá. 1982.

_____. *X Plano de Pastoral Orgânica*. Maringá: 1983.

_____. *XI Plano de ação pastoral: Para continuar o serviço permanente de evangelização*. Maringá: 1984.

_____. *XII Plano de ação pastoral: Lutamos porque cremos: Ano internacional da Juventude*. Maringá: 1985.

_____. *XIII Plano de ação pastoral: Tornar a terra de Deus terra de irmãos*. Maringá: 1986.

_____. *XIV Plano de ação pastoral: Tornar nossa Igreja mais evangelizada e evangelizadora em vista do Reino de Deus – Os trinta anos da Igreja em Maringá*. 1987-1988.

_____. *XV Plano de ação pastoral*. Maringá. 1989-1992.

_____. *XVI Plano de ação pastoral*. Maringá. 1993-1996.

_____. *Projeto de evangelização da arquidiocese de Maringá: rumo ao novo milênio*. Maringá. 1997-2000.

_____. *XVIII Plano de ação pastoral*. Maringá. 2001-2002.

_____. *XIX Plano de ação pastoral*. Maringá. 2003-2004.

_____. *XX Plano de ação pastoral*. Maringá. 2004-2005.

_____. *XXI Plano de ação pastoral*. Maringá. 2006-2008.

_____. *XXII Plano de ação evangelizadora: Uma Igreja a serviço da Vida*. Maringá. 2009-2012.

_____. *XXIII Plano de ação evangelizadora: “Ide pelo mundo inteiro e pregai o evangelho” (Mc 16, 15)*. Maringá. 2003-2016.

_____. *Estatuto do Conselho de Leigos da Arquidiocese de Maringá*. Maringá, 1998.

6.2. Fontes não editadas

- Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Maringá.
- Arquivo do CEPA – Centro de Pastoral da Arquidiocese.
- Arquivo do Regional Sul II

6.3. Documentos do magistério

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da ação Pastoral da Igreja no Brasil - 1975-1978*, (documento nº 4). São Paulo: Paulinas, 1974.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1979-1982*, (documento nº 15), São Paulo: Paulinas, 1978.

_____, *As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*, (documento nº 25), São Paulo: Paulinas, 1982.

_____, *Catequese Renovada Orientações e Conteúdo*, (documento nº 26), São Paulo: Paulinas, 1983.

_____, *Elementos para uma história do planejamento pastoral na Igreja do Brasil*. Brasília: CNBB, 1993.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1983-1986*, (documento nº 28), São Paulo: Paulinas, 1982.

_____, *Diretrizes Gerais da ação Pastoral da Igreja no Brasil 1987-1990*, (documento nº 38), São Paulo: Paulinas, 1986.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1991-1994*, (documento nº 45), São Paulo: Paulinas, 1990.

_____, *Das Diretrizes a Santo Domingo*, (documento nº 48), São Paulo: Paulinas, 1992.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1995 - 1998*, (documento nº 54), São Paulo: Paulinas, 1994.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1999 - 2002*, (documento nº 61), São Paulo: Paulinas, 1998.

_____, *Diretrizes Gerais da ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006*, (documento nº 71), São Paulo: Paulinas, 2002.

_____, *Projeto Nacional de Evangelização (2004-2007)- Queremos ver Jesus – Caminho, Verdade e Vida*, (documento nº 72), São Paulo: Paulinas, 2003.

_____, *Plano de emergência para a Igreja do Brasil - 2004*, (documento nº 76), São Paulo: Paulinas, 2003.

_____, *Plano de Pastoral de Conjunto - 1966-1970*, (documento nº 77), São Paulo: Paulinas, 1965.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil - 2008-2010*, (documento nº 87), São Paulo: Paulinas, 2007.

_____, *Projeto Nacional de Evangelização - O Brasil na Missão Continental*, (documento nº 88), São Paulo: Paulinas, 2008.

_____, *Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base*, (documento nº 92), São Paulo: Paulinas, 2010.

_____, *Diretório da Pastoral Familiar*. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011 - 2015*, (documento nº 94), São Paulo: Paulinas, 2010.

_____, *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia – a conversão pastoral da paróquia*, (documento nº 100), São Paulo, 2014.

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*, (documento nº 102), São Paulo: Paulinas, 2015.

_____, *Valores Básicos da Família*, São Paulo: Paulinas, 1980

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Medellín*, São Paulo: Paulinas, 1968.

_____, *Documento de Puebla*, São Paulo: Paulinas, 1979.

_____, *Documento de Santo Domingo*, São Paulo: Paulinas, 1992.

_____, *Documento de Aparecida*, São Paulo/Brasília: Paulinas, Paulus e Edições CNBB, 2007.

FRANCISCO, papa. *Evangelii Gaudium: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo, Paulus: 2013.

JOÃO XXIII, papa. *Documentos de João XXIII: (1958-1963)*. Trad. Tipografia poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1998.

_____, *Mater et Magistra: Sobre a evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã*. São Paulo: Paulinas, 1962.

PAULO VI, papa, *Vaticano II: mensagens, discursos e documentos* Trad. Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____, *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, São Paulo: Paulinas, 1975.

6.4. Referências bibliográficas

- ALBERIGO, Giuseppe. *História do Concílio Vaticano II: O primeiro período e a primeira intersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963)*. Trad. João Rezende Costa. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- _____. *História dos concílios ecumênicos*. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.
- _____. *Breve história do Concílio Vaticano II: (1959-1965)*. Trad. Clóvis Bovo. Aparecida: Santuário, 2006.
- ALMEIDA, Antonio José de. *João XXIII, o papa do Concílio*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, fasc. 284. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. *Igrejas locais e colegialidade episcopal*. São Paulo: Paulus, 2001.
- _____. *Leigos em quê? Uma abordagem histórica*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- _____. *Lumen Gentium: A transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. *Sois um em Cristo Jesus*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979;
- ASSMAN, Hugo. *Teología desde la praxis de la liberación*. Salamanca: Sígueme, 1976.
- BALBINOT, Rodinei; MEZADRI, Neri. *Metodologia da ação Evangelizadora: Uma experiência no fazer teológico pastoral*. Passo Fundo: Berthier, 2008;
- BARBOSA, Everton; PEÑA, Luciana. *Jaime, uma história de fé e empreendedorismo: Biografia de dom Jaime Luiz Coelho*. Maringá: O Diário do Norte do Paraná, 2009;
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- _____. *A Igreja no Brasil. O planejamento pastoral em questão*. In: *Revista eclesiástica brasileira*, nº 167, 1982.
- BENINCÀ, Elli. *Processo pedagógico para educação libertadora*. In: *Revista de educação AEC*, nº 130 de janeiro-março de 2004.
- BINGEMER, Maria Clara. *Teologia Latino-Americana: Raízes e Ramos*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOFF, Clodovis. *Teologia e prática*. Petrópolis: vozes, 1982;
- _____. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: vozes, 1998;
- BOFF, Leonardo. *Igreja Carisma e poder*. São Paulo: Ática, 1994.
- BORAN, Jorge. *O senso crítico e o método ver-julgar-agir: para pequenos grupos de base*. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. *Ver, juzgar y actuar: el sentido critico y el método*. Santiago: Paulinas, 1988.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral da o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção livros básicos de teologia, 15);

_____. *Metodologia para um processo de planejamento participativo*. São Paulo, Paulus: 1988.

_____. *Reconstruindo a esperança: como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*. São Paulo: Paulus, 2000.

_____. *Raices de la epistemologia y del método de la Teología Latino Americana*. In: Revista Medellín, nº 78 de 1994.

CAMACHO, Idefonso. *O Sínodo de 1971 e 1974: A justiça no mundo e a Evangelii Nuntiandi*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

CASTANHO, Amaury. *Presença da Igreja no Brasil*. Jundiaí: Gráfica Jundiaí, 1998.

CHIQUIM, Carlos Alberto. *CNBB no Paraná e a história da evangelização*. Curitiba: Instituto Gaudium de proteção à vida, 2005.

COELHO, Jaime Luiz. *Carta pastoral sobre a plenitude do sacerdócio e de saudação aos seus diocesanos*. Ribeirão Preto, 1957.

_____, *Diocese de Maringá: quinze anos de história*, Maringá, 1972.

_____, *Diocese de Maringá: vinte e cinco anos de história*, Maringá, 1982.

_____. *Diocese de Maringá: trinta e cinco anos de história*. Maringá, 1992.

_____. *Diocese de Maringá: quarenta anos de história*. Maringá, 1996.

COMBLIN, José; LIBANIO, João Batista; LORSCHIEDER, Aloisio. *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005. (Comunidade e missão).

COMBLIN, José. *O tempo da ação: ensaio sobre o espírito e a história*. Petrópolis: Vozes, 1992.

CONGAR, Yves M. *La Chiesa come popolo di Dio*. In: Concilium 1. 1965, pp. 19-43.

DALMAS, Angelo. *Planejamento participativo*. Petrópolis: vozes, 1994.

FACHIN, Odilia. *Fundamentos da metodologia*. São Paulo: Atlas, 1993.

FEDALTO, Pedro Antônio Marchetti. *História da Igreja no Paraná – contribuição de dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto para a celebração do Jubileu de Ouro do Regional Sul 2 da CNBB*, Curitiba, 2014.

FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1981.

FUENTE, Eloy Bueno de la. *Eclesiología*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2007.

FLORISTAN, Casiano; TAMAYO, Juan-Jose. *El Vaticano II veinte años despues*. Madrid: Huesca, 1985.

FLORISTAN, Casiano. *Teologia Prática: teología y praxis de la acción pastoral*. Salamanca: Síguene, 1991.

_____. *Concepções de la teologia prática*. Salamanca: Sígueme, 1993.

GANDIN, Danilo. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo: Loyola, 1983.

GIACOMO, Biffi. *Para amar a Igreja*. Trad. Socorro Coelho. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

GIUSTINA, Elias Della. *A Paróquia Renovada: Participação do conselho de pastoral paroquial*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

GÓEZ, Á.M. *Hacia una ecclesiology fundamental latino-americana: um diagnóstico después de Medellín (1968)*. Franciscanum. Vol. 52, 2010.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Falar de Deus, a partir do sofrimento do inocente*. Petrópolis: Vozes, 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL. *Presença Pública da Igreja no Brasil (1952-2002): Jubileu de Ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003.

KELLER, M. *Teologia do Laicato*. In: FEINER, J; LOEHRER, m. *Mysterium Salutis*. Petrópolis: Vozes, 1977.

KUZMA, César. *Leigos e Leigas: Força e esperança da Igreja no mundo*. São Paulo: Paulus, 2009.

LEMAIRE, André. *Os ministros na Igreja*. Trad. Roque Frangiotti. São Paulo: Paulinas, 1977.

LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; ZINHOBLE, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo: Loyola, 2006.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Articulação entre teologia e pastoral: à propósito de uma experiência concreta*. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, 1987.

_____. *O que é pastoral*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Teologia no Brasil: Reflexões crítico-metodológicas*. In: *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte: 1977.

LORSCHIEDER, Aloísio. *Espiritualidade e mística do ministério da coordenação de pastoral*. CNBB, 1993.

MIRANDA, Mario de França. *Igreja Sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018.

ORIOLO, Edson. *Paróquia Renovada: Sinal de Esperança*. São Paulo: Paulus, 2017.

PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes, (orgs). *Dicionário do concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015.

PEREIRA, José Carlos. *Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesana*. São Paulo: Paulus, 2015.

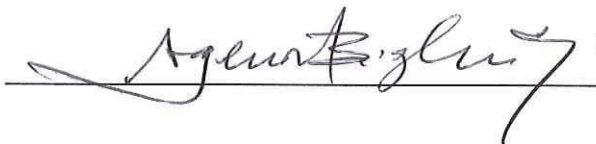
- QUEIRUGA, Gervásio F. de. CNBB: *Comunhão e co-responsabilidade*. São Paulo: Paulus, 1977, pp. 351-337 – 374-392
- ROBLES, Orivaldo. *A Igreja que brotou da mata: os 50 anos da diocese de Maringá*. Maringá: Dental Press, 2007.
- SERVUS, Mariae. *Para entender a Igreja do Brasil: A caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: vozes, 1994.
- SANTOS, Marcos Roberto Almeida dos; UBINGE, Genivaldo, (orgs). *Queridos Diocesanos: 50 textos selecionados de Dom Jaime Luiz Coelho*. Maringá: Chichetec, 2007.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SEGUNDO, J. L. *O dogma que liberta*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- SILVA, José Maria da. *Papa Francisco: Perspectivas e expectativas de um papado*. Petrópolis, Vozes, 2014.
- SOBRINO, J. *Espiritualidade da Libertação: estrutura e conteúdos*. São Paulo: Loyola, 2010.
- SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson. *Medellín: Memória, profetismo e esperança na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- SUENENS L J. *A co-responsabilidade na Igreja de hoje*. Vozes, Petrópolis, 1969.
- WOLFF, Elias. *Igreja em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2018.

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 166
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
EDUARDO BATISTA DA SILVA**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às quatorze horas reuniu-se na sala 1 de Pós-graduação - Segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Agenor Brighenti, Elias Wolff e Claudemir Rozin, para examinar a dissertação do candidato Eduardo Batista da Silva, ingressante no Programa de Pós-graduação em Teologia - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e dezessete. Linha de pesquisa: Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: "A AÇÃO PASTORAL PROJETADA E EXECUTADA NA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ NO PÓS-CONCÍLIO - Uma análise dos Planos de Pastoral Orgânica". O Candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16 h 15 min. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Observações: Com a inclusão das sugestões da banca

Prof. Dr. Agenor Brighenti
Presidente/Orientador



Prof. Dr. Elias Wolff
Convidado Interno



Prof. Dr. Claudemir Rozin
Convidado Externo



Prof. Dr. Alex Vicentim Villas Boas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia - *Stricto Sensu*

